

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**RÚBIA HOFFMANN RIBEIRO**

**EDUCAR EM DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS: AS  
EXPERIÊNCIAS DE MILITANTES NEGRAS**

**CAXIAS DO SUL**

**2025**

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**RÚBIA HOFFMANN RIBEIRO**

**EDUCAR EM DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS: AS  
EXPERIÊNCIAS DE MILITANTES NEGRAS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck

Co-orientadora: Prof. Dra. Carolina Schenatto  
da Rosa

**CAXIAS DO SUL**

**2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

R484e Ribeiro, Rúbia Hoffmann

Educar em direitos humanos no município de Caxias do Sul/RS [recurso eletrônico] : as experiências de militantes negras / Rúbia Hoffmann Ribeiro. – 2025.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

Orientação: Danilo Romeu Streck.

Coorientação: Carolina Schenatto da Rosa.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Direitos humanos - Educação. 2. Antirracismo. 3. Movimentos sociais.  
4. Mulheres negras. I. Streck, Danilo Romeu, orient. II. Rosa, Carolina Schenatto da, coorient. III. Título.

CDU 2. ed.: 37:342.7

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)  
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**RÚBIA HOFFMANN RIBEIRO**

**EDUCAR EM DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS: AS  
EXPERIÊNCIAS DE MILITANTES NEGRAS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck

Co-orientadora: Prof. Dra. Carolina Schenatto da Rosa

**Aprovado em 11/12/2025**

**Banca Examinadora**

Dr. Danilo Romeu Streck - UCS

---

Dra. Carolina Schenatto da Rosa - UCS

---

Dra. Andréa Wahlbrink Padilha da Silva - UCS

---

Dra. Georgina Helena Lima Nunes - UFPel

---



**Dedico este trabalho a todas as mulheres que  
sonham e lutam por dias melhores.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao professor Danilo Romeu Streck, que acolheu minha pesquisa e compartilhou um ensinamento precioso: seguir meu coração. Foi assim que escolhi trilhar o caminho que faz meu coração bater mais forte.

Agradeço a Carolina Schenatto Rosa, cuja presença e apoio foram igualmente fundamentais nessa trajetória.

Agradeço ao professor Geraldo Antônio da Rosa pelo aprendizado compartilhado em suas aulas e por sua valiosa contribuição na banca de qualificação.

Agradeço à professora Georgina Helena Lima Nunes, que acolheu esta pesquisa e cujas contribuições foram fundamentais para que esta dissertação chegasse até aqui.

Agradeço à professora Andréa Wahlbrink Padilha da Silva, que me recebeu no estágio de docência, espaço onde aprendi muito, e que gentilmente aceitou participar da banca de defesa.

Agradeço a Bruna, Cláudia, Eliane, Eremi, Estela, Juçara, Karine, Michele, Sabrina e Samanta, que confiaram em mim e me deram a oportunidade de aprender com suas experiências.

E eu gostaria que todas as pessoas pudessem ter essa possibilidade de vivenciar uma cultura como mais uma cultura das muitas culturas que fazem um lugar.

Conseguir aproveitar essa experiência sem o desconforto de não pertencer e sem essa arrogância de pertencer a uma cultura que é única ou a maior ou a mais importante.

**Bruna Letícia dos Santos**

## RESUMO

A presente pesquisa busca investigar como a sistematização de experiências de mulheres negras militantes de movimentos sociais pode contribuir para uma Educação em Direitos Humanos na cidade de Caxias do Sul - RS. A pesquisa participante aqui proposta quer aprender com as experiências de luta coletiva de mulheres negras de um movimento feminista e de um movimento negro da cidade, para enriquecer as reflexões e práticas da educação em direitos humanos a partir dos saberes do feminismo negro. Essa investigação se situa na tensão entre igualdade e diferença do discurso dos direitos humanos, sobretudo porque pensa a realidade local e sua prática de tornar invisíveis grupos diversos que compõem o território, principalmente a população negra, em detrimento de uma memória dominante da imigração italiana. Compreende-se os movimentos sociais como espaços educativos em direitos humanos, e que por isso oferecem elementos para descolonizar nossas reflexões teóricas e nossas práticas políticas e pedagógicas para uma educação em direitos humanos, onde o respeito à diversidade e o posicionamento antirracista e antissexista são questões basilares. A partir dos pressupostos do diálogo, da relação teoria e prática, e da participação coletiva na construção de conhecimentos, opta-se pela metodologia da sistematização de experiências, com base na obra de Oscar Jara Holliday. Busca-se, nesta pesquisa, articular a diversidade étnico-racial ao projeto de educação em direitos humanos. São referências teóricas os trabalhos de Nilma Lino Gomes, Bell Hooks, Achille Mbembe, Frantz Fanon e Neusa Santos Souza. Para contribuir com as etapas de análise da sistematização foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2012). A sistematização das experiências de mulheres negras em Caxias do Sul amplia o entendimento dos direitos humanos e da militância, reafirmando a dimensão prática e interseccional necessária à educação em direitos humanos. Constata-se que, por meio de múltiplas estratégias e linguagens, suas ações têm difundido uma cultura de luta antirracista capaz de descolonizar a educação em direitos humanos desenvolvida em diferentes organizações, sobretudo nos movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Direitos humanos. Antirracismo. Educação. Movimentos Sociais. Mulheres Negras

## RESUMEN

Esta investigación busca indagar cómo la sistematización de las experiencias de las mujeres negras activistas en los movimientos sociales puede contribuir a la Educación en Derechos Humanos en la ciudad de Caxias do Sul - RS. La investigación participante que se propone aquí pretende aprender con las experiencias de lucha colectiva de mujeres negras de un movimiento feminista y de un movimiento negro de la ciudad, para enriquecer las reflexiones y prácticas de la educación en derechos humanos desde los saberes del feminismo negro. La investigación se sitúa en la tensión entre igualdad y diferencia en el discurso de los derechos humanos, sobre todo porque reflexiona sobre la realidad local y su práctica de invisibilizar a los grupos diversos que conforman el territorio, especialmente a la población negra, en detrimento de una memoria dominante de la inmigración italiana. Se entienden los movimientos sociales como espacios educativos en derechos humanos, y por lo tanto ofrecen elementos para descolonizar nuestras reflexiones teóricas y nuestras prácticas políticas y pedagógicas en la educación en derechos humanos, donde el respeto a la diversidad y una postura antirracista y antisexista son cuestiones fundamentales. Desde los supuestos del diálogo, de la relación entre teoría y práctica, y de la participación colectiva en la construcción del conocimiento, la metodología elegida es la sistematización de experiencias, basada en la obra de Oscar Jara Holliday. Esta investigación busca vincular la diversidad étnica y racial con el proyecto de educación en derechos humanos. Son referencias teóricas los trabajos de Nilma Lino Gomes, Bell Hooks, Achille Mbembe, Frantz Fanon y Neusa Santos Souza. Para contribuir a las etapas de análisis de la sistematización, se utilizará el análisis de contenido de Bardin (2012). La sistematización de las experiencias de las mujeres negras en Caxias do Sul amplía la comprensión de los derechos humanos y el activismo, y reafirma la dimensión práctica y interseccional necesaria para la educación en derechos humanos. Se constata que, mediante múltiples estrategias y lenguajes, sus acciones han difundido una cultura de lucha antirracista capaz de descolonizar la educación en derechos humanos desarrollada en diferentes organizaciones, especialmente en los movimientos sociales.

**Palabras clave:** Derechos humanos. Antirracismo. Educación. Movimientos Sociales. Mujeres Negras.

## **LISTA DE TABELAS**

- Tabela 1 - Conjunto de Descritores 1
- Tabela 2 - Pesquisas Seleccionadas 1
- Tabela 3 - Conjunto de Descritores 2
- Tabela 4 - Pesquisas Seleccionadas 2
- Tabela 5 - Roteiro para entrevistas

## **LISTA DE IMAGENS**

- FIGURA 1 - Notícia Jornal Pioneiro sobre Diretas Já em Caxias do Sul em 25/04/1984
- FIGURA 2- Ato político em frente à Catedral na Praça Dante Alighieri, s/d.
- FIGURA 3 - Desenho Metodológico.
- FIGURA 4: Bruna junto ao Coletivo Criadoras Negras.
- FIGURA 5: Michele fala na Câmara de Vereadores.
- FIGURA 6: Eremi conduz o ato político-cultural do 8 de março de 2020.
- FIGURA 7: Eliane conduz atividade para comunidade escolar sobre saúde e corpo.
- FIGURA 8: Notícia da morte de José Maria.
- FIGURA 9: Juçara no movimento Ele Não.
- FIGURA 10: Sabrina modelo na exposição Pele.
- FIGURA 11: Karina fala em ato sobre a morte de Marielle Franco em 2018.
- FIGURA 12: Samanta ato na Praça Dante Alighieri.
- FIGURA 13: Cláudia.
- FIGURA 14: Gráfico universo temático codificado.
- FIGURA 15: Estela participa de intervenção artística sobre violência contra a mulher.
- FIGURA 16: Intervenção artística na Praça Dante Alighieri.
- FIGURA 17: Batucada e faixas feministas ocupam Parque Getúlio Vargas.
- FIGURA 18: Eliane dança em ato político-cultural em 2020.
- FIGURA 19: Ato em solidariedade às vítimas do Covid e arrecadação de alimentos.
- FIGURA 20: Campanha virtual pelo isolamento social durante a pandemia.
- FIGURA 21: Bruna conduz protesto na descida da Júlio de Castilhos.
- FIGURA 22: Karina conduz protesto na rua Garibaldi em direção à rua Sinimbu.
- FIGURA 23: Juçara e Karina na Praça Dante Alighieri.
- FIGURA 24: Atividade no bairro Monte Carmelo, Samanta ao centro, Eremi primeira abaixada.

## LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AICE	Associação Internacional das Cidades Educadoras
CEAP	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
COMAI	Comissão Municipal de Amparo a Infância
CUT	Central Única dos Trabalhadores
IENMN	Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras
IIDH	Instituto Interamericano de Direitos Humanos
FAZ	Fundação da Assistência Social
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNB	Frente Negra Brasileira
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro contra a Discriminação Racial
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
SAI	Serviço de Acolhimento Institucional
TEM	Teatro Experimental do Negro
UBM	União Brasileira de Mulheres
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UMCA	União de Mulheres Caxienses
UNEGRO	União de Negras e Negros pela Igualdade

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>21</b>
<b>3. INTERSECCIONALIDADES: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NEGRA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E NA LUTA POR DIREITOS HUMANOS NO BRASIL</b>	<b>28</b>
<b>4. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS EM UMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA</b>	<b>38</b>
<b>5. CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b>	<b>47</b>
5.1 MOBILIZANDO O CAMPO	51
5.2 MOVIMENTOS DA PESQUISA	56
<b>6. A EXPERIÊNCIA DE SER UMA MILITANTE NEGRA EM CAXIAS DO SUL - “NÓS POR NÓS”</b>	<b>60</b>
6.1 BRUNA - “UM LUGAR QUE NÃO PERMITIA A MINHA EXISTÊNCIA”	60
6.2 MICHELE XAVIER - “EU FUI ACUSADA DE NÃO SER BRANCA”	63
6.3 ESTELA - “JUNTAS PARA FAZER ACONTECER”	66
6.4 EREMI - “APRENDER A SE DEFENDER”	69
6.5 ELIANE - “PRECISAMOS TER A CORAGEM DE ASSUMIR A NOSSA NEGRITUDE”	71
6.6 JUÇARA - “CAVAR ESPAÇOS PARA PODER ESTAR NA LUTA”	75
6.7 SABRINA - SE SENTIR PARTE DA CIDADE	79
6.8 KARINA - “UM MOVIMENTO QUE ME AJUDA A PENSAR MINHAS DORES”	81
6.9 - SAMANTA - “TEM QUE SE REINVENTAR TODO DIA PARA SER UMA MULHER NEGRA”	84
6.10 CLÁUDIA - “PENSAR AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO LUGAR DE FUTURO”	87
<b>7. ENCONTRO COLETIVO - “O IMPORTANTE DO COLETIVO E DOS MOVIMENTOS É A GENTE SE RECONHECER NO OUTRO”.</b>	<b>92</b>
<b>8. “CONSTRUIR POSSIBILIDADES DE LIBERDADE”</b>	<b>106</b>
8.1 DIREITOS HUMANOS E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA - “CAXIAS DO SUL PRECISARIA SE DESVELAR”.	106
8.2 APRENDIZAGENS EM DIREITOS HUMANOS - “A GENTE TENTA FACILITAR O CAMINHO PARA O FUTURO”.	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>135</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Durante meu percurso na Graduação em Licenciatura em História, os chamados “excluídos da História”<sup>1</sup> ou, nas palavras de Paulo Freire, “os oprimidos” foram temas que me tocaram enquanto estudante. Assim me tornei pesquisadora voluntária no projeto HISENSPI: as narrativas presentes no jornal Pioneiro (1994-2018), análise e uso no ensino de História, coordenado pela professora doutora Eliane Gasparini Xerri, onde me dediquei a pesquisar sobre a narrativa do jornal sobre o Dia Internacional da Mulher. Em meu trabalho de conclusão de curso, pesquisei sobre a História oral do movimento feminista em Caxias do Sul de 1982 a 2003<sup>2</sup>. Mas esse interesse em “amar e mudar as coisas”<sup>3</sup>, como cantava Belchior, não se limitou às oportunidades de pesquisa na graduação, e assim passei a atuar nos movimentos de juventude, estudantil e feminista. Contudo, foi somente quando tive a oportunidade de estagiar na Divisão de Museus da Prefeitura de Caxias do Sul, e assim pude estar presente em todos os espaços museais da cidade como o Monumento Nacional ao Imigrante, Museu Municipal Maria Clary Frigeri Horn, Museu Ambiência Casa de Pedra, Museu da Uva e do Vinho, Museu da FEB (Força Expedicionária Brasileira) e o Memorial Atelier Zambelli, que comecei a questionar de forma mais enfática como a minha própria prática poderia ser ou não reprodutora das opressões que eu me colocava contra. Nesses espaços, principalmente no Museu Municipal, em minha interlocução com os visitantes, observei várias falas reprodutoras de racismo, principalmente sobre estereótipos que se referiam aos afrodescendentes como trabalhadores menos dedicados, menos capacitados que os trabalhadores imigrantes italianos e seus descendentes. Ali, no espaço dedicado a preservar e contar a história da cidade, passei a refletir em que medida nossas práticas educativas contribuem para essa invisibilidade, inferiorização e desumanização da população negra, que são reproduzidas e reafirmadas em diversos espaços educativos. Comecei a perceber como cada um desses espaços centra suas narrativas na contribuição econômica, cultural e social apenas do imigrante italiano, dando a percepção de que em Caxias do Sul não houve a presença de outros grupos étnicos, sobretudo contribuindo para a invisibilidade dos afrodescendentes na região. Conforme Giron e Radunz (2012, p. 144), “nas áreas de imigração europeia no Brasil meridional, como no caso da Serra Gaúcha, essa invisibilidade

---

<sup>1</sup> O termo “excluídos da História” faz alusão à obra de Michele Perrot, “Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros”. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 2001.

<sup>2</sup> RIBEIRO, Rúbia Hoffmann. “Eu Posso Estar No Lugar Que Eu Quiser!”: Vozes do Movimento Feminista em Caxias Do Sul (1982-2003). Trabalho de conclusão de Curso (Licenciatura em História), UCS, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/8803/TCC%20Rubia%20Hoffmann%20Ribeiro.pdf>

<sup>3</sup> Frase da música Alucinação, do cantor Belchior, lançada em 1976.

parece ainda maior, sendo reforçada muitas vezes por uma historiografia ligada ao discurso hegemônico local”.

Quando ingressei no mestrado, estava atuando como educadora social em um Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) para crianças e adolescentes. Nesse contexto, as reflexões sobre lugares sociais de privilégio e subalternidade, sobre racismo, o sexismo e a desigualdade social foram aprofundadas de forma intensa e cotidiana. Nos primeiros meses trabalhando nesse espaço, senti um medo de sucumbir em dois sentidos opostos: por um lado o medo de sucumbir emocionalmente diante de histórias de vida dilaceradas pelas mais cruéis facetas da violência, de não compreender os limites da minha atuação enquanto educadora frente a uma estrutura de sociedade excludente, e assim adoecer psicologicamente. Por outro lado, esse medo de sucumbir significava o temor em me deixar tomar pelo sentimento de impotência diante de tantas histórias que fazem o coração sangrar, de que essa impotência pudesse vir a se tornar a naturalização e a banalização de tanta injustiça social percebida nessa experiência. O que de fato experienciei é de uma complexidade e intensidade única e transformadora. Havia dias e dias... dias permeados por muito afeto e acolhimento, dias em que havia uma esperança muito grande, fosse porque famílias se reorganizavam, novas famílias surgiam, ou porque direitos antes negados eram conquistados, e principalmente, quando essas crianças e adolescentes podiam, enfim, encontrar um lar. Mas também havia os dias em que eu refletia sobre a coerência entre minha visão de mundo, aquilo que defendo e minhas utopias em relação a minha prática educativa, dias que era preciso lidar com sentimentos contraditórios e com frustrações. A experiência em um SAI reafirmou de forma contundente a necessidade de não “prescindir do sonho” (Freire, 2001, p.57), de interseccionar as relações de gênero, classe e raça na ação-reflexão-ação de nossas práticas políticas-pedagógicas. Ainda durante o percurso do mestrado, fui nomeada professora da rede municipal de ensino de Farroupilha, passando a atuar em uma escola localizada em uma comunidade rural, marcada pela presença de famílias de descendência italiana e alemã. Esse novo contexto me apresentou uma realidade distinta daquela vivida no Serviço de Acolhimento Institucional, mas igualmente desafiadora. Logo nos primeiros meses de atuação, comecei a perceber, sem sutilezas, a reprodução de falas e posicionamentos racistas no cotidiano escolar, especialmente nas interações entre os estudantes.

Essas vivências e as reflexões a partir delas, sobre reproduzir a desumanização ou ir na contramão ao apresentar possibilidades educativas humanizadoras me instigam a perguntar: como e o que podemos aprender com as experiências de mulheres negras que constroem a luta por direitos humanos em Caxias do Sul?

O entrelaçamento dos recortes de classe, gênero e raça se deve ao entendimento de que, em um país marcado pelo Colonialismo como o Brasil, é imprescindível levar tais categorias de opressão em conta em nossas análises, pois as mulheres negras ocupam a base de opressões no sistema capitalista e, portanto, “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Davis, 2017).

Na escrita dessa dissertação assumo um compromisso ético, político e epistemológico com a transformação social. É uma responsabilidade que carrego ao sistematizar e interpretar experiências de vida marcadas por uma realidade que jamais vivenciarei, que é racismo. Aqui, demarco meu lugar social de privilégio branco e busco elucidar sobre a questão do lugar de fala a partir do pensamento de Núbia Moreira (2023), que discute os desvios e capturas que importantes conceitos e categorias do movimento social sofrem, tanto pelo senso comum como pela extrema-direita.

Então, eu vejo que essa captura, às vezes, do lugar de fala, a negação do lugar de fala, porque não pode falar do outro porque não está no lugar de fala, eu classifico como a preguiça política, de ampliar a democracia. Para mim, é isso. Ou, estou nesse lugar confortável e não posso falar pelo outro, porque o outro vai me acusar. Então, sempre o outro. Você nunca quer chegar mais próximo do outro porque o outro pode te acusar. Existe os excessos. A vida democrática é isso. Existe os excessos. Eu mesma, por exemplo, tive um aluno, um homem, branco, gay, que estudou mulheres negras. Para mim, é um exercício decolonial. Você vai estudar aquilo que diametralmente é oposto à tua vivência. Você vai estudar... e estudou. Teve que entrar em contato com as mulheres negras. Sofreu, porque ia para os lugares apresentar o trabalho e a primeira pergunta era “Porque você é um homem branco e está trabalhando com mulheres negras?”. É importante a gente também disseminar temas de pesquisa para as pessoas, para que não fique localizado somente, nos negros, nas mulheres, e nos gays, assuntos como as opressões de gênero, de raça, de sexualidade. Porque essas questões não são questões dos corpos oprimidos, são questões da sociedade (Moreira, 2023, p. 67).

A reflexão de Núbia Moreira (2023) sobre a captura do lugar de fala, muitas vezes usada como uma desculpa para não abordar questões urgentes como o machismo ou o racismo, expõe o que ela chama de “preguiça política”. Essa postura precisa ser superada, pois é fundamental compreender que tais questões são, antes de tudo, temas da sociedade como um todo, e não apenas de grupos específicos. Contudo, isso não implica em negligenciar o protagonismo e a valorização das experiências de luta dos agentes sociais diretamente envolvidos no enfrentamento dessas formas de opressão. Eu lembro que, enquanto estava na graduação, participei de um coletivo de mulheres estudantes e nós promovíamos atividades para refletir sobre a realidade das mulheres na educação, na universidade e na sociedade como um todo. Certo dia, fomos à sala de um diretório acadêmico e ali demos início a uma roda de conversa que tinha como tema os usos da categoria gênero na pesquisa acadêmica. Nesse

momento, os homens que estavam ali esperando pela aula, conversando ou lanchando, levantaram-se e retiraram-se, afinal, iríamos conversar “assunto de mulher”... Nas ações do movimento feminista em que atuo, vejo com frequência a ausência de homens nas discussões ou em atos em defesa da vida sem violências para as mulheres. Tratar sobre nosso direito a uma vida sem violência sexista não é, e não deveria ser, “assunto de mulheres”, mas assunto de todos nós! Assim, enquanto mulher, espero que os homens possam ouvir o que temos a dizer, reconheçam nosso protagonismo na luta contra o sexismo, mas que lutem conosco.

Djamila Ribeiro (2017) esclarece que lugar de fala não autoriza nem desautoriza ninguém a falar, tampouco se confunde com representatividade. De fato, trata-se do lugar social de onde falam grupos que têm experiências históricas em comum, como o racismo, o patriarcado e a opressão de classe. Núbia diz que o lugar de fala:

Prevê inclusive para essas pessoas que têm esse lugar de fala “privilegiado”, um deslocamento, uma racionalização deles, uma sexualização deles. Então, é claro que é em prol de uma construção democrática é importante que todos nós possamos falar de todos os lugares (Moreira, 2023, p. 66).

Essa pesquisa não trata, de forma alguma, de uma iniciativa que “quer dar voz” a algum grupo, pois as mulheres negras sempre tiveram uma voz potente, o que faltou foi escutá-las. É como disse Rubem Alves (2005), o que nos falta é a escutatória:

Sempre vejo anunciados cursos de oratória. Nunca vi anunciado curso de escutatória.  
 Todo mundo quer aprender a falar.  
 Ninguém quer aprender a ouvir.  
 Pensei em oferecer um curso de escutatória. Mas acho que ninguém vai se matricular.  
 Escutar é complicado e sutil [...]  
 Parafraseio o Alberto Caeiro que: “Não é bastante ter ouvidos para ouvir o que é dito; é preciso também que haja silêncio dentro da alma”.  
 Daí a dificuldade: a gente não aguenta ouvir o que o outro diz sem logo dar um palpite melhor, sem misturar o que ele diz com aquilo que a gente tem a dizer[...]  
 Nossa incapacidade de ouvir é a manifestação mais constante e sutil de nossa arrogância e vaidade (Alves, 2005, p. 65-67).

A nós, brancos e brancas, cabe a escutatória, a escuta sensível de quem foi “proibido de dizer a palavra”, pois a verdadeira mudança “não pode encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida” (Freire, 2023, p. 73). Além de exercer a escutatória, cabe a nós, pessoas brancas, o compromisso, a tomada de posição, a autocrítica e a prática antirracista.

Esta escrita aposta na experiência de mulheres negras militantes que nos legam

ensinamentos para uma educação em direitos humanos. Não se trata, de forma alguma, de pensar as protagonistas dessa pesquisa como informantes, mas sim como coautoras.<sup>4</sup>

É na busca por uma comunhão em prol da educação em direitos humanos em Caxias do Sul que se quer pesquisar com essas mulheres. No diálogo, no contraponto como diz Rubem Alves (2005, p. 71), “daí a importância de saber ouvir os outros: A beleza mora lá também. Comunhão é quando a beleza do outro e a beleza da gente se juntam num contraponto”.

As coautoras que participaram nessa pesquisa são militantes de organizações do movimento feminista e movimento negro, a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e União de Negros e Negras Pela Igualdade (Unegro).

A experiência do racismo é uma experiência de desumanização. A população escravizada e colonizada era diferenciada pelo dimorfismo sexual (macho e fêmea) e não pelos gêneros, homem e mulher, pois o colonizador sequer os via como seres humanos (Curiel, 2020, p. 127).

A destituição da humanidade é percebida por Giron e Radünz (2012), ao analisarem a documentação sobre escravizados na região nordeste do Rio Grande do Sul. Os autores apontam como a população escravizada, ao perder o nome original e ser batizada com nomes católicos, ou conforme desejo dos senhores escravocratas, vivia a “morte da identidade” (Giron e Radünz, 2012, p. 150).

No livro de registro de batismos dos anos 1870 a 1874, na paróquia de São Francisco de Cima da Serra, na mesma região, ocorreram 168 batizados, os nomes dados às crianças, filhas de escravos, são os mesmos que eram dados aos filhos de seus senhores. Os nomes eram variados, a maior parte de santos ou dos senhores da mãe da criança. Os mais numerosos são: Francisco, Manoel e João entre os homens; Maria, Eva e Teresa entre as mulheres. Alguns nomes são tão belos como os utilizados por Machado de Assis em seus romances, entre eles: Valentina, Roberta, Paula, Narcisa. Não há nenhum prenome ou nome africano, o que prova que, no final do século XIX, haviam sido esquecidos os nomes africanos e assimilados os portugueses (Giron; Radünz, 2012, p. 150).

Sem nome, sem família, sem identidade, sem humanidade, sem “lembranças de um passado comum” (Giron; Radunz, 2012, p. 151), invisíveis são os corpos negros, que, na pós-abolição, partiram dos Campos de Cima da Serra para Caxias do Sul em busca de

---

<sup>4</sup> O termo *coautoras* refere-se ao posicionamento político da autora em relação à dimensão dialógica e participativa da pesquisa, estando ciente de que a escrita da dissertação é de sua responsabilidade, assim como reconhece os privilégios decorrentes da defesa desta pesquisa, entre os quais se inclui a titulação acadêmica de mestra. Assim, referir-se às participantes como *coautoras* é posicionar-se contra a hierarquização entre pesquisadora e participantes, denotando a busca por justiça epistemológica, a escuta sensível e a participação ativa das militantes na construção do conhecimento. Esse aspecto será aprofundado no Capítulo 5.

oportunidades e ali participam na formação da cidade. Na construção da estrada de ferro, na metalurgia e na agricultura, nas atividades culturais do Clube Gaúcho<sup>5</sup>, do Clube das Margaridas<sup>6</sup>, no esporte do Clube Esportivo Flamengo, na religiosidade, enfim, na vida da cidade (Caregnato, 2010). Mesmo presentes nos vários espaços citadinos, o racismo insistiu para que se mantivessem invisíveis, inclusive nos registros sobre trabalhadores de uma das maiores empresas da região, a metalúrgica Eberle (Caregnato, 2010).

Paulo Freire (2023, p. 108) falou sobre a nossa vocação ontológica de ser mais, de buscarmos pela nossa humanização, e aqueles proibidos de dizer sua palavra devem dizê-la, pois “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo”. Para cumprir com nossa vocação de ser mais, precisamos de uma educação libertadora que promova a reflexão crítica da realidade em que vivemos e a compreensão de que as situações-limites podem e devem ser superadas. “Nesse sentido, não há educação que liberte e nem chance de re-humanizar o mundo se este não for desracializado, na perspectiva de um ser mais, sem deixar de sê-lo” (Nunes, 2023, p. 344). Assim, é preciso reconhecer as diferenças sem transformá-las em desigualdade. Não se trata de simplesmente assimilar, tolerar, ou ser indiferente à invisibilidade que recai sobre os corpos negros que habitam a cidade, mas de reconhecer em suas experiências e saberes um potente e indispensável recurso para construirmos “inéditos viáveis” (Freire, 2023).

Os movimentos sociais são esses espaços de educação não formal que promovem reflexão crítica sobre a realidade vivida e, ao mesmo tempo, mobilizam agentes sociais em prol de direitos e mudanças políticas, transformam subjetividades marcadas pela violência da desumanização que, pela luta coletiva e solidariedade política, constituem-se em novas identidades. É um processo que leva as pessoas a perceberem-se como sujeitos de si, sujeitos de direitos.

E, embora na História do Brasil existam muitas mulheres e homens que lutaram em defesa da liberdade e por direitos, como por exemplo, Aquatune, Dandara dos Palmares, Luísa Mahin, Tereza de Benguela e tantas outras, o conhecimento do termo “direitos humanos” em nossas terras é muito recente, tendo sido incorporado “à vida nacional a partir dos movimentos sociais que enfrentaram a ditadura militar” (Viola, Barreira e Pires, 2011, p. 146).

A educação popular praticada na experiência dos movimentos sociais é “a pedagogia

---

<sup>5</sup> Agremiação fundada em 1934 para e pela comunidade negra de Caxias do Sul.

<sup>6</sup> Agremiação formada em 1933 por mulheres negras para atividades de lazer e sociabilidade da comunidade negra em Caxias do Sul.

da educação em direitos humanos” (Carbonari, 2010, p. 88). Os movimentos sociais e suas práticas promovem o diálogo, a participação e a ação-reflexão-ação para intervir na realidade.

Sistematizar a experiência de mulheres militantes negras permite diminuir a distância entre teoria e prática, pois são objetivos da sistematização de experiências: melhorar a prática, compartilhar os conhecimentos frutos da experiência e “enriquecer a reflexão teórica a partir dos conhecimentos que surgem das práticas concretas” (Jara H., 2006, p. 236).

Deste modo, a sistematização dessas experiências pode nos apontar o que significa ser uma mulher negra e militante em Caxias do Sul, como cada uma das coautoras atribui significados aos seus processos de engajamento militante e compreender como as temáticas dos direitos humanos perpassam suas vivências atravessadas por marcadores sociais de gênero, raça e classe.

A aproximação entre teoria e prática que o método propõe colabora para a possibilidade de melhorar as práticas desenvolvidas nos movimentos sociais, e na elaboração de recomendações voltadas para as especificidades locais, avaliando quais são os acertos, erros, dificuldades, potencialidades e sonhos para uma educação em direitos humanos em Caxias do Sul.

Assim, o problema dessa pesquisa é: de que forma a sistematização das experiências de mulheres negras militantes pode contribuir para uma Educação em Direitos Humanos em Caxias do Sul?

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como a sistematização das experiências de mulheres militantes negras pode contribuir para a Educação em Direitos Humanos em Caxias do Sul. Para alcançar esse objetivo, é necessário delinear os seguintes objetivos específicos que nortearão a investigação:

- A. Compreender como a temática dos direitos humanos perpassa as experiências de luta coletiva das coautoras;
- B. Refletir junto às coautoras se e como suas ações, concepções, e estratégias são potencializadoras da educação em direitos humanos;
- C. Perceber nas experiências das mulheres negras militantes quais são as principais demandas em direitos humanos em Caxias do Sul;
- D. Analisar se e como a participação de mulheres negras militantes pode influenciar na formação antirracista e feminista nos movimentos sociais em que estão inseridas.

A invisibilidade da população negra na historiografia de Caxias do Sul é identificada também, de forma geral, na historiografia do estado do Rio Grande do Sul. Para Mário

Maestri (2002, p. 184), há um “imaginário étnico-histórico gaúcho” dominante, em que a população gaúcha seria fruto apenas de luso-brasileiros e ítalo-germânicos.

É importante demarcar que esse apagamento de negras e negros, observado nos espaços museais da cidade, revela uma contradição, pois, em 2002, Caxias do Sul passou a integrar a AICE - Associação das Cidades Educadoras<sup>7</sup>. Um dos princípios das Cidades Educadoras é o respeito à diversidade, como se observa em sua Carta de adesão.

A diversidade é inerente às cidades actuais (sic) e prevê-se que aumentará ainda mais no futuro. Por esta razão, um dos desafios da cidade educadora é o de promover o equilíbrio e a harmonia entre identidade e diversidade, salvaguardando os contributos das comunidades que a integram e o direito de todos aqueles que a habitam, sentindo-se reconhecidos a partir da sua identidade cultural (AICE, 2004, p. 3).

A Carta elaborada no Congresso de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona em 1990, foi revisada em 1994, no II Congresso, e em 2004, no VIII Congresso, em Gênova. Em 2020, a carta passou por nova revisão, incorporando novos desafios e referenciais. Atualmente, 31 cidades brasileiras integram a Associação de Cidades Educadoras, mas Caxias do Sul deixou de constar entre elas.

Ainda assim, acredito ser válido questionarmos: poderia uma cidade ter sido considerada educadora se ela continua a contribuir para a invisibilidade histórica e o apagamento das contribuições culturais, políticas e sociais de uma parcela da sua população, que já sofre com o racismo, uma forma de opressão estrutural? Se atualmente Caxias do Sul não integra a AICE, ou seja, não assume tal compromisso enquanto cidade educadora, em que medida podemos verificar, nesta cidade, práticas reprodutoras de opressões?

---

<sup>7</sup> Em 2002, através da lei nº 5.817, de 25/04/2002, Caxias do Sul tornou-se integrante da Associação Internacional das Cidades Educadoras. O conceito de Cidade Educadora tem origem em Barcelona na Espanha em 1990, no I Congresso de Cidades Educadoras. Surge em um contexto em que o país procurava se refazer após a ditadura de Francisco Franco, tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. A primeira Carta elaborada baseia seus princípios em documentos como a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001). Em seu III Congresso Internacional realizado na Bolonha em 1994, surge a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), uma rede de cidades de diversos países que assumem o compromisso firmado na Carta das Cidades Educadoras.



Concordo com Moacir Gadotti (1990) quando ele nos diz que a urbe apresenta muitas possibilidades educativas, sobretudo em sua relação com a formação para a cidadania. Essa lógica de pensar a educação, para além dos muros da escola, pode estar a serviço de uma formação permanente entre os seus cidadãos e cidadãs, uma formação que se reatualiza diante das novas necessidades e dos novos paradigmas na produção do saber, uma educação viva ao alcance das diversas gerações, inclusive daqueles indivíduos que, por diversas razões, foram excluídos dos espaços formais de aprendizagem.

Para Paulo Freire (2001), o ser humano está sempre em um processo de vir a ser; ou seja, somos seres inacabados, e a educação permanente é inerente à nossa existência.

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. [...] A educação e a formação permanente se fundam aí (Freire, 2001, p. 12).

E, se a formação permanente é indispensável aos seres humanos, cabe ao Estado, na dimensão das cidades, o papel de educar e garantir esse direito inalienável:

Em outras palavras e talvez reiteradamente, não é possível ser gente sem, desta ou daquela forma, se achar entranhado numa certa prática educativa. E entranhado não em termos provisórios, mas em termos de vida inteira. O ser humano jamais para de educar-se. Numa certa prática educativa não necessariamente a de escolarização, decerto bastante recente na história, como a entendemos. Daí que se possa observar facilmente quão violenta é a política da Cidade, como Estado, que interdita ou limita ou minimiza o direito das gentes, restringindo-lhes a cidadania ao negar educação para todos (Freire, 2001, p. 13).

A partir dessa violência política da cidade, podemos refletir sobre o quanto o racismo, presente de diversas maneiras, como a própria invisibilidade imposta à população negra que a habita, é responsável por uma "pedagogia do ódio" (Nunes, 2023, p.343). A cidade é fruto do que herdamos no passado, mas também é feita de sonhos e possibilidades; “o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação” (Pesavento, 2007, p. 11).

Na busca por uma educação libertadora, e, por isso, permanente, dialógica e voltada à humanização e liberdade dos oprimidos e oprimidas, no âmbito da cidade, compreendo que raça, gênero e classe estão articulados estruturalmente; por isso, estão as mulheres negras na base do sistema de opressões. Nunes (2010, p. 11) nos estimula a pensar como “a história de luta vivida e a liberdade ainda a ser conquistada” podem ser projeto da educação formal nas escolas, e também de uma cidade educadora, onde podem as mulheres negras militantes

“junto a outros, ser um parâmetro” (Nunes, 2010, p. 11) para a educação libertadora que queremos construir.

Por isso, parto da compreensão de que os movimentos sociais são importantes espaços de educação não formal, e que a sistematização da experiência de mulheres negras militantes pode trazer ensinamentos para uma Educação em Direitos Humanos, de acordo com a realidade local de Caxias do Sul.

Pesquisas sobre o potencial educativo dos movimentos sociais não são nenhuma novidade. Entretanto, essa pesquisa tem relevância, pois tem a pretensão de relacionar o antirracismo e os pressupostos da Educação em Direitos Humanos enquanto campo do conhecimento com a realidade local de Caxias do Sul. E dessa maneira, busca nomear como tema dos direitos humanos, as demandas mais significativas convergentes na sistematização das experiências das coautoras dessa pesquisa. Além de compartilhar ensinamentos sobre a educação em direitos humanos a partir do recorte de classe, gênero e raça.

A dissertação está organizada da seguinte maneira: O capítulo 2 apresenta a revisão bibliográfica levantada durante o processo de pesquisa. O capítulo 3, intitulado “Interseccionalidades: a participação feminina negra nos movimentos sociais e na luta por direitos humanos no Brasil”, e o capítulo 4, “Educação em direitos humanos em uma perspectiva antirracista”, são as lentes teóricas que orientam para o Sul<sup>8</sup> e conduzem a análise na pesquisa. O capítulo 5, “Caminhos teórico-metodológicos”, descreve sobre a metodologia adotada e os movimentos da pesquisa. O capítulo 6, “A experiência de ser uma militante negra em Caxias do Sul – ‘Nós por nós’”, apresenta a trajetória individual das coautoras e os temas geradores levantados em cada uma das narrativas. O capítulo 7, “Encontro coletivo – ‘O importante do coletivo e dos movimentos é a gente se reconhecer no outro’”, reúne as reflexões e categorias emergentes do diálogo entre coautoras e autora. E o capítulo 8, “Construir possibilidades de liberdade”, apresenta a análise final com vistas a responder os objetivos e o problema de pesquisa propostos.

---

<sup>8</sup> Referência ao termo “Sulear” de Paulo Freire.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Para esta revisão de literatura, foram utilizados artigos do Portal de Periódicos da Capes e teses e dissertações do Catálogo da Capes. Na busca por artigos, o escopo de pesquisa utilizado foi: “direitos humanos” AND “cidades educadoras”, que retornou apenas dois resultados, motivo pelo qual essa combinação foi descartada.

Após alguns testes, optou-se por utilizar os descritores “direitos humanos” OR “educação em direitos humanos” AND “movimentos sociais” AND “militância feminina” OR “mulheres militantes”, o que resultou em 617 artigos.

Em seguida, apliquei os filtros “revisado por pares” e o recorte temporal de cinco anos, de 2019 a 2023, o que reduziu o número para 120 resultados. Considerei a aplicação desses filtros e recortes como a primeira etapa de seleção. Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados os artigos que, de alguma forma, se aproximavam do tema, resultando na seleção de sete artigos. No entanto, após uma leitura mais detalhada dos resumos, percebi que apenas um desses artigos abordava a questão racial; este, então, foi selecionado. Decidi realizar novas testagens de combinações de descritores, o que levou à redefinição da busca, a qual será abordada a seguir. De qualquer forma, defini essa primeira busca como o Conjunto de descritores 1.

Com essa mesma definição de descritores, encontrei no Catálogo de Teses e Dissertações, entre os anos de 2019 e 2023, e nos programas de pós-graduação em direitos humanos ou educação, 58 trabalhos. Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados dois. A tabela 1 apresenta os resultados dessa primeira busca:

Tabela 1 - Conjunto de Descritores 1

Artigos encontrados:	1ª seleção (leitura de títulos e resumos)	2ª seleção (leitura integral)
120	7	1
Teses e Dissertações encontradas:	1ª seleção (leitura de títulos e resumos)	2ª seleção (leitura integral)
58	2	2

Abaixo, segue tabela com a identificação dos trabalhos selecionados.

Tabela 2 - Pesquisas Selecionadas 1

Natureza	Ano	Autores	Título
Artigo	2021	Lucas Antunes Machado	Contribuições do pensamento feminismo negro interseccional para a Educação em Direitos Humanos
Dissertação UFPE	2022	Ana Camila De Oliveira	O que se cala: Os Direitos Humanos a partir do pensamento de Lélia Gonzalez
Dissertação UFPE	2023	Julia Maria De Oliveira Campos	O pensamento político-pedagógico de bell hooks <sup>9</sup> para a Educação Em Direitos Humanos

Como a questão racial é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa e o uso dos descritores anteriores resultou em poucos trabalhos com esse recorte, decidi realizar novas buscas, mas mantendo os poucos trabalhos encontrados nessa perspectiva. Assim, acrescentei o termo “mulheres negras”.

No Portal de Periódicos, percebi, nas buscas anteriores, que ao utilizar o termo “direitos humanos”, geraram-se muitos resultados sem conexão com a educação. Por isso, optei por manter apenas o descritor “educação em direitos humanos”. Além disso, junto ao termo “movimentos sociais”, acrescentei a variável “movimento social”, pois percebi, nas testagens anteriores, a recorrência de ambos.

**O Conjunto de Descritores 2** ficou assim definido: “educação em direitos humanos” AND “mulheres negras” AND “movimentos sociais” OR “movimento social”, e resultou em 911 artigos. Após a filtragem por: idioma (português), revisão por pares, área de ciências humanas e acesso aberto, e considerando publicações entre 2019 e 2023, obteve-se 91 resultados. Após a leitura de títulos e resumos, foram selecionados quatro artigos, que seguem conforme a tabela abaixo.

No catálogo de teses e dissertações, encontrei mais resultados ao utilizar as seguintes variáveis: “educação em direitos humanos” OR “direitos humanos” AND “movimentos sociais” AND “mulheres negras”. Foram encontrados sete resultados, e, após a leitura dos títulos e resumos, selecionei dois.

Tabela 3 - Conjunto de Descritores 2

<sup>9</sup> bell hooks, escrito em letra minúscula, é como a escritora, professora e feminista Gloria Jean Watkins se autodenominava em homenagem à sua avó. A escolha do nome em minúsculas é uma opção política, que visa chamar a atenção para sua obra e não para sua pessoa. Portanto, em respeito à autora, será mantida a escrita de seu nome em letras minúsculas nesta pesquisa também.

Artigos encontrados:	1ª seleção (leitura de títulos e resumos)	2ª seleção (leitura integral)
91	4	1
Teses e Dissertações encontradas:	1ª seleção (leitura de títulos e resumos)	2ª seleção (leitura integral)
7	2	2

A seguir tabela com os textos selecionados para debate:

Tabela 4 - Pesquisas Selecionadas 2

Natureza	Ano	Autoria	Título
Artigo	2020	Amilcar Araujo Pereira; Jorge Lucas Maia; Thayara Cristine Silva de Lima	Os “rolês” do Movimento Negro Brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação
Tese UFRJ	2022	Silvia Cristina de Sousa Carvalho	Mulheres negras em movimento: Organização, luta e resistência pelo direito de existir em São Gonçalo
Tese UnB	2023	Aisha Sayuri Agata da Rocha	Florescendo entre o visível e o invisível: A presença e participação política das mulheres afro na Argentina

A tese “Mulheres negras em movimento: organização, luta e resistência pelo direito de existir em São Gonçalo” de Silvia Cristina de Sousa Carvalho (2022), procura qualificar as formas de (re)existências das mulheres Negras em São Gonçalo, especialmente no que diz respeito à violência. A autora utiliza entrevistas e análise de fichas de cadastro da sala lilás<sup>10</sup> de São Gonçalo para verificar a incidência da organização das mulheres nas políticas públicas voltadas a essa questão.

A tese se aproxima desta pesquisa na medida em que compreende o recorte racial como fundamental para enfrentar os discursos universalizantes dos Direitos Humanos.

Pensar a falácia da modernidade tem sido uma constante desde o momento em que me aportei academicamente às desigualdades sociais, de gênero e raça. Discursos universalizantes de uma pretensa igualdade, fraternidade e liberdade caem por terra

<sup>10</sup> Sala lilás é um equipamento de atendimento multidisciplinar e especializado para atendimento de vítimas de violência de forma a garantir privacidade, proteção e acolhimento.

quando analisamos a realidade, especialmente, brasileira incluindo a questão racial, de gênero e classe, e, nesse sentido questiono de que direitos humanos estamos falando (Carvalho, 2022,p. 40).

É muito pertinente a problematização que a autora faz sobre o conceito de movimentos sociais e sua classificação hegemônica, questionando a definição do Movimento Negro como “novos movimentos sociais”, visto que o movimento carrega o legado do aquilombamento, apontado como estratégia ideológica. Assim, a tese possibilita um alargamento das noções sobre o que são movimentos sociais e o que significa ser um militante.

Já a dissertação “O que se cala: os direitos humanos a partir do pensamento de Lélia Gonzalez”, de Ana Camila de Oliveira (2022), busca, por meio do pensamento da referida autora, enfrentar a ótica moderna/colonial e eurocêntrica da qual os Direitos Humanos são frutos. Como a autora aponta, mesmo não tendo falado especificamente sobre Direitos Humanos, Lélia elaborou importantes categorias para pensar o tema de forma mais coerente com a realidade brasileira, com destaque para a categoria de “Amefricanidade<sup>11</sup>”, que, ao lermos diretamente na obra de Gonzalez ou na dissertação mencionada, podemos perceber como uma antecipação do que viria a ser nomeado como interseccionalidade anos depois pelas teorias feministas.

O artigo “Contribuições do pensamento feminismo negro interseccional para a educação em direitos humanos”, de Lucas Antunes Machado (2021) problematiza questões como a universalidade dos direitos humanos e como a categoria da diversidade vem sendo tratada como tolerância e benevolência ao diferente, sem implicar na problematização e no engajamento em enfrentar as desigualdades sociais a partir das diferenças. Por isso, o autor vê na pedagogia engajada de bell hooks uma possibilidade para pensar a educação em direitos humanos, a partir de uma pedagogia do feminismo negro. Aspectos como participação, relação entre experiência e teoria, autorrealização e comunidade pedagógica são pressupostos dessa pedagogia. Destaca-se a interseccionalidade como ferramenta analítica e de intervenção, a partir das experiências de grupos oprimidos.

A tese “Florescendo entre o visível e o invisível: a presença e participação política das mulheres afro na Argentina”, de Aisha Sayuri Agata da Rocha (2023), assim como o presente trabalho, trata da organização coletiva de mulheres negras em contextos locais que, se afirmam como representações de cidades brancas, descendentes apenas de europeus, no caso da tese acima, a cidade de Buenos Aires. Rocha busca por um panorama das estratégias de luta de mulheres afro em um contexto que as torna invisíveis, através da observação

---

<sup>11</sup> Amefricanidade pode ser entendida como unidade específica para pensar a experiência comum do colonialismo na América (Gonzalez, 2020).

participante e de entrevistas semi-estruturadas com três organizações afro feministas que seguem abordagens diferentes: foco na participação política institucional; formação acadêmica e intervenção artístico-cultural para a luta por direitos humanos.

A vinculação da participação das mulheres negras com os direitos humanos está no entendimento da autora de como “muitas vezes os movimentos focados em gênero e raça são rotulados somente como lutas identitárias. Porém [...] esses movimentos lidam com problemas de direitos humanos complexos e estruturais” (Rocha, 2023, p. 16). Assim, com uma perspectiva crítica dos Direitos Humanos, refutando concepções universalistas e utilizando a interseccionalidade, mobiliza importantes categorias para a escrita da pesquisa, como a ideia de corpos-territórios, que, nas mulheres afro, representam ao mesmo tempo territórios de exploração colonial e de resistência e luta.

A tese também contribuiu para o alargamento e atualização da definição de quilombo como espaço coletivo de fortalecimento de laços de solidariedade e resistência, onde os coletivos e movimentos de mulheres negras são considerados os novos quilombos. Rocha traz ainda o interessante debate de autoras do feminismo decolonial sobre a colonialidade de gênero. Como Rita Segatto, que defende que nas sociedades anteriores à colonização já havia um patriarcado, porém de baixa intensidade, e que, a partir do colonialismo torna-se um patriarcado de alta intensidade. Enquanto, as pesquisadoras María Lugones e Oyeronke Oyewumi, defendem não ser possível afirmar a existência de um patriarcado nessas sociedades, pois esse é resultado da intrusão colonial. Para essas autoras a subordinação das mulheres não é algo universal. Apesar das divergências, o primordial entre essas pesquisadoras é o entendimento de como o colonialismo e sua extensão na colonialidade implicam consequências na vida de mulheres negras e indígenas. Anterior ou posterior ao colonialismo, o patriarcado torna-se mais complexo em sociedades que sofreram esse processo de colonização.

A dissertação de Julia Maria de Oliveira Campos (2023), intitulada “O pensamento político-pedagógico de bell hooks para a educação em direitos humanos”, analisa a escrevivência<sup>12</sup> de hooks, principalmente na trilogia em que ela se dedica a pensar sobre educação. A pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições de hooks para uma educação em direitos humanos, sistematizando assim, quatro eixos de análise em seu pensamento para a educação como prática de liberdade: a integridade, o reconhecimento, a formação de comunidades pedagógicas e a ética do amor (Campos, 2023, p. 86).

---

<sup>12</sup> Escrevivência é um conceito de Conceição Evaristo e refere-se à escrita a partir das vivências, do cotidiano, das experiências de vida.

Em suas formulações, é evidente a indissociabilidade entre teoria e prática, o reconhecimento da pluralidade de saberes, sobretudo o saber da experiência, para que promova a consciência crítica necessária para o autoconhecimento, autoestima e autorrecuperação das dores sofridas pelas diversas formas de opressão interconectadas. A bell hooks é uma das pesquisadoras feministas que escreveram sobre a interconexão de diferentes sistemas de opressão, muito antes da definição desse conhecimento como interseccionalidade a partir de Kimberlé Crenshaw.

Profundamente inspirada pelo legado de Paulo Freire, hooks tem no diálogo o eixo de sua pedagogia engajada. Ela defende a formação de comunidades pedagógicas, onde todas e todos, estudantes e educadoras(es) são responsáveis pela aprendizagem-conhecimento. Enquanto a ética do amor de hooks fala da solidariedade política que se forma por aquelas e aqueles que lutam contra essas opressões interconectadas, “o afeto é capaz de acolher e empoderar a todos” (Campos, 2023, p. 108).

A pesquisa de Julia, ao mergulhar na obra de hooks, apresenta elementos muito importantes para pensar a educação em direitos humanos, pois defende uma pedagogia que, por ser engajada, promove à formação de sujeito de direitos, através do empoderamento dos indivíduos, que pensam criticamente suas realidades e na solidariedade política enfrentam as desigualdades e violências do patriarcado capitalista imperialista de supremacia branca.

O artigo “Rolês” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação” de Amílcar Araujo Pereira; Jorge Lucas Maia e Thayara Cristine Silva de Lima (2020), por meio da análise de formulários on-line e de entrevistas de história oral com militantes do movimento negro das cinco regiões do país, apresenta algumas características gerais desse movimento. Como as estratégias, frentes de atuação, demandas e referenciais para compreender como se tem construído a luta antirracista, especialmente na área da educação. Os autores colocam em diálogo diferentes definições de “movimento negro”, como Rufino dos Santos e a definição de movimento negro no sentido amplo, como qualquer entidade ou organização promovidas por negros e negras em qualquer tempo e com distintas finalidades, por exemplo, entidades religiosas, artísticas, folclóricas, etc. Enquanto Nilma Gomes define movimento negro a partir da atuação de organizações que, mesmo atuando de forma muito distinta, tem como centro a luta contra o racismo. O artigo oferece um panorama da história de lutas do movimento negro no Brasil e possibilita que os participantes apontem as continuidades e descontinuidades, as demandas, desafios e vitórias na atualidade dessa luta.

A educação é identificada na publicação como a maior luta e conquista do movimento, através da lei de cotas e da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e



indígena nas escolas. O movimento, na atualidade, tem demonstrado como característica uma predominância da liderança de mulheres negras nos coletivos, além da articulação com outros movimentos sociais. Também se observa uma parcela significativa de pessoas não vinculadas a organizações coletivas, o que amplia a definição de militante.

Os trabalhos acima foram selecionados tendo como critério a proximidade do tema, envolvendo o protagonismo de mulheres negras na luta por direitos ou a partir da construção teórica de feministas negras militantes e pesquisadoras. As pesquisas analisadas têm em comum a defesa dos direitos humanos a partir de fundamentos do feminismo negro, em que a universalidade dos direitos humanos é tensionada, abrindo espaço para pensar a importância do reconhecimento das diferenças.

A pesquisa aqui pensada difere das supracitadas, pois visa a articular os saberes oriundos das experiências das coautoras com o referencial teórico da Educação em Direitos Humanos e de autores como Frantz Fanon, Achille Mbembe e Neusa Santos Souza, que contribuem para a reflexão sobre o racismo e as relações raciais, e tem como recorte a localidade de Caxias do Sul. Outro diferencial é a metodologia pretendida, caracterizada como sistematização de experiências, portanto, seu desenvolvimento se dá pela coautoria e pelo diálogo, e não por coleta de dados com entrevistas ou na análise de escrituras e bibliografias, como foi feito nas publicações analisadas.

### 3. INTERSECCIONALIDADES: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NEGRA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E NA LUTA POR DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

De que mulheres falamos quando nos referimos à experiência feminina na história por direitos humanos no Brasil?

Começo este capítulo reconhecendo meu lugar social enquanto mulher branca, que ocupa esse espaço de privilégio que é a academia, sobretudo como estudante de mestrado. Refletindo sobre minha própria trajetória até aqui, faço a autocrítica: quando em meu projeto de conclusão de curso ouvi a história de oito feministas de Caxias do Sul, que participaram da União de Mulheres Caxienses (UMCA), fundada em 1983, não percebi de imediato que seis dessas oito lideranças não se consideravam brancas na época<sup>13</sup>. Embora as questões raciais estivessem presentes no texto da investigação, o referencial teórico que utilizei não poderia ser suficiente para pensar sobre aquelas experiências, pois eram referências do feminismo hegemônico e branco. Posteriormente, tive contato com o feminismo decolonial, e isso me levou a ter como pressuposto para a pesquisa, e para minha atuação como educadora e como cidadã, que não é possível ler a realidade brasileira sem ter como centralidade o entrelaçamento de classe, gênero e raça.

Como pensar a história da cidade, a educação e os direitos humanos sem demarcar que a experiência das mulheres negras no Brasil é invisibilizada? Por isso, é importante o alerta de Andrade e Cunha (2023):

Quando vamos começar a refletir sobre os movimentos feministas, uma história dos movimentos feministas, seja no Brasil, seja em qualquer outro contexto, é primordial que saibamos que estaremos sempre falando de uma só parcela desses movimentos feministas, que é de uma parte dessa história que estaremos olhando e falando, do nosso ponto de vista sobre essa história e que, com isso, fatalmente, deixaremos de falar de muitas outras experiências importantíssimas que, por diversos fatores – como território, raça, classe, sexualidade, religião, etc – não temos conhecimento e muito menos experimentamos (Andrade e Cunha, 2023, p. 22).

Neste capítulo, apresento um breve contexto da literatura sobre a história da participação feminina na luta por direitos humanos no Brasil, refletindo sobre aquilo que nos une enquanto mulheres, as dores do patriarcado e do sexismo, e aquilo que nos afastou e pode continuar a nos afastar, que é a categoria universal da mulher e sua consequência na invisibilidade que as mulheres negras enfrentam na sociedade, nos movimentos sociais e na pesquisa.

Conforme Solon Viola (2007, p. 119), o termo “direitos humanos” é uma construção

---

<sup>13</sup> Uma das narradoras não sabia muito bem como se autodenominar, mas dizia não ser mulher branca.

histórica e polissêmica e seus princípios “têm servido a formas difusas que caracterizam tanto os discursos nebulosos, justificadores do autoritarismo, como a defesa de projetos alternativos”. E embora desde o Brasil colônia haja insurgências em torno de direitos e liberdade, é na luta pelo fim da ditadura civil-militar<sup>14</sup> de 1964, que o conceito direitos humanos vai assumir um discurso em defesa da vida e de direitos, pois em um primeiro momento foi usado como justificativa do golpe e seu terrorismo de Estado.

Com a ocupação do Estado pelos militares na segunda metade do século passado, levou a que, sob a égide da Guerra Fria, mais da metade da população do continente viveu imersa no terror de regimes autoritários, que ideologicamente eram justificados com discursos em defesa da democracia e dos direitos humanos (Viola, 2007, p. 126).

É no enfrentamento à ditadura civil-militar que a defesa dos direitos humanos estimula a proliferação de diversas organizações e coletivos dos movimentos sociais no Brasil. Por isso, esse se torna um marco histórico para pensar os movimentos sociais no país, sem deixar de reconhecer o legado das rebeliões negras e dos quilombos desde a Colônia, ou as importantes iniciativas nos primeiros anos da República, como a luta operária, o movimento sufragista, a imprensa negra e feminista, os diversos grêmios, clubes ou associações de mobilização de negros e negras, como a formação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931<sup>15</sup> e o Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, entre outras manifestações de resistência e luta de brasileiras e brasileiros que nos antecederam.

Não é possível, dentro dos objetivos desta pesquisa fazer um levantamento das várias organizações de luta, mas acho importante uma pequena ilustração dessa presença, sobretudo da militância negra, pois é fato que persiste invisibilizado. Domingues (2007), a partir de uma revisão de literatura, assim apresenta sobre a existência dessas organizações no início do século XX:

[Regina Pahim] Pinto computou a existência de 123 associações negras em São Paulo, entre 1907 e 1937. Já Muller encontrou registros da criação de 72 em Porto Alegre, de 1889 a 1920, e Loner, 53 em Pelotas/RS, entre 1888 e 1929. Havia associações formadas estritamente por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas (Domingues, 2007, p. 103-104).

A citação acima demonstra uma significativa mobilização negra no país, inclusive no

<sup>14</sup> Tem se ampliado na literatura o uso da expressão “ditadura civil militar empresarial” para destacar o papel do empresariado na ditadura iniciada com o golpe de 1964.

<sup>15</sup> Para conhecer sobre o movimento negro entre 1989 a 2000, consultar: DOMINGUES. Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Volume 12, Número 23, 2007.

estado do Rio Grande do Sul, que, como foi dito anteriormente, mantém uma política de esquecimento sobre a presença negra em seu território. A revisão de literatura consultada para essa pesquisa indicou haver interpretações distintas sobre as definições e marcos sobre os movimentos sociais. Carvalho (2022) aborda como há uma tendência em identificar os movimentos operários como marco dos movimentos sociais, e assim, os movimentos negros são considerados os “novos movimentos sociais”, situados após os anos de 1950. Mas a autora, baseada nas pesquisas de Domingues (2007), Beatriz Nascimento (2018) e Abdias Nascimento (2019), provoca deslocamentos ao negar essa definição de “novo” ao movimento negro, pois identifica o quilombo “como o embrião do surgimento dos movimentos sociais no Brasil (Carvalho, 2022, p. 44). Os quilombos deixaram um legado que hoje se converte no processo de aquilombamento, no qual se realiza a “autoafirmação e recuperação da identidade cultural do negro” (Carvalho, 2022, p. 53) mobilizando-o para a luta política.

Domingues (2007, p. 101) entende o movimento negro como “a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam” em espaços diversos. O autor faz crítica à interpretação de Joel Rufino dos Santos, por considerar um alargamento conceitual e temporal, ao definir como movimento negro toda organização, coletivo ou entidade promovida por negros e negras para combate ao racismo, como movimentos artísticos, literários, religiosos assistenciais, recreativas, culturais e políticas (Gomes, 2017, p. 23).

Contudo, esta definição de Rufino dos Santos só faz sentido do ponto de vista militante, pois ela é, no mínimo, problemática em uma abordagem historiográfica. Se se consideram como movimento negro todos os movimentos que organizem em qualquer tempo e aspecto sob qualquer rubrica descendentes de africanos no Brasil, neste artigo estariam faltando, entre outros temas, a história das irmandades negras, dos terreiros de candomblé, da capoeira ou das escolas de samba (Domingues, 2007, p. 102).

Conforme Nilma Gomes (2017, p. 22), o movimento negro brasileiro politizou a “raça” e a mobiliza enquanto identidade e mediação para a luta política. E é raça enquanto fator determinante que Domingues (2007) compreende o movimento negro:

Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007, p. 101-102).

Sobre a definição de movimento negro, Gomes (2017, p. 23) considera os “grupos

políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial”.

Com esse entendimento, Domingues (2007) sistematizou a trajetória do movimento negro durante a República, entre 1889 e 2000, compreendendo o movimento negro como “movimento político de mobilização racial (negra) [...] mesmo que este movimento assuma em muitos momentos uma face fundamentalmente cultural” (Domingues, 2007, p. 102). Apesar das discussões sobre o marco do surgimento do movimento negro, para esse autor, o movimento negro contemporâneo, que assume táticas e estratégias mais próximas ao que conhecemos hoje, nasceu no contexto da ditadura civil-militar (Domingues, 2024, p. 4).

Já na literatura sobre feminismo, é comum apresentar como marco da organização política das mulheres, os anos finais do século XIX e início do século XX, a mobilização das sufragistas, identificadas com as camadas mais altas da sociedade, e a luta das mulheres operárias. Celi Regina Pinto (2023) diz que durante toda a República brasileira houve mobilizações de mulheres por direitos, entretanto, elas não se definiam necessariamente como feministas.

Se não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade; foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público (Pinto, 2003, p. 43).

Conforme Rovai (2012), durante a ditadura civil-militar, as mulheres exerceram além de uma significativa resistência armada, uma grande militância invisível, ao politizarem o afeto que sentiam por aqueles e aquelas vitimados pelo Terrorismo de Estado. Muitas mulheres antes alienadas à política, passaram a atuar acolhendo perseguidos políticos, no atendimento a feridos, escondendo e transportando armas e documentos, como intermediárias entre famílias e presídios e buscando informações sobre desaparecidos políticos. Elas utilizaram estratégias criativas como a performance de gênero:

Os testemunhos das entrevistadas durante minha pesquisa demonstraram que assumir o papel feminino imposto pela sociedade se tornou uma grande arma para burlar os limites e proibições, mesmo em “território inimigo” (delegacias e prisões). Suas narrativas revelaram táticas de esperteza e negociação constantes. Pequenos planos, como oferecer café aos soldados e tratamento amigável àqueles que vigiavam suas casas, conseguiram impedir, muitas vezes, que suas casas fossem invadidas ou garantiram que a vida de seus familiares fosse poupada. Muitas vezes, crianças de colo eram trazidas diante de militares e delegados (como o temido Luís Paranhos Fleury) para reforçar a ideia de mães zelosas, esposas frágeis, submissas e ignorantes, a fim de conseguir barganhar visitas, ter acesso a notícias ou pedir o relaxamento das penas (Rovai, 2013, p. 123).

A autora nos provoca a pensar nas inúmeras histórias de resistências não contadas. Podemos nos perguntar quantas dessas mulheres invisibilizadas, de histórias não contadas são mulheres negras?

Conforme Pinto (2003), os primeiros grupos autodenominados feministas surgiram no início dos anos de 1970 no Brasil, inspirados pelas teorias e mobilizações das feministas do norte global. Devido ao contexto da repressão, eles tinham um aspecto muito privado, com grupos de debates entre militantes e intelectuais. Mulheres que tiveram a oportunidade de entrar em contato com teorias feministas em viagens à Europa e aos Estados Unidos, onde essas ideias estavam em plena efervescência, e mulheres no exílio cumpriram importante papel para a circulação de teorias feministas na América Latina (Pinto, 2003). Aqui no Brasil, criaram grupos de reflexão onde suas experiências de vidas passaram a ser entendidas numa dimensão coletiva e política. Fora do Brasil, no exílio, alguns desses grupos de reflexão chegaram a publicar suas opiniões, como Danda Prado e o boletim *Nosotras*<sup>16</sup> (Pinto, 2003, p. 53). Aos poucos aqueles movimentos de mulheres que atuavam em clubes de mães, nas comunidades, no movimento de anistia, entre outros vão se aproximando do movimento feminista (Pinto, 2003, p. 44).

O ano de 1975 é considerado um ano decisivo para as feministas, pois foi quando a ONU declarou ser o Ano Internacional da Mulher e o início da década da mulher. Era o reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos, e desta forma, diversas ações foram desenvolvidas para abordar a questão da mulher na sociedade: “era a questão de gênero e a agenda do feminismo, então sendo inserida no âmbito do Estado” (Silva, 2014, p. 17). Conforme Celi Pinto (2003, p. 57), é a partir disso que os grupos feministas vão saindo do espaço privado e vão se tornando aos poucos públicos. Esses grupos sofreram tentativas de censura tanto dos militares no poder, quanto dos setores progressistas da esquerda, que o consideravam um desvio pequeno burguês na luta contra a ditadura (Pinto, 2003, p. 58).

Em 1975, as mulheres fundaram o Movimento Feminino pela Anistia, que pode ser entendido como fruto da politização do afeto, narrada por Rovai (2012; 2013) anteriormente:

Em 1968, com a prisão dos estudantes em Ibiúna, formou-se uma comissão de mães pela libertação de seus filhos. Essa iniciativa foi o embrião da luta pela anistia. [...] No ano Internacional da mulher, elas prepararam um abaixo-assinado, acompanhado do “Manifesto da Mulher Brasileira”, em favor da Anistia.

---

<sup>16</sup> Yolanda Prado, importante feminista e intelectual brasileira foi para o auto-exílio em Paris, onde foi co-fundadora do Grupo Latino-Americano de Mulheres, esse grupo editou o boletim *Nosotras*. Para conhecer melhor sobre a trajetória de Danda Prado indico o livro de Susel de Oliveira da Rosa “Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante”. SP. Intermeios/FAPESP, 2013.

Esse manifesto correu por todo o Brasil, de norte a sul, com adesões de estudantes, advogados e outros profissionais liberais, mães de família e trabalhadoras. Criou-se assim o Movimento Feminino pela Anistia (Teles, 1993. p. 82).

O processo de redemocratização dá um novo impulso aos movimentos sociais. Em 1978, é criado o Movimento Negro contra a Discriminação Racial (MNUCDR), movimento de caráter nacional. Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 113), é predecessor da FNB e do TEN, mas diferencia-se desses, pois “combina problemas de raça e classe como foco de sua preocupação”. Posteriormente, o nome altera-se para Movimento Negro Unificado (MNU). O MNU tinha como formas de ação “a participação em lutas como as do Movimento pela Anistia e do Movimento em Defesa da Amazônia, a solidariedade expressa aos movimentos dos trabalhadores e o apoio aos direitos dos presidiários” (Gonzalez, 2020, p. 120) entre outras formas de atuação.

Domingues (2007) classifica o Movimento Negro brasileiro em diferentes fases: uma primeira fase que vai da Primeira República até o Estado Novo (1889-1937), onde “o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo” (Domingues, 2007, p. 105). A segunda fase: da Segunda República à Ditadura Militar (1945-1964), considerada como período de difícil mobilização do movimento negro, que apesar do importante e marcante trabalho desenvolvido pelo TEN, ficou “isolado politicamente naquele momento, não podendo contar efetivamente com o apoio das forças políticas, seja da direita, seja da esquerda marxista” (Domingues, 2007, p. 110). E assim, como a luta feminista, as reivindicações da militância negra eram consideradas uma forma de dividir a luta dos setores progressistas. E a terceira fase: da Redemocratização à Nova República (1978 - 2000), onde o movimento negro passa a assumir e ressignificar o termo negro:

Para incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU resolveu não só despojar o termo “negro” de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Assim, ele deixou de ser considerado ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás. O termo “homem de cor”, por sua vez, foi praticamente proscrito (Domingues, 2007, p. 115).

São características do movimento negro a partir da redemocratização, a “adoção “oficial” do termo “negro”, posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e “afrodescendente” e a “denúncia sistemática do “mito” da democracia racial” (Domingues, 2007, p. 118).

Gonzalez (2020) afirma que já em seu primeiro ano de fundação, o MNU tratava da

questão da mulher. Pesquisas como de Domingues (2007) e Pereira, Maia e Lima (2020), demonstram que o protagonismo das mulheres nos movimentos negros tem se mantido desde então. Apesar disso, as mulheres negras tiveram e têm suas experiências, atravessadas por gênero, raça e classe, invisibilizadas tanto nesse movimento social como no movimento feminista.

Para Núbia Moreira (2023) é difícil localizar na história o início do feminismo negro, mas há algumas narrativas de fundação:

Por que, ao certo, se a gente for falar de um marco histórico originário desse movimento com essa denominação a gente não encontra. Mas algumas autoras têm trabalhado com aquilo que a gente chama como “narrativas de fundação”, “mitos de fundação” (Moreira, 2023, p. 53).

Entre essas narrativas de fundação, é recorrente a que situa o feminismo negro como resultado da participação das mulheres negras em diversos movimentos, principalmente, mas não somente, movimento negro e feminista, durante os anos de 1970. As mulheres negras sentiram a necessidade de se autorrepresentar, pois eram invisibilizadas dentro dos movimentos sociais em que participavam. Por isso, o feminismo negro surge como “resposta das mulheres negras às múltiplas opressões” (Moreira, 2023, p. 54).

É importante a crítica que Silva (2014) faz às muitas tendências que situam o feminismo negro como resultado direto da invisibilidade no movimento feminista e negro especificamente. Ela reconhece a importância desses movimentos no processo de uma militância feminista negra, mas demonstra que antes mesmo desses movimentos sociais, as mulheres negras já se organizavam coletivamente:

Causa-nos espécie pensar que as mulheres negras se articulam por insuficiência de oportunidades de inserção de suas demandas nas agendas de outros movimentos. Embora não se possa reduzir a importante representação destes no processo organizativo das mulheres negras, ao superdimensionar suas negações, é preciso cuidar para não se desvalorizarem os processos fundantes de mulheres organizadas já antes da década aqui analisada e mesmo em datas anteriores ao Movimento Feminista brasileiro (Silva, 2014, p. 36).

A mobilização das mulheres negras não pode ser lida como resultado “das dissidências com os movimentos feminista e negro” (Silva, 2014, p. 35) posto que esse dois movimento não eram “os interlocutores preferenciais das mulheres negras nacionalmente organizadas” (Silva, 2014, p. 35). Ela aponta alguns marcos para referendar essa perspectiva, como:

A criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras em maio de 1950, a ocorrência do Congresso Nacional de Mulheres Negras no mesmo período - inseridos no âmbito do Teatro Experimental do Negro (TEN) -, sob a coordenação de Maria de



Lurdes Nascimento, nos alicerça no debate de que já éramos mulheres e negras, do ponto de vista argumentativo e da construção identitária, antes mesmo das alterações com o Movimento Feministas e o Movimento Negro (Silva, 2014, p. 36).

A necessidade de falar sobre a dupla opressão que sofriam pela raça e gênero levou as feministas negras a promover espaços próprios, desde coletivos, a presença em Conselhos da Mulher, tanto a níveis municipais e estaduais, e em congressos e encontros de mulheres, processo que acumulou forças para a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (IENMN) em 1988. Silva (2014) demonstra como nesse importante marco que foi o IENMN, os perfis das participantes eram diversos e o temário do encontro abrangente e conectado a reflexões interconectadas de classe, gênero e raça.

Reitero que os encontros nacionais de mulheres negras foram também produtores de elaboração de complexas e sofisticadas construções analíticas e políticas do pensamento das mulheres negras brasileiras. A troca e a ampliação de experiências entre as mais antigas e as que acabavam de se assomar à causa cooperavam para a celebração das ações e de espaços de ativismo (Silva, 2014, p. 30).

A redemocratização implicou em uma mudança de postura do movimento negro, que antes tinha um caráter reativo de denunciismo, e nesse momento buscava se articular na política institucional para garantir políticas públicas de promoção da igualdade racial (Domingues, 2024). Com o retorno das eleições diretas para governadores em 1982, muitas lideranças negras passaram a se filiar a partidos políticos para ocupar a política, e mesmo não havendo vitórias eleitorais, conseguem garantir duas importantes conquistas na Constituição Federal de 1988, como o reconhecimento do racismo como crime inafiançável e imprescritível e o direito à terra das comunidades remanescentes de quilombos (Domingues, 2024, p. 9). Desse processo participa, por exemplo, Lélia Gonzalez que concorreu no mesmo pleito à deputada federal.

Em 1988, com o centenário da abolição, o movimento negro lança uma campanha para demonstrar a persistência e as consequências do passado escravocrata na vida da população brasileira, processo que levou a formação de mais organizações como “União de Negros pela Igualdade (Unegro), na cidade de Salvador, em 1988; o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), no Rio de Janeiro, em 1989, e o Geledés, na capital paulista, em 1988” (Domingues, 2024, p. 11).

Outro marco do movimento negro é a participação na III Conferência Mundial contra o Racismo em 2001, na cidade de Durban, África do Sul. O Brasil foi protagonista no evento, tendo como relatora final a brasileira Edna Roland. Esse feito teve impacto, por exemplo, no Plano Nacional de Direitos Humanos de 2002, com adoção de medidas visando enfrentar o

racismo. Era enfim o reconhecimento do Estado brasileiro que o racismo existe em nosso país e o mito da democracia racial foi colocado em xeque (Domingues, 2024, p. 20). A partir de então novas conquistas se concretizaram, como a aprovação da Lei n. 10.639<sup>17</sup>, em 2003, que tornou obrigatório o ensino da história, arte e da cultura dos afro-brasileiros e africanos na educação básica; a Lei n. 12.711, de 2012, que estabeleceu cotas para pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência nas vagas das instituições federais e o Estatuto da Igualdade Racial em 2010, são alguns exemplos.

Outro grande marco na luta por direitos humanos é a realização da Marcha das Mulheres Negras realizada no dia 18 de novembro de 2015. Mais de 100 mil mulheres negras marcharam em Brasília contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver. Conforme Moreira e Cardoso (2020, p.129), a carta elaborada ao fim da Marcha das Mulheres Negras, é fruto do acúmulo da experiência de luta das mulheres negras brasileiras, e pode ser entendida como uma “proposição teórico-política de um novo pacto civilizatório para a sociedade brasileira”.

Enquanto escrevia essa dissertação, as mulheres negras em todo o Brasil vinham se preparando a partir dos territórios, em etapas municipais e estaduais, para a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a 5ª Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial, ambas em setembro de 2025 e a Marcha das Mulheres Negras de 2025 no dia 25 de novembro.

Essa breve retrospectiva indica pelo menos duas coisas. A primeira que ainda carecemos de uma vasta e robusta bibliografia sobre a participação das mulheres negras nos movimentos sociais (Silva, 2014; Gomes, 2017). Silva (2014, p. 14) elogia a fundamentação e a cronologia apresentada por Celi Pinto (2003) sobre o movimento feminista no Brasil, livro referência para estudos do tema, mas adverte que a autora citou apenas uma única vez as mulheres negras nessa obra. Para Gomes (2017) há uma predominância de alguns movimentos sociais em detrimento de outros nas pesquisas acadêmicas, sendo o movimento negro um desses movimentos que ainda estão à margem nas pesquisas.

Apesar disso, tem crescido o interesse por pesquisar sobre a participação política das mulheres negras brasileiras, que sem dúvida, deixaram um legado de lutas e conquistas de direitos e produziram saberes, alguns introduzidos na academia e outros ainda desprezados por essa. Sobre o potencial educador dos movimentos sociais, nos afirma Gomes (2017):

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos

---

<sup>17</sup> A Lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio. Em 10 de março de 2008, a Lei 11.645 ampliou essa obrigatoriedade, incluindo também a História e Cultura Indígena no currículo escolar.

grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (Gomes, 2017, p. 16-17).

O segundo aspecto percebido nessa reconstituição histórica refere-se aos saberes oriundos dos movimentos sociais, em especial da experiência de mulheres negras, que têm contribuído não somente para a teoria feminista, mas também para pensar os direitos humanos, “a epistemologia feminista negra é uma contribuição para os estudos feministas porque ela apresenta as noções de autodefinição, de experiência e a de interseccionalidade” (Moreira, 2023, p. 57).

O movimento feminista e o movimento negro têm em comum esse processo de romper com identidades e papéis sociais impostos. São espaços onde é possível reivindicar a si mesma como sujeita de direitos. Para as mulheres negras que sofrem ao mesmo tempo com a opressão de gênero e de raça, os movimentos sociais possibilitam o seu empoderamento. Sobre o feminismo negro, especificamente, Moreira (2023) afirma:

O feminismo negro brasileiro, ele é um processo. Espaço de intuição, de subjetivação das mulheres negras. Acho que isso é importante porque, a gente também lê hoje como uma ideia de autodefinição, ato de dizer-se mulher negra e o ato de não só dizer-se mulher negra, mas dizer-se a partir de uma positividade de como se quer dizer-se mulher negra. Então, não ser definida pelo outro, não ser a outra da outra (Moreira, 2023, p. 56).

Os movimentos sociais são esses espaços privilegiados de educação. É na vivência deles que aprendemos coisas que a escola e a universidade não ensinam, passando por um novo vocabulário político e epistêmico, e o acesso a saberes transformadores porém marginalizados. Eles atuam como mediadores para que cada indivíduo realize uma leitura crítica de suas próprias experiências de vida e da realidade que os cerca, fortalecem laços de coletividade e pertencimento na busca por um bem comum, contribuem para a (re)construção de identidades e nos convidam a sonhar com um mundo novo, com “inéditos viáveis”.

A seção seguinte reflete sobre as potencialidades na articulação dos saberes e experiências da militância feminina negra para uma educação em direitos humanos a partir de uma perspectiva antirracista.

#### 4. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS EM UMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA

Autores como Achille Mbembe (2022), Frantz Fanon (2022, 2020) e Neusa Santos Souza (2021) permitem compreender a dimensão racial a partir do projeto Colonialista, a dimensão relacional do racismo e seus impactos econômicos, políticos, sociais, culturais e subjetivos. Conforme Mbembe (2022, p.106) o princípio de raça coincide com o surgimento da Modernidade, em que a Europa, no seu projeto de expansão colonial, reconheceu-se enquanto “centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade” (Mbembe, 2022, p.29). E assim, justificava o empreendimento colonial enquanto “uma obra fundamentalmente ‘civilizadora’ e ‘humanitária’” (Mbembe, 2022, p.31) para aqueles que não sendo um espelho da Europa, eram nominados pela raça. Tanto o termo “negro” como a ideia de “raça” são “figuras gêmeas do delírio que a Modernidade produziu” (Mbembe, 2022, p.12). A invenção das raças, que não existindo biologicamente aos humanos, foram e continuam sendo uma criação da política de morte e destruição do Colonialismo: “o conceito de raça - que sabemos advir inicialmente da esfera animal - serviu, em primeira linha, para nomear as humanidades não européias” (Mbembe, 2022, p.41). O processo de colonização é conforme Fanon (2022, p.33), a criação de um “mundo compartimentado”, uma divisão em que “fica patente que o que divide o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer a tal espécie, a tal raça” (Fanon, 2022, p.36). Mais que o domínio territorial, o projeto Colonialista dominou os corpos e o direito a humanidade dos povos colonizados, transformando-os em “quintessência do mal”, no “mal absoluto” (Fanon, 2022, p.38):

Não basta ao colono limitar fisicamente - isto é, por meio da polícia e das forças militares - o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, jamais habitaram o mundo colonizado. O nativo é declarado impermeável à ética: ausência de valores, mas também negação de valores. Ele é, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Nesse sentido, é mal absoluto” (Fanon, 2022, p.38).

Mbembe (2022, p.118) aponta como a Europa levou a cabo um projeto nacional-colonialista que contou com a participação de vários atores sociais, de ciências como etnologia e geografia, e instituições de cultura de massa como a literatura, os museus, a arte em uma “pedagogia de naturalização do racismo”. Tanto o branco como o negro são invenções desse projeto, são polos distintos que existem em relação, isto é, o negro é tudo aquilo que o branco não é. A civilização branca estabeleceu seu domínio como polo positivo

desse binarismo, “a civilização branca e a cultura europeia impuseram ao negro um desvio existencial.[...] aquilo que é chamado de alma negra é uma construção do branco.” (Fanon, 2020, p.28).

Para Grada Kilomba (2019, p. 36), o sujeito branco está dividido em si, a parte do ego “boa” é identificada com o eu, e a parte que deseja negar, reprimir, a parte “má” do ego é projetada no outro. O negro é o outro dessa relação colonial, ele torna-se outro “através de um processo de absoluta negação” (Kilomba, 2019, p. 38).

O negro é “vítima eterna de uma essência, de uma aparência pela qual ele não é responsável” (Fanon, 2020, p.49), por isso, o autor alerta sobre as identidades fixas impostas aos negros. Contribui para desvelar as tramas do racismo as considerações de Souza (2021) sobre os estereótipos que se revestem com características “positivas” para prender o negro a uma essência, uma clausura nesse mundo fragmentado pelas diferenças raciais:

Alguns estereótipos que constituem a mitologia negra adquirem, no nível do discurso, uma significação aparentemente positiva. “O privilégio da sensibilidade”, que se materializa na musicalidade e ritmicidade do negro, a singular resistência física e a extraordinária potência e desempenho sexuais são atributos que revelam um falso reconhecimento de uma suposta superioridade negra. Todos esses “dons” estão associados à “irracionalidade” e ao “primitivismo” do negro, em oposição à “racionalidade” e ao “refinamento” do branco. Quando se fala na emocionalidade do negro é quase sempre para lhe contrapor a capacidade de raciocínio do branco” (Souza, 2021, p.61).

A autora denomina como mito negro como resultado de “determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas” que buscam “escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em natureza” (Souza, 2021, p.54). E assim aquilo que parece ser um atributo positivo associado a pessoas negras acaba por reforçar um mundo dividido por raças.

A superpotência sexual é mais um dos estereótipos que atribuiu ao negro a supremacia do biológico, e, como os da resistência física e da “sensibilidade privilegiada”, reafirma a representação de animalidade no negro, em oposição à sua condição histórica, à sua humanidade (Souza, 2021, p. 62).

O racismo é uma experiência de desumanização que estilhaça identidades, “por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão obstinada de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo força o povo dominado a se perguntar constantemente: ‘quem sou eu, na realidade?’” (Fanon, 2022, p.252).

A experiência colonial promove, conforme Fanon (2020) a alienação, um desejo de ser a imagem daquele que oprime ao se impor como regra, como universal e superior: o homem

branco europeu. Assim, “o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de tornar-se gente” (Souza, 2021, p.46). O racismo implica em identidades renunciadas (Souza, 2021, p.53), em despersonalização, em negação de si.

Pois o colonialismo não fez outra coisa a não ser despersonalizar o colonizado. Essa despersonalização é sentida igualmente no plano coletivo, no nível das estruturas sociais. O povo colonizado então se acha reduzido a um conjunto de indivíduos que só tiram fundamento da presença do colonizador (Fanon, 2022, p.304).

Segundo Souza (2021), para o ser humano se constituir é necessário que haja um modelo ideal, o "ideal do ego", que o vincula ao simbólico, à lei e à ordem da cultura. No entanto, o racismo impõe a brancura como regra universal, como fetiche, assim cria o “ideal do ego branco” como única possibilidade de humanidade, que é internalizado pelo negro. Ao se deparar com a incompatibilidade entre esse ideal de ego e seu próprio corpo, o negro entra em sofrimento psíquico. Como forma de lidar com esse sofrimento, o negro tenta "embranquecer" ou, como diz Fanon (2020), usar uma máscara branca, uma tentativa de aniquilar o próprio corpo, o que afeta a sua autoestima e cria identidades fragmentadas, levando à despersonalização e alienação do indivíduo. “Realizar o ideal do ego é uma exigência - dificilmente burlável - que o superego vai impor ao ego. E a medida de tranquilidade e harmonia interna do indivíduo é dada pelo nível de aproximação entre o ego atual e o ideal do ego” (Souza, 2021, p.64).

É nessa descoberta de si como o outro, como negro ou negra, que o indivíduo vislumbra duas alternativas: “Diante da experiência do inverossímil, frente à constatação dramática da impossibilidade de realizar o ideal, o negro vislumbra duas alternativas genéricas: sucumbir às punições do superego ou lutar, lutar ainda mais, buscando encontrar novas saídas” (Souza, 2021, p. 71).

Essa primeira alternativa de sucumbir ao superego é representada pela melancolia, perda de autoestima, autodesvalorização, culpa, insegurança, angústia, timidez, retraimento e ansiedade fóbica. (Souza, 2021, p.73). A segunda alternativa que nos fala Souza (2011, p.77), é a luta política:

O negro que elege o branco como ideal do ego engendra em si mesmo uma ferida narcísica, grave e dilacerante, que, como condição de cura, demanda ao negro a construção de um outro ideal de ego. Um novo ideal de ego que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva a história. Um ideal construído através da militância política, lugar privilegiado de construção transformadora da história. Independentemente dos modos de compreender o sentido da prática política, seu exercício é representado para o negro como meio de recuperar a autoestima, de afirmar sua existência, de

marcar o seu lugar (Souza, 2021, p.77).

Para Souza (2021) tornar-se negro é tomar consciência de suas opressões e buscar rompê-las:

Ser negro é, além disso, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (Souza, 2021, p.115).

Para Fanon (2020) esse processo de desalienação da pessoa negra, trata-se de conhecer a realidade que nos cerca e da ação política a partir dela para transformá-la:

Em outras palavras, o negro não deve mais se ver colocado diante deste dilema: branquear-se ou desaparecer, mas deve poder tomar consciência de uma possibilidade de existir; dito de outra maneira, se a sociedade lhe cria dificuldades em razão da sua cor, se constato em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a “manter distancia”; ao contrário, meu objetivo será, uma vez elucidados os motivos, colocá-lo em condições de escolher a ação (ou a passividade) diante da verdadeira fonte conflitual - isto é, diante das estruturas sociais (Fanon, 2020, p.114).

Mbembe (2022, p.60) define como razão negra os discursos e narrativas sobre coisas e pessoas de origem africana. A sua “função é, antes de mais nada, codificar as condições de surgimento e manifestação de um sujeito racial então chamado de negro” (Mbembe, 2022, p.61). A razão negra ocidental refere-se a “um trabalho cotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e promover a variação de fórmulas, textos e rituais com o intuito de fazer surgir o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática” (Mbembe, 2022, p.61). Enquanto a razão negra do negro é “gesto de autodeterminação, modo de presença perante si mesmo, olhar interior e utopia crítica” (Mbembe, 2022, p.62).

A partir do exposto podemos afirmar a importância de firmar pactos coletivos para reconstruir e tornar pública a história da população negra, sobretudo a partir do território e suas especificidades, pois “umas das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo (Souza, 2021, p.45). “Dizer a sua palavra”, refletir criticamente sobre a própria experiência e sobre a realidade em que estamos inseridos e agir coletivamente para transformações emancipadoras são caminhos apontados uma educação antirracista.

Viola e Zenaide (2019) falam da dificuldade de o Brasil acertar as contas com o

passado da ditadura como empecilho para os direitos humanos. A isso, podemos acrescentar a falta de acerto de contas com o passado escravocrata, fazendo com que “o avanço no campo da memória e da justiça” careça “de um novo esforço coletivo” (Viola; Zenaide, 2019, p. 94). Nossa cultura política é “enraizada no esquecimento” (Viola, 2010, p. 22), por isso, revisitar e reescrever a história de Caxias do Sul, reconhecendo a mobilização política de mulheres negras é uma forma de articular memória na busca por uma cultura em direitos humanos pensada a partir do local. Isso porque comunicar essas experiências pode contribuir para o reconhecimento e empoderamento de grupos subalternizados como sujeitos de direitos e fazer circular a cultura de luta por direitos humanos entrelaçada a questões estruturais como gênero, raça e classe. Envolver a comunidade caxiense em processos participativos de pesquisa-educação pode permitir que continuemos “a exigir direitos enquanto buscamos produzir uma nova discursividade crítica nos constituindo como sujeitos de enunciação” (Viola; Zenaide, 2019, p. 94).

A “pedagogia do esquecimento” que vivemos em nosso país, “além de silenciar as vítimas tenta impedir que outra discursividade de resistência seja gestada”, processo que influencia nossa identidade latino-americana (Viola; Zenaide, 2019, p. 94). Acredito que isso explica por que é tão comum que o brasileiro se identifique como alheio à política, como povo acomodado, imprimindo para si uma autoimagem negativa. É comum ouvir falar que Caxias do Sul é uma cidade conservadora, fato que não nego, mas é preciso, por isso mesmo, mostrar que aqui neste solo também há espaços e movimentos de pessoas que resistem e lutam por uma cidade que nos humanize e assegure nossos direitos. Aqueles e aquelas que têm compromisso com a defesa dos direitos humanos precisam saber que não estão sós, precisamos promover encontros para que em colaboração possamos aprender juntos, compartilhar experiências e saberes e unir nossos esforços neste projeto em comum.

No entendimento da educação em direitos humanos como campo do conhecimento, é importante pontuar algumas considerações epistemológicas e metodológicas. Segundo Carbonari (2011, p. 119), “os seres humanos podem ou não se constituir em sujeitos de direitos, a depender da qualidade das relações estabelecidas”. Por isso, ele considera que “falar da qualidade das relações é tocar no âmago” da educação em direitos humanos (Carbonari, 2011, p. 119). Para uma educação em direitos humanos as relações precisam se pautar na reciprocidade, na alteridade e solidariedade política. Nilma Gomes (2005, p. 149) ao abordar sobre a educação em relações raciais, afirma que “a educação carece de princípios éticos que orientem a prática pedagógica e sua relação com a questão racial”. Por isso, afirma que é necessário associar teoria às novas práticas concretas antirracistas. Uma dessas práticas



é a “tomada de posição emancipatória diante de si mesmo e do outro” (Gomes, 2021, p. 437), que perpassa por denunciar o racismo, pensar sobre privilégios, refletir nossas práticas, (re)construir relações, buscando sair da “inércia” (Gomes, 2005; 2021). Para a autora, os casos de racismo, frequentemente noticiados, geram comoção e indignação, mas não vão muito além disso, pois não provocam a mudança radical de nossas posturas. Apesar dos importantes avanços na conquista de leis e políticas públicas afirmativas para a população negra no Brasil, sobretudo após 2003, durante os governos populares, persiste a violência e a desigualdade racial no país. O mito da democracia racial apesar de ser consenso entre pesquisadores, ainda é uma realidade no imaginário social (Candau, 2020, p. 683), o que nos leva a uma “inércia e indiferença raciais” (Gomes, 2021, p. 441). Acabamos assim, por não (re)pensar nossas práticas pedagógicas, epistemológicas e políticas. Por isso, é preciso uma reação antirracista: “a expectativa (e esperança) é que estejamos diante de uma crescente reação antirracista na sociedade que envolva muitos sujeitos, negros e não negros, organizações progressistas, mídias alternativas, movimentos sociais e instituições democráticas” (Gomes, 2021, p. 440).

Nessa reação antirracista é necessária uma solidariedade política entre diferentes atores sociais, incluindo, a relação entre universidade e movimentos sociais. Educadores e pesquisadores devem conhecer sobre as lutas dos movimentos sociais, visto que são espaços que educam em direitos humanos por meio da relação entre teoria e prática, entre viver e compreender os direitos humanos como processo de ser mais (Freire, 2023), de humanizar-se.

Educar em direitos humanos é educar para a prática, para a ação, como prática da liberdade e como ação livre. Não é só preparar para o exercício da liberdade, é já educar com liberdade, na liberdade e para a liberdade.[...] Por isso, o processo educativo libertador não é concessão, mas engajamento e construção dos próprios oprimidos (Carbonari, 2016, p. 259).

A educação em direitos humanos é um processo sistemático e multidimensional (Carbonari, 2011, p. 121), o que implica dizer, que não se esgota em um único evento, mas envolve “vários momentos, as várias estratégias e as várias dimensões” (Carbonari, 2011, p. 121). Entre essas dimensões, destacam-se a:

‘apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos’, da ‘afirmação de valores, atitudes e práticas sociais’, da ‘formação de uma consciência cidadã’, do ‘desenvolvimento de processos metodológicos participativos’, e do ‘fortalecimento de práticas individuais e sociais’. Trata-se, portanto, de articular atitudes, competências e habilidades que se traduzam em posicionamento e em atuação” (Carbonari, 2011, p. 121).

A educação em direitos humanos se realiza na vivência da mobilização por direitos, no encontro, no diálogo e na solidariedade, onde a ação-reflexão-ação é imprescindível. Não se trata, então, de reduzir os direitos humanos como conteúdo curricular ou como formação moral, mas implica em posicionamento ético e político, em refletir sobre nossas práticas e assumir outras coerentes com um pensar crítico engajado, é agir!

A práxis como ação-reflexão-ação (ou como reflexão-ação-reflexão) é expressão da vivência da liberdade e dos direitos humanos como processo de aprendizagem. Em outras palavras, aprende-se direitos humanos, assim como se aprende a ser livre, vivendo os direitos humanos, vivendo a liberdade (Carbonari, 2016, p. 260-261).

Os movimentos sociais são espaços de educação em direitos humanos, que quando são protagonizados por mulheres feministas e antirracistas, produzem e fazem circular uma “cultura de luta antirracista” (Crespo, Silva e Lima, 2021, p. 22) e antissexista, capaz de reconstruir identidades e saberes. As experiências e as epistemologias oriundas da vivência de mulheres negras nos movimentos sociais podem contribuir para tensionar a relação igualdade e diferença nos direitos humanos, visto que “nascidos no bojo da modernidade, os direitos humanos se constituíram em íntima relação com a afirmação da igualdade, da liberdade e da universalidade” (Candau, 2009, p. 65). Nessa perspectiva, “as questões referidas às diferenças entre pessoas e grupos sócio-culturais não são focalizadas ou o são de modo secundário e pouco aprofundado (Candau, 2009, p. 72). A autora nos provoca a pensar em como articular o reconhecimento das diferenças com a defesa da igualdade de direitos.

Da ênfase na igualdade, muitas vezes silenciadora e/ou negadora das diferenças, estas passam a primeiro plano, podendo comprometer ou eclipsar a afirmação da igualdade. Como articular estes pólos sem que um anule o outro, ou o deixe na penumbra, relativizando sua importância? (Candau, 2009, p. 72).

Sobre as consequências de uma concepção universalista dos direitos humanos no contexto brasileiro, Gomes (2017) ilustra o fracasso dessa perspectiva ao constatar que, embora a educação tenha sido pauta histórica do movimento negro, o seu acesso pela população negra só se tornou mais efetivo a partir do reconhecimento das diferenças raciais com a política afirmativa da Lei de Cotas em 2012. Essa tensão entre igualdade e diferença assume importante dimensão no Brasil, pois o racismo aqui é o da “denegação” (Gonzalez, 2020, p.130). O mito da democracia, que ainda persiste no imaginário social, trata-se de “uma falsa igualdade, pois se baseia no apagamento e na homogeneização das diferenças” (Gomes, 2017, p. 51).

A interseccionalidade é um conhecimento da luta de mulheres negras que pode

potencializar uma educação em direitos humanos sob uma perspectiva antirracista. A interseccionalidade é uma ferramenta de investigação científica e de práxis crítica, que se orienta pelo entrelaçamento de diferentes categorias das relações de poder (classe, gênero, sexualidade, raça, cidadania, capacidade, idade) que se manifestam nos domínios de poder estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal (Collins e Bilge, 2021, p. 46). Segundo Collins e Bilge (2021), essa categoria existe muito antes da sua cunhagem por Kimberlé Crenshaw nos anos de 1990, sendo fruto dos movimentos sociais protagonizados por mulheres negras, chicanas e imigrantes que a utilizavam com outras nomeações, caso das “mulheres afro-brasileiras, em que estas avançaram as ideias da interseccionalidade antes do surgimento do próprio termo” (Collins & Bilge, 2021, p. 72). Como investigação, a interseccionalidade pode ser encontrada na produção teórica de Lélia Gonzalez, sobretudo por meio da categoria de Amefricanidade.

Lélia apostava na categoria de amefricanidade para situar como as dimensões de gênero, raça, classe e colonialidade impactam na vida das mulheres racializadas na América. Assim, essa categoria político cultural de Amefricanidade permite criar uma “unidade específica” capaz de compreender as especificidades do racismo na América (Gonzalez, 2020, p. 135).

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE ) são ladino-amefricanos (Gonzalez, 2020, p. 127).

Apesar das diferenças estratégicas do racismo no continente, como o racismo aberto dos Estados Unidos e suas leis de segregação; e o racismo disfarçado do Brasil, ou racismo por denegação, com o seu processo de miscigenação e o mito da democracia racial (Gonzalez, 2020, p. 130), Lélia aponta que temos em comum o passado da diáspora negra. Compartilhamos a experiência comum do racismo e da colonialidade, por isso, é importante essa unidade específica.

As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (Amefricanity) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A América como um todo (Sul, Central, Norte e Insular) (Gonzalez,

2020, p. 130).

Para González, a evocação de uma linguagem epistêmica como a da Amefricanidade é um enfrentamento ao imperialismo dos Estados Unidos na América. A interseccionalidade conquistou espaço na academia e hoje é amplamente utilizada não só na investigação científica, mas também na proposição de políticas públicas. Ao ser pensada juntamente aos estudos sobre branquitude pode auxiliar na promoção de um diálogo e para nossa leitura de mundo abarcando a complexidade e a realidade dos direitos humanos na América Latina.

A interseccionalidade contribui para a leitura crítica da realidade e o reconhecimento de nossos lugares sociais, e que no caso das mulheres negras, ao se associar às experiências de visa possibilitam processos de empoderamento, onde “se constituem autoridade de suas próprias vidas” (Nunes, 2010, p.5). E assim, vão humanizando-se, rompendo com as identidades impostas pela violência colonialista, patriarcal e racista, reconstroem suas autoestima e reconhecem em si mesmas o potencial transformador e produtor de saberes emancipatórios.

A compreensão de nossas identidades, relações e da realidade que nos cerca, em uma perspectiva interseccional, pode contribuir para algumas dimensões da educação em direitos humanos, como o empoderamento de indivíduos subalternizados, que ao exigir o reconhecimento de suas experiências e saberes, enfrentam a cultura do apagamento, descolonizam nossas práticas, saberes e identidades e afirmam um “educar para o nunca mais”, pois denunciam as invisibilidades, as violências e injustiças a eles historicamente submetidos, afirmam-se assim, como sujeitos de direitos. Ao problematizar os diferentes lugares sociais e a complexidade de nossas relações e identidades baseadas na matriz de dominação interseccional, nos convidam a pensar nossos privilégios, em especial, nossa branquitude.

Assim como bell hooks (2017, p.85), ao considerar a pesquisa como um processo de cura, acredito que promover processos participativos e dialógicos, nos quais a diversidade de corpos e saberes se encontram e se abrem ao outro para compartilhar experiências, é um caminho fundamental para a cura coletiva das dores de viver em uma cidade que nos desumaniza. Articular as noções de interseccionalidade e experiências potencializa esse processo de cura, que se desloca da sua dimensão individual para o coletivo, favorecendo a construção de laços de solidariedade política. E conforme Freire (2023, p. 41), o oprimido, ao restaurar sua própria humanidade, restaura a humanidade de todos, inclusive daqueles que, ao oprimir, se desumanizam.

## 5. CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Como refletir, escrever e analisar sobre um tema que envolve uma vivência da qual eu, mulher branca, jamais experimentarei, que é a opressão de raça? Nesta dissertação, é indispensável a afirmação de um compromisso ético e político com as coautoras e com todas as pessoas que têm suas vidas marcadas por tamanha violência que é o racismo.

Tratar pessoas como se fossem objetos de pesquisa e não como produtoras de conhecimento é uma violência. Paulo Freire (2023) alertou para o fato de que quem é oprimido internalizar a consciência do opressor. O pensamento em questão está relacionado ao que bell hooks (2017) descreve sobre a desconfiança entre mulheres brancas e negras. Apesar de compartilharem a experiência do sexismo, essa vivência se revela de formas distintas, aprofundadas pela raça e outras categorias de poder. Dentro da lógica patriarcal opressora, as mulheres brancas, como uma forma de compensação, passaram a se diferenciar das mulheres negras, estabelecendo uma distância, uma hierarquia e um status baseado na raça. Isso gerou uma dinâmica de competição, dificultando a construção de laços de solidariedade e perpetuando formas de opressão sobre as mulheres negras. Apesar dos esforços de união do movimento feminista, hooks (2017) diz que ainda persiste um sentimento de hostilidade e desconfiança entre as mulheres. De um lado, as mulheres negras sentem o medo de serem mais uma vez traídas pelas mulheres brancas, que tanto acusaram o debate sobre raça como uma forma de dividir a luta feminista, e que agora, ao reconhecerem a exigência de se pensar raça, insistem em falar sobre as mulheres negras e não com elas; tampouco parecem querer ouvi-las (hooks, 2017). A autora também aponta que, por parte das mulheres brancas, há o medo de serem “desmascaradas”, de serem identificadas como opressoras, racistas, elitistas e machistas. A dificuldade de lidar com esses medos e a falta de diálogo têm sido responsáveis pelo fracasso feminista e pela incapacidade de “cruzar fronteiras”, que é tão importante para a defesa dos direitos humanos. Por isso, a autora afirma que a solidariedade entre as mulheres será possível apenas com “interação recíproca” e com a postura de debater o racismo como uma “obra coletiva”, e assim, ela defende a criação de espaços “para o contato corajoso, sem medo nem acusações” (hooks, 2017, p. 146-148).

A escuta que as pessoas brancas devem fazer sobre a experiência do racismo não é silenciosa, mas profundamente reflexiva e crítica sobre nossos privilégios e lugares de poder. Conforme hooks (2017, p. 183), “a pessoa mais poderosa tem o privilégio de negar o próprio corpo”. E é esse o privilégio de quem se pensa universal, como regra, como se não gozasse de uma “herança escravocrata e seus impactos positivos para as pessoas brancas” (Bento, 2022,

p. 23). A partir das noções de deslocamento de Moreira (2023, p.66) ou de “cruzar barreiras” de hooks (2017, p.174), podemos afirmar a importância de um compromisso coletivo antirracista. Hooks (2017, p. 175) ajuda a pensar que “todos os atos de cruzar fronteiras devem ser vistos como válidos e legítimos”, e isso não significa dizer que sobre nós, pessoas brancas, não vão recair necessárias críticas sobre nossas práticas:

Nos anos recentes, muitos acadêmicos brancos do sexo masculino se engajaram criticamente com meus escritos. Perturba-me o fato de esse engajamento ser encarado com suspeita ou visto meramente como ato de apropriação feito para levar adiante um programa oportunista. Se realmente queremos criar uma atmosfera cultural em que todos os preconceitos possam ser questionados e modificados, todos os atos de cruzar fronteiras devem ser vistos como válidos e legítimos. Isso não significa que não sejam sujeitos a críticas ou questionamentos críticos ou que não haja muitas ocasiões em que a entrada dos poderosos nos territórios dos imponentes serve para perpetuar as estruturas existentes (hooks, 2017, p. 175).

Somente aqueles que fazem questão de manter seus privilégios, como a branquitude, podem ter interesse em não pensar e não falar sobre si mesmos como resultado das relações raciais. Por mais que essa autorrevisão à qual me proponho, e que espero que seja realizada junto às pessoas brancas que lerão essa escrita, possa doer, causar incômodos e até mesmo constrangimento, ela é indispensável se quisermos, de fato, assumir uma postura antirracista e de comunhão na luta por direitos humanos. Pois precisamos (re)avaliar nossas concepções, posturas teóricas, metodológicas e de práxis política. Por isso, reafirmo o compromisso ético e político desta pesquisa, pois acredito no que Freire (2023, p. 110), afirmou sobre a pronúncia do mundo ser um “ato de criação”, onde as pessoas em comunhão buscam saber mais e ser mais (Freire, 2023).

Por ser uma pesquisa comprometida com os direitos humanos e com uma perspectiva contra-hegemônica, é necessário um rigor metodológico e uma postura epistemológica pautados no diálogo e na participação. Compartilho da compreensão de que a sistematização de experiências, dentro do conjunto das pesquisas participantes, é um “paradigma epistemológico” que acredita na compreensão e transformação do mundo como partes de um mesmo processo (Jara H., 2006a, p. 232).

A sistematização de experiências possui alguns princípios, como o de que apenas quem vivenciou a experiência pode sistematizá-la (Jara H., 2006b, p. 74). Esse modo de produzir conhecimento dispensa a ideia de que apenas especialistas podem fazê-lo. Esse aspecto reforça a concepção de que a pesquisa “é um ato público” (Streck, 2023, p. 34), visto que pesquisar é “pronunciar o mundo” (Streck, 2023, p. 35), tarefa coletiva da consciência de nosso inacabamento e da nossa vocação em ser mais (Freire, 2001).

Não se trata, portanto, de coletar informações, de me apropriar de histórias e experiências e, sozinha em meu apartamento, do meu lugar de mulher branca, atribuir sentidos, significados e interpretações a essas vozes que me oportunizam a escuta. Pois, como Freire (2023, p. 95) afirma, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo”; os seres humanos “se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. As “comunidades pedagógicas” defendidas por hooks (2017, p.174) podem nos “ajudar a cruzar as fronteiras” e gerar os deslocamentos necessários para a ação e reflexão em direitos humanos, fundados no diálogo.

A pesquisa e a educação, enquanto partes de um mesmo processo, nessa perspectiva participante, não constroem o conhecimento sobre indivíduos de grupos subalternizados, mas constroem o conhecimento com eles. A sistematização não se confunde com a narração de experiências, mas trata de explicitar quais são os seus ensinamentos e de compartilhá-los (Jara H., 2006b, p. 32). Assim, todas as etapas que envolvem sua realização são feitas em diálogo e com a participação das coautoras previstas, que são reconhecidas como “sujeitos efetivos de um modo de ver, interpretar, ressignificar concepções acerca do que seja a mulher afro-brasileira” (Nunes, 2010, p. 4) no contexto local.

O compartilhamento de saberes e experiências entre mulheres de duas organizações dos movimentos sociais, e entre elas e eu, pode promover um diálogo que potencialize nossa leitura de mundo e nosso agir.

Ao ter que dar conta de nossa prática, vemo-nos obrigados a expor ante os outros um produto que a comunique, o que significa realizar uma “segunda objetivação”. Normalmente, este fato nos permite compreender ainda melhor os ensinamentos obtidos ou dar-nos conta de alguns vazios de interpretação que só se fazem evidentes quando buscamos explicá-los (Jara H., 2006b, p. 34).

É nesse diálogo, pautado na amorosidade, humildade, fé nas pessoas, esperança e pensamento crítico (Freire, 2023), que se funda um encontro onde “se solidarizam o refletir e o agir” (Freire, 2023, p. 103), uma comunidade pedagógica onde “estamos igualmente comprometidos com a criação de um contexto de aprendizado” (hooks, 2017, p. 205) sobre os direitos humanos e suas problemáticas. Um espaço onde, por meio da troca de experiências, reconhecemos nossas e outras singularidades e particularidades (hooks, 2017, p. 201-202). Nesse encontro, verificamos a indissociabilidade entre teoria e prática.

A sistematização de experiências reconhece o conhecimento proveniente da prática e a possibilidade de esse conhecimento aprimorar nossas teorias e práxis políticas.

Assim, compreendendo e interpretando o que temos ordenado e temos reconstruído, poderemos tirar lições para a própria prática. Todo esse tema da obtenção de lições da própria experiência, que devem servir à própria experiência, significa um

paradigma epistemológico; supõe uma maneira de ver o mundo, de situarmo-nos ante a compreensão e a transformação do mundo como parte de um mesmo movimento. Então, reconstruir, ordenar o acontecido, visando compreendê-lo e interpretá-lo, para que assim seja possível transformar e tirar lições dessa experiência própria supõe uma postura epistemológica, social, política e cultural. É muito mais que um método (Jara H., 2006a, p. 232).

Reconhecendo os movimentos sociais e a vivência da militância política como produtores de saberes e de práticas emancipatórias, suas experiências são aqui entendidas como ações, sensações, sentimentos, percepções, emoções, interpretações e vivências (Jara H., 2006a, p. 229-230). Elas estão situadas dentro de determinadas “condições do contexto econômico, social e político local, nacional ou mundial”, assim como em situações particulares, que podem ser “uma situação geográfica, institucional ou mesmo pessoal” (Jara H., 2006a, p. 230). As experiências nos falam daquilo que nos sujeita, nos condiciona, mas também daquilo que sonhamos (Jara H., 2006a, p. 23).

As experiências aqui sistematizadas são as trajetórias de dez mulheres lideranças dos movimentos sociais no contexto local, abordando o significado de ser uma mulher negra com atuação política na cidade de Caxias do Sul. Quais são os embates e potencialidades que essas militantes enfrentam no movimento negro e no movimento feminista no território? Tudo isso atravessado pela questão de como a temática dos direitos humanos perpassa pela luta coletiva das coautoras? Quais são suas concepções, estratégias e ações e se essas potencializam a educação em direitos humanos? Quais são as principais demandas por direitos humanos na localidade? E se e como a singularidade dessas vivências tem influenciado a formação antirracista e feminista nos movimentos sociais em Caxias do Sul?

Ao retomar a pergunta inicial desse capítulo, sobre como pesquisar sobre a experiência de mulheres negras militantes em Caxias do Sul, afirmo que essa pesquisa exigiu cuidados éticos rigorosos em todas as suas etapas<sup>18</sup>. Em primeiro lugar, buscou-se garantir que o seu desenvolvimento tivesse coerência com o princípio de diálogo e participação. Nesse sentido, as participantes foram compreendidas como coautoras, pois a pesquisa envolveu uma dimensão dialógica da construção de conhecimento, assegurando que essas vozes fossem ouvidas de forma respeitosa, sensível e valorizadas, e que participassem ativamente da elaboração de categorias, hipóteses, análises e sínteses da investigação, com a oportunidade de revisar, modificar ou complementar as interpretações. Por meio de uma roda de conversa, autora e coautoras debateram e compartilharam saberes sobre o tema investigado, categorizaram e analisaram os temas geradores levantados a partir de um processo dialógico

---

<sup>18</sup> Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Caxias do Sul, conforme Parecer nº 7.466.656, emitido em março de 2025.



que ao mesmo tempo educou e construiu conhecimento a partir da reflexão coletiva sobre as próprias práticas. É importante demarcar o papel da autora como facilitadora do debate, estimulando a participação, problematizando, explorando e estabelecendo relações entre o conteúdo da sistematização e o referencial teórico, além de realizar a escrita da dissertação e de colocar os resultados da dissertação à disposição das organizações. Essa postura ética exigiu a transparência na utilização dos resultados, de forma a contribuir com a luta por justiça social.

Os cuidados éticos envolveram ainda, o consentimento informado das coautoras<sup>19</sup>, assegurando que elas compreenderam e concordaram plenamente com os objetivos propostos. Embora o direito à privacidade e ao anonimato tenha sido garantido — incluindo a possibilidade de não revelarem suas identidades, de modificarem dados pessoais ou de interromperem a participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo —, todas optaram conscientemente por abrir mão do anonimato e assinaram termo específico nesse sentido. Essa decisão justifica-se pelo objetivo de valorizar o protagonismo dessas mulheres negras na luta por direitos e na atuação dos movimentos sociais em Caxias do Sul.

### 5.1 MOBILIZANDO O CAMPO

É importante destacar que a trajetória militante das coautoras desta pesquisa extrapola sua atuação nas duas organizações selecionadas, Unegro e a Marcha Mundial de Mulheres. Essas militantes estão inseridas em múltiplos espaços de mobilização e resistência, como sindicatos, coletivos comunitários, movimentos estudantis, culturais, conselhos de direitos e outras organizações, como a UBM e o MNU, por exemplo. No entanto, optou-se por utilizar a participação na Unegro e na MMM como critério de seleção, considerando a relevância histórica, política e organizativa dessas entidades no contexto local. Essa escolha metodológica possibilitou delimitar o campo empírico da pesquisa sem desconsiderar a complexidade e a diversidade das trajetórias de luta das coautoras.

As duas organizações do movimento social selecionadas para essa pesquisa, a União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), são organizações de dimensão nacional com núcleos estaduais e municipais que surgiram no contexto da redemocratização e da consolidação do neoliberalismo no Brasil.

A Unegro é uma organização suprapartidária, fundada em 1988 em Salvador, com viés marxista, que busca enfrentar o racismo e as diversas formas de opressão (Custódio, 2018).

---

<sup>19</sup> Ver apêndice 1.

Em sua carta de princípios, pode-se observar que a entidade intersecciona questões de raça, gênero e classe. Em 2003, a Unegro realizou o seu 2º Congresso em Itaparica, na Bahia, e traçou como objetivo a ampliação da organização, visando torná-la uma entidade de massas (Custódio, 2018). Atualmente, a Unegro organiza-se por meio de uma Coordenação Nacional, Executiva Nacional e Secretaria Nacional, sediadas em São Paulo, além de ter seções em nível estadual e municipal, estando presente em 25 estados do Brasil (Braga, 2018). A organização atua em articulação com outros movimentos sociais e setores progressistas da sociedade, como, por exemplo, Frente Brasil Popular<sup>20</sup>, a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen)<sup>21</sup> e a Convergência Negra do Brasil<sup>22</sup>. Participou ativamente de mobilizações como a Marcha dos 300 anos de Zumbi dos Palmares em 1995; no I e II Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) em 1991 e 1999, respectivamente; na Marcha Zumbi +10, em 2005; a campanha “Brasil outros 500” nos anos 2000; no Congresso Continental dos Povos Negros das Américas, nos encontros nacionais de mulheres negras e na preparação e envio de militantes para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Em âmbito governamental, a Unegro participa de diversos conselhos de direitos como o “Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), Conselho Nacional de Políticas de Juventude (Conjuve), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS)” (Braga, 2018, p. 6), entre outros.

O processo de redemocratização, no qual nasceu a Unegro, contou com uma grande mobilização dos movimentos sindicais e sociais, embora na literatura sobre o tema haja uma predominância da “tese de protagonismo solitário do Regime” militar no processo de redemocratização (Oliveira, 2021). A crise institucional e econômica associada a uma nova mobilização da sociedade civil, com destaque para a luta pela anistia, do movimento operário e do movimento de bairros por melhores condições de vida, contra a carestia e por creches, são fatores que incidiram na redemocratização brasileira. A efervescência política popular não permitiu que o governo de José Sarney (1985-1990) avançasse no projeto neoliberal. E,

<sup>20</sup> Surge em 2015, em resposta ao movimento golpista que levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, buscou articular movimentos sociais e partidos políticos do campo progressista contra os retrocessos do pós golpe e ascensão da extrema-direita no país.

<sup>21</sup> Conen surge como resolução do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen) realizado em São Paulo, em novembro de 1991. Tem a finalidade de articular diversas organizações do movimento negro para uma atuação conjunta e com unidade nas ações de enfrentamento ao racismo.

<sup>22</sup> Surge em 2016, durante o Fórum Social Temático de Porto Alegre, com o objetivo de congregar diversas organizações negras em torno de objetivos políticos em comum, o próprio Conen consta como uma das organizações que compõem a Convergência Negra.

embora já tivesse “diversos apelos claramente neoliberais” (Silveira, 2009, p. 78), precisou enfrentar os mais de 10.000 movimentos paredistas do período (Silveira, 2009, p. 76). A partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), o neoliberalismo começa a se estabelecer na política brasileira levando a consequências como o aumento do desemprego, corte nos investimentos nas áreas sociais e a feminização da pobreza. É nesse contexto de mobilização contra o neoliberalismo que, anos mais tarde, a Marcha Mundial de Mulheres surge no Brasil, a partir da inspiração na ação de mulheres do Quebec, no Canadá, que, em 1995, ocuparam as ruas em defesa de direitos econômicos e direitos das mulheres imigrantes (Marcha Mundial de Mulheres). O sucesso da ação, que garantiu importantes conquistas, levou as mulheres de Quebec a buscar articular-se internacionalmente com outros movimentos sociais, com a intenção de criar uma campanha mundial de mulheres. No Brasil, aliaram-se inicialmente às mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e assim, junto a mulheres de 65 países, realizaram em 1998, o primeiro encontro Internacional da Marcha Mundial de Mulheres. O encontro elaborou uma plataforma com reivindicações para eliminação da pobreza e da violência contra mulheres e convocou a primeira Marcha Mundial das Mulheres a ser realizada durante os anos de 2000, com atos internacionais a cada cinco anos. Decidiu-se, assim, fazer com que a Marcha Mundial de Mulheres passasse a ser uma construção permanente e local. No Brasil, segundo o site da MMM, a organização está presente em 20 estados do país, através de núcleos e comitês estaduais e municipais. A interseccionalidade também está presente nas reivindicações da MMM, que articula questões de gênero, classe, raça, geracional e de sexualidade. A organização procura diversificar suas formas de atuação apostando na comunicação feminista nas redes, recorrendo a intervenções culturais como a batucada com materiais recicláveis e entonação de cantos feministas - que já são uma marca registrada da organização -, os lambes-lambes<sup>23</sup> com mensagens políticas pela cidade, ações de educação popular e os grupos de reflexão.

Existe uma lacuna, uma necessidade por registrar a história local na perspectiva das lutas sociais<sup>24</sup>, seja nos períodos de exceção como a ditadura Vargas e ditadura civil-militar, ou no processo de redemocratização. É certo que nessas terras não se vive somente “da fé e do trabalho<sup>25</sup>”, mas de lutas e sonhos de trabalhadoras e trabalhadores. É o que deixam entrever

---

<sup>23</sup> Cartazes de papel colados com pincéis ou rolos em muros, postes e paredes.

<sup>24</sup> Durante o processo de escrita da dissertação fui informada por Juçara Quadros que o Arquivo Histórico Municipal estava produzindo um banco de memórias sobre o movimento negro na cidade; entretanto, esse material não foi utilizado nesta pesquisa.

<sup>25</sup> A frase “Cidade da Fé e do Trabalho” foi utilizada como slogan institucional durante a administração do prefeito Alceu Barbosa Velho, a partir de 2013, sendo ainda hoje frequentemente associada à identidade da cidade.

os rastros dessa memória em algumas notícias, como a seguir, em que a imprensa local registrou sobre ações na cidade pelo movimento das Diretas já!

FIGURA 1 - Notícia Jornal Pioneiro sobre Diretas Já em Caxias do Sul em 25/04/1984



Acervo: Pioneiro, 25/04/1984

Em 25 de abril de 1984, uma noite fria em Caxias do Sul, quatro mil pessoas se reuniram na praça da cidade para um comício pelas eleições diretas para presidente. O jornal Pioneiro<sup>26</sup> destaca a "desorganização" do ato onde a Delegacia Regional de Polícia havia esquecido de contatar a Brigada Militar para autorizar o comício. Além disso, o padre coordenador diocesano da pastoral exigiu a retirada das faixas que estavam em frente à Catedral; tudo isso atrasou o ato, mas não impediu a realização do evento, que contou com estudantes, operários, lideranças políticas e até escola de samba (Pioneiro, 1984, p. 13).

A figura 2 demonstra um dos tantos atos que ocupou a Praça Dante Alighieri, com cartazes por moradia digna, por direitos a partir de reivindicações sindicais mais específicas, contra o FMI, e a denúncia da feminização da pobreza no cartaz que anuncia: “a pobreza tem cada vez mais a cara de mulher”. A imagem ilustra a pluralidade de segmentos sociais que mobilizados por demandas diversas foram invisibilizados pela história local.

<sup>26</sup> Apesar da desorganização, milhares de pessoas foram ao comício pelas diretas. *Jornal Pioneiro*. 25 de abril de 1984, p. 13

FIGURA 2- Ato político em frente à Catedral na Praça Dante Alighieri, s/d.



Acervo UBM Caxias do Sul.<sup>27</sup>

Assim, a sistematização das experiências de mulheres negras nos movimentos sociais, como a Unegro e a MMM, justifica-se pela importância de registrar essa história como parte de um quadro mais amplo da história local de lutas sociais por direitos, ainda por escrever, dada a carência de um arcabouço sobre a história política em Caxias do Sul. Embora uma política de memória sobre a luta por direitos e democracia, que abrace a diversidade, tenha por si só muita relevância, pois envolve-se com a dimensão do educar para o nunca mais como um dos princípios da educação em direitos humanos (Candau, 2009), as possibilidades da sistematização de experiências vão além. A sistematização “é um primeiro nível de conceitualização e que pretende contribuir na melhora da própria experiência e, às vezes, no enriquecimento da teoria “(Jara H. 2006b, p. 45) e que retorna para uma prática engajada com a luta por justiça social.

Os movimentos sociais são espaços de práticas educativas de liberdade, que aliam teoria e prática na formação de sujeitos de direitos, onde os indivíduos “vão descobrindo a potência que têm e liberando energias que os constituem como sujeitos e atores sociais” (Candau, 2020, p. 683). E dessa maneira, favorecem processos de empoderamento, pois problematizam as condições em que nos encontramos no mundo.

Segundo Freire (2002, p.46), uma prática educativa crítica cria condições para o “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos”. Ainda segundo ele, podemos pensar a prática da do-discência<sup>28</sup> e da pesquisa enquanto mesmo processo, e que exige o “pensar certo”, isto é, pensar e agir criticamente e com ética para a justiça social (Freire, 2002, p. 31).

O pensar certo requer disponibilidade ao risco e ao novo, não tolera a discriminação, é um ato comunicante, onde o entendimento não é transferido, mas co-participado e dialógico

<sup>27</sup> Acervo da União Brasileira de Mulheres de Caxias do Sul, gentilmente cedida à autora.

<sup>28</sup> O termo “do-discência” refere-se à relação dialógica entre educador e o educando que são coautores do processo pedagógico e de construção do conhecimento.

(Freire, 2002, p. 41-42). E como “não há pensar certo fora de uma prática testemunhal que o re-diz em lugar de desdizê-lo” (Freire, 2002, p. 38), na co-participação, as experiências são mobilizadas para coexistir com outros modos de conhecer e para promover a consciência comunitária de nossa diversidade (hooks, 2017, p. 114). Em comunidade para investigar, analisar, ouvir, falar e fazer a autocrítica sobre nossas experiências, pois, “o próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática” (Freire, 2002, p. 44).

É em comunidade, em diálogo, em solidariedade que se quer compartilhar nossa “justa raiva” (Freire, 2002, p. 45) ou nas palavras de Gomes (2020) nossos saberes da indignação.

## 5.2 MOVIMENTOS DA PESQUISA

Com o horizonte nas contribuições de Freire (2023), hooks (2017) e Jara H. (2006), esta dissertação envolveu um movimento preparatório com a aproximação do campo, através de um primeiro contato com as lideranças das organizações para apresentar os objetivos e o problema de investigação, onde foi oportunizada a elas a manifestação da concordância ou não com a participação na pesquisa e apontar elementos e questões de interesse delas para essa sistematização. Procurei, assim, de forma honesta, negociar com essas lideranças do movimento social sobre os objetivos da sistematização das experiências, com a finalidade de construir a pesquisa como um espaço de “irmandade feminista” (hooks, 2017, p. 140) comprometida com a transformação social.

Na etapa seguinte foram promovidas entrevistas individuais para levantamento dos temas geradores e dar início ao registro das experiências. Conforme indica Jara H. (2006b), a definição de eixos de sistematização orienta quais elementos são relevantes para a análise da informação, sem perder de vista os objetivos do processo. Assim, os eixos desta pesquisa foram assim definidos:

**Eixo 1 - Direitos Humanos e mobilização política**, com vistas a desenvolver os objetivos específicos: a) Compreender como a temática dos direitos humanos perpassa pelas experiências de luta coletiva das coautoras; c) Perceber nas experiências das mulheres negras militantes quais são as principais demandas em direitos humanos em Caxias do Sul;

**Eixo 2 - Aprendizagens em Direitos Humanos**, para atender os objetivos específicos: b) Refletir junto às coautoras se e como suas ações, concepções, e estratégias são potencializadoras da educação em direitos humanos; d) Analisar se e como a participação de mulheres negras militantes pode influenciar na formação antirracista e feminista nos

movimentos sociais em que estão inseridas.

Para as entrevistas individuais foi elaborado um roteiro de perguntas<sup>29</sup> para animar o debate como: Como é ser uma mulher negra militante em Caxias do Sul? O que te levou a participar do movimento social do qual você faz parte? Quais aprendizados você atribui à experiência da militância política? As coautoras foram convidadas a compartilhar outros suportes para auxiliar no registro das experiências como fotografias, recortes de notícias, diários, panfletos e materiais diversos para registrar suas experiências.

Tabela 5 - Roteiro para entrevistas

<b>Eixo 1 - Direitos Humanos e mobilização política</b>	Como é ser uma mulher negra e militante dos movimentos sociais em Caxias do Sul?
	Como você começou a participar de movimentos sociais?
	O que você considera de mais relevante em direitos humanos em Caxias do Sul?
<b>Eixo 2 - Aprendizagens em Direitos Humanos</b>	Você acha que sua experiência, a organização que você atua contribui para potencializar processo de formação em direitos humanos?
	Que ensinamentos você considera ter desenvolvido ao longo de sua experiência enquanto militante?
	Você acha que a participação de mulheres negras tem influência na formação dos movimentos sociais, se sim, de que maneira?

Cada escuta foi feita de modo presencial, excetuando a de Cláudia, que sugeriu a escuta online devido à disponibilidade de sua agenda. As coautoras indicaram datas, horários e locais mais convenientes para esse encontro individual.

No momento seguinte, foi desenvolvida, com horizonte na análise de conteúdo de Bardin (2016), a organização e a pré-análise do material. A análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos” aplicado a diferentes discursos, permitindo refletir sobre o “não dito” (Bardin, 2016, p. 15). Para além daquilo que não está aparente como as variáveis psicológicas, culturais e sociais que influenciam no conteúdo da comunicação (Bardin, 2016). O método envolve três etapas: pré-análise, exploração do material e o

<sup>29</sup> Ver Tabela 5.

tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2016, p. 125). Assim, nesta etapa, foi feita a pré-análise das entrevistas individuais, contendo a transcrição, a leitura flutuante e a codificação dos temas geradores que foram organizados para apresentação no Encontro Coletivo entre coautoras. Coube a mim, ordenar e classificar os temas geradores presentes nas falas das coautoras, e devolver a elas o “universo temático” como problema (Freire, 2023, p. 142).

As entrevistas individuais foram inicialmente transcritas com o auxílio da ferramenta de transcrição automática disponível no Office 365, com armazenamento no OneDrive. Após a transcrição, os textos foram cuidadosamente lidos, relidos e revisados manualmente, garantindo a fidelidade às narrativas. Em seguida, os arquivos revisados foram salvos em dispositivo físico para assegurar o seu armazenamento com segurança. As transcrições foram então submetidas ao processo de codificação temática através de uma leitura atenta, os trechos mais relevantes foram identificados e codificados. Na sequência foram copiados em uma tabela de Excel que auxiliou na observação global das respostas, o que permitiu perceber a similaridade ou proximidade de ideias, opiniões diferentes e a recorrência de termos e assuntos.

Para organizar o Encontro Coletivo, esse universo temático foi organizado em uma apresentação de slides contendo recortes das narrativas onde foi identificado e um gráfico mostrando as categorias recorrentes no conjunto de entrevistas individuais. Cada coautora recebeu uma cópia dessa apresentação e a transcrição de sua narrativa individual.

O encontro coletivo ocorreu no dia 10 de julho de 2025, devido a disponibilidade de agenda das coautoras e para facilitar a participação do maior número possível de envolvidas, optou-se por realizar via Google Meet, o que permitiu a participação de 7 das 10 coautoras. Na ocasião, foi transmitida a apresentação de slides preparada, retomando os objetivos da pesquisa, o roteiro de perguntas utilizado, o universo temático e trechos acima mencionados.

No primeiro momento do encontro, a autora apresentou o material preparado e em seguida as coautoras debateram livremente acerca do universo temático e dos objetivos da pesquisa. O diálogo permeou a troca de experiências e impressões sobre o universo temático codificado apresentado visualmente ao coletivo, onde foi possível a elaboração categorias e a formulação de uma síntese inicial sobre os eixos de sistematização propostos. Os resultados desse encontro foram novamente organizados (pré-análise) e postos em diálogo com o referencial teórico utilizado com a finalidade de elaborar uma resposta ao problema de pesquisa.

Durante as etapas identificadas como organização de material, procurei contribuir para



“alargar e intensificar a leitura de mundo” (Streck, 2023, p. 37), por meio de problematizações e de relações entre os temas levantados por elas, com o contexto histórico ou com as referências teóricas presentes nos capítulos 3 e 4 da dissertação. Uma forma de codificar (Freire, 2023) uma totalidade das situações existenciais comunicadas, abrindo assim, a possibilidade de ampliar esse leque temático (Freire, 2023, p. 152). Segue desenho metodológico para melhor compreensão dos passos da pesquisa:

FIGURA 3 - Desenho Metodológico.



O encontro coletivo permitiu que as coautoras comunicassem entre nós os saberes e práticas políticas que emergiram dessa experiência, identificaram similaridades e particularidades em suas trajetórias. O capítulo 6: A experiência de ser militante negra em Caxias do Sul - “Nós por nós”, apresenta as trajetórias individuais, enquanto o capítulo 7: Encontro coletivo - “O importante do coletivo e dos movimentos é a gente se reconhecer no outro”, apresenta uma síntese do encontro coletivo em diálogo com as narrativas individuais das coautoras. E o capítulo 8, “Construir possibilidades de liberdade”, apresenta conclusões sobre os objetivos e o problema de pesquisa propostos.

## 6. A EXPERIÊNCIA DE SER UMA MILITANTE NEGRA EM CAXIAS DO SUL - “NÓS POR NÓS”

O capítulo que segue é resultado da escuta individualizada de cada coautora. Nessas conversas, elas falaram sobre suas trajetórias pessoais e coletivas, sobre o que as mobilizou para a luta social e política, as dificuldades encontradas, os aprendizados e suas percepções sobre a influência dessas lutas nos movimentos sociais que participam e na própria cidade. Suas narrativas são carregadas de denúncias sobre o que significa ser uma mulher negra militante na cidade e sinalizam anúncios do que podemos de inédito aqui construir. A intenção do capítulo é apresentar as coautoras, destacando seus relatos em primeira pessoa. As transcrições foram mantidas o mais fiel possível às narrativas originais, e o tratamento dado ao texto buscou apenas eliminar vícios de linguagem e repetições de palavras, com o objetivo de deixar a leitura mais fluida.

### 6.1 BRUNA - “UM LUGAR QUE NÃO PERMITIA A MINHA EXISTÊNCIA”

Bruna é doutoranda em História, nascida em Caxias do Sul, cresceu na zona norte da cidade. Ainda no ensino médio, fez estágio em um espaço de memória, o Museu Ambiente Casa de Pedra, que é um dos pontos turísticos mais visitados da cidade. Esse espaço que ao mesmo tempo foi aumentando seu interesse pela História, também foi responsável por gerar o desconforto do não pertencimento. Ela faz a relação entre a memória e narrativa difundidas pelo museu, centradas na imigração italiana, à experiência de ser uma militante negra, que é marcada pelo desconforto de um lugar que não permite a sua existência e invisibiliza a sua experiência de vida e a de sua família:

**Durante muito tempo, eu não conseguia entender essa cidade como minha.** E aí, tem a ver com a própria representação que a cidade faz de si mesma. Eu iniciei minha trajetória como trabalhadora, mesmo num espaço de memória. Quando eu tinha 16 anos, eu estava no ensino médio ainda, eu fui estagiária da Casa de Pedra, então eu adorava aquele trabalho. Foi esse trabalho que me aproximou da história e me aproximou do que é ser professora também. E eu estudava bastante a história da casa, todos os objetos que tinham lá. Só que, ao mesmo tempo, aquilo me causava um desconforto muito grande, porque era **um lugar que não permitia a minha existência.** E, quando eu estava na troca com os visitantes da casa, esses visitantes, nas suas falas, **acabavam invisibilizando aquela que era a minha experiência, a minha experiência com a minha família.** Vou dar um exemplo: quando eles pegavam, tem lá um berço no quarto e uma bonequinha de milho. Eles pegavam aquela boneca e falavam como se aquela boneca só pudesse ter pertencido à experiência de imigração italiana e não a uma experiência comum às pessoas. Porque as pessoas de todas as etnias,

as crianças de diferentes etnias, quando não têm brinquedo para brincar, criam brinquedos das mais diversas formas. E aí, eu tentava estabelecer um diálogo com esses visitantes, dizendo que a minha mãe também contava essas histórias, só que é como se eles não escutassem isso, porque eu sou uma pessoa negra e não venho dessa mesma experiência. (Bruna, 2025) (Grifos da autora)

Bruna tem uma trajetória de pesquisas sobre temas como escravidão, famílias negras e feminismo negro. Ela iniciou sua militância no movimento estudantil, onde foi presidenta do Diretório Acadêmico dos Estudantes de História. Posteriormente, foi co-fundadora do Coletivo Criadoras Negras. Sobre esse coletivo, ela destaca o processo de (re)construir sua identidade enquanto mulher negra.

Eu criei um coletivo aqui em Caxias, que era o Criadoras Negras, junto com outras mulheres. E era movimento social, mas era muito diferente do movimento social que eu tinha participado até então, porque as nossas discussões estavam em torno da construção da identidade, que era uma construção política, mas muito diferente da construção política que eu tinha tido acesso até então no movimento estudantil. A gente não falava de política partidária lá, a gente não estava defendendo isso ou aquilo no cenário nacional. Lá a gente estava cuidando da nossa construção de identidade como mulher negra. Lá foi a primeira vez que eu tive contato e escutei falar sobre mulheres negras. Foi a partir desse movimento que eu tive contato com as minhas primeiras leituras sobre mulheres negras, que eu li as primeiras intelectuais negras. Foi quando eu tive contato com a Conceição Evaristo pela primeira vez, com bell hooks pela primeira vez, com o cinema produzido por mulheres negras, com música por mulheres negras. Então, aí foi a minha inserção nesse movimento negro, que também é um movimento negro diferente daquilo que a gente aprende, que é o movimento negro lá da década de 70. Esse já é um movimento negro que está pensando, primeiramente, em uma luta por garantia de direito, por exemplo, cota, mas que é uma luta de uma construção subjetiva, é um outro momento do movimento negro, de se construir como mulher negra. E aí é isso, eu enxergar com distanciamento muito grande da política que era feita aqui no movimento estudantil, dessa outra forma de política que pensa primeiro o indivíduo, que pensa primeiro o ser humano, que pensa o que é ser mulher negra. Como é que essas mulheres negras se colocam no mundo? E como é que vou me colocar no mundo depois que eu me entendi como uma mulher negra? (Bruna, 2025)

FIGURA 4: Bruna junto ao Coletivo Criadoras Negras.



Acervo: Gaúcha ZH

Seu envolvimento com a pesquisa feminista dá origem a cofundação do Núcleo de Estudos Feministas Interseccionais e de Gênero (NEFIG). É por meio de sua intensa pesquisa feminista que se aproximou da Marcha Mundial das Mulheres, passando a militar com foco na formação política da organização, que buscava aprofundar sua compreensão sobre as questões raciais e as intersecções de gênero, raça e classe. Bruna chegou a integrar a coordenação municipal e estadual da Marcha Mundial de Mulheres.

Em sua narrativa destaca a importância de que a cidade avance no direito à memória e o (re)conhecimento da diversidade de histórias que a constituem, sobretudo, no que tange a experiências de pessoas negras, rompendo com narrativas únicas sobre Caxias do Sul.

As pessoas têm direito a reconhecerem ou a conhecerem a sua própria história. Se a gente for pensar numa perspectiva bem ampla, se eu for pensar em ser humano, os seres humanos têm o direito a conhecer a sua própria história. Isso eu acho que é o mais subjetivo daquilo que a gente pode entender como o direito humano. Se a gente for pensar isso, Caxias do Sul não cumpriu ainda com esse direito das pessoas conseguirem reconhecer a sua própria história. Então a gente vai dessa questão que a gente não conseguiu em Caxias do Sul, a gente ainda luta para dizer que negro existe aqui, o que eu acho um total absurdo. Eu acho que a gente está extremamente atrasado nesse sentido. E talvez seja uma das coisas que mais me revoltam, porque Caxias do Sul é uma cidade grande, uma cidade gigante. E eu não estou falando só de potencial econômico. Eu estou falando de experiências que a gente pode viver, de pessoas que a gente pode conhecer, de lugares que a gente pode acessar. E uma cidade que é tão pequena, em termos da sua própria narrativa (Bruna, 2025).

Bruna traz a denúncia da cidade enquanto um espaço do não lugar, do não pertencimento, da invisibilização de experiências negras ao anúncio da cidade desejada, que possibilite seu desejo de ser gente na totalidade. Desejo construído no processo de sua militância:

Uma vez eu me defini primeiro como professora e como militante. Mas os últimos anos da minha vida eu só queria me definir como gente. E acho que é um processo que a própria militância me permitiu, e aí eu estou falando de uma militância, não só de participar de movimento social, mas de uma militância que é de conseguir se apropriar de toda uma intelectualidade de mulheres negras e de homens negros também. Isso me permitiu querer ser gente no mundo, sabe? Então acho que depois de muita luta assim, nesses últimos anos, eu estou me permitindo ser gente. Então não me defino mais só como professora, ou só como historiadora, ou só como militante, como eu já fiz uma vez, porque isso tinha me colocado dentro de uma caixinha.[...] Então, acho que nesses últimos anos eu estou querendo ser as várias coisas para poder conseguir ser gente na totalidade, que é conseguir ser companheira do meu namorado, ser filha da minha mãe, uma boa amiga, uma boa irmã, uma boa professora e dentro disso tudo, consegui ser pesquisadora.(Bruna, 2025).

Entre os aprendizados promovidos pela experiência militante, Bruna (2025) afirma que conseguiu se “repensar como ser humano”, o que significou descolonizar corpo, sentimentos e relações, conseguir humanizar a si mesma e também aos homens. “E quem me permitiu isso foi o feminismo negro. Se eu não tivesse passado por essa formação, eu não teria talvez conseguido ressignificar essa família, essa casa, um relacionamento amoroso dessa forma.” (Bruna, 2025). O aprendizado construído na militância, sobretudo, a partir do pensamento feminista negro anunciam a construção de possibilidades de liberdade:

Compreender essa estrutura racista e sexista me moveram para uma escolha de construção de um outro mundo e que se esse mundo, não pode ser tão grande assim. Eu não consigo modificar a Caxias do Sul. Eu não consigo modificar o Brasil, não consigo modificar em termos macros. Eu acho que as minhas escolhas enquanto mulher negra, elas foram sendo aquelas que possibilitavam eu construir relações mais saudáveis, construir uma possibilidade de trabalho, construir uma possibilidade de experiência de liberdade. Eu acho que talvez essa seja pra mim, aquilo que mais as experiências negras me ensinam, como é que a gente consegue construir possibilidades de liberdade. (Bruna, 2025).

## 6.2 MICHELE XAVIER - “EU FUI ACUSADA DE NÃO SER BRANCA”

Michele é natural de São Gabriel, parte oeste do estado do Rio Grande do Sul, é mãe

solo, advogada com ênfase no direito antidiscriminatório e mestranda em educação. Mudou-se para Caxias do Sul, por volta de 2002. Ao chegar à cidade, foi “acusada de não ser branca”, processo em que passou a entender a complexidade da dimensão social e política de ser uma mulher negra:

E lá na minha cidade eu não tinha essa noção de que eu era uma mulher negra. Aqui em Caxias do Sul, **eu fui acusada de não ser branca**. Então foi ali que eu comecei a pensar mesmo a minha cor, né? Eu sabia que eu não era uma mulher branca, mas eu não sabia o impacto político e social que isso tinha. Foi aqui em Caxias do Sul que me deram o chão assim. (grifos da autora) (Michele, 2025).

Para ela, a experiência de ser uma mulher negra em Caxias do Sul remete à estratégia de pessoas negras frente ao racismo, que é a tentativa de embranquecer. Além do não pertencimento, o racismo impõe uma negação de si nas pessoas negras, que buscam subterfúgios como o apresentado por Michele, de procurar ancestrais europeus para se sentir pertencente à cidade.

Tu não se descobre negro, tu é acusado de ser negro. Então acho que o maior sentimento que eu tenho na região da Serra sempre foi **um não pertencimento**. Tu não é de família italiana, tu não tem sobrenome italiano. **E no primeiro momento eu fiz o mesmo movimento que muitas pessoas que eu conheço aqui em Caxias fazem, que é buscar então antepassados brancos**, eurocentrados. “Ah mas não, tinha uma descendência portuguesa, eu tinha um bisavô alemão, eu tinha...” tentando repaginar e reconstruir essa tua ancestralidade para inserir algum ascendente europeu para tu poder fazer parte, para tu dizer: “Ah, eu tenho alguma coisa. Eu não sou tão excluída assim. Eu não estou tão fora”, entendeu? E eu vejo muitas pessoas tentando fazer esse link aqui. Por mais que as pessoas sejam negras, sejam indígenas. “Ah, mas eu tenho lá uma bisavó, um tataravô e tal que era branco”(Michele, 2025).

Michele iniciou sua militância política no movimento estudantil universitário, integrando um coletivo de mulheres estudantes. Atualmente, é presidenta do Comune e militante da Unegro. Sua trajetória é marcada pela luta contra a violência às mulheres e, durante sua atuação no coletivo de estudantes, começa a se aproximar do feminismo.

E foi ali que eu fui meio que apresentada ao feminismo. Eu fui conhecendo e fui me interessando. Eu venho de família que a minha mãe sofreu violência doméstica por muito tempo. Então aquilo pra mim começou a fazer muito sentido. Eu também sofri questões de violência doméstica no meu primeiro casamento, casei muito cedo e tal. Tinha um filho quando vim pra cá, eu era mãe solo, então todas as coisas fizeram sentido. Assim que eu me formei, eu abri o escritório, completamente louca (risos), porque eu não tinha um

cliente. Abri o escritório, comecei a atender. No início eu comecei a fazer a questão do direito penal e depois fui me sentindo confortável com o direito de família e violência doméstica. Então essas coisas, todas essas questões. Comecei fazendo parte de grupos da OAB, de movimentos de mulheres aqui, conhecendo coletivos e foi indo...uma caminhada. Fiz uma pós-graduação em direito das mulheres, a primeira de direito ambiental, mais o direito das mulheres e direito antidiscriminatório também. E agora acabei chegando no mestrado na educação. Porque sempre o direito antidiscriminatório ele sempre vai esbarrar na educação.(Michele, 2025).

É no processo formativo do movimento de mulheres que Michele vai redimensionando as diferenças raciais e as especificidades das mulheres negras na sociedade.

Aí o feminismo só não me bastava, eu tinha que falar da raça. Então, nesses lugares tu vai entendendo, por exemplo, que o meu direito, as minhas necessidades, elas são diferentes da mulher branca que mora no centro da cidade, que é de família italiana. Ela, a mulher branca de família italiana, aqui em Caxias do Sul, ela sofre muitas violências. Mas a mulher negra da periferia, que é considerada uma brasileira pelas pessoas daqui dessa região, tem o uso muito desse termo “brasileiro”, é totalmente diferente. A mulher com filho, ela é diferente da mulher que não tem filho, né? As violências são diferentes.(Michele, 2025).

Ela relata a expectativa de conquistar respeito ao obter sua carteira da OAB como advogada, uma expectativa que foi frustrada pelo racismo. A partir dessa vivência, e da coletividade em que se insere, ela passou a reconhecer e nomear as dores que sofreu como expressões do racismo.

Logo depois de formada, eu lembro que eu tive a expectativa: pô, agora eu tenho uma carteira da OAB, agora eu sou advogada. Eu estava sempre entusiasmada que, qualquer lugar que eu tivesse que fazer um cadastro, as pessoas perguntassem qual a minha profissão, né? Agora eu vou esfregar na cara da sociedade que eu sou uma advogada. Eu achei assim: bom, é a carteira da OAB e o respeito vem junto. E acabou que não, porque antes de eu apresentar a minha carteira da OAB, eu apresento minha cor. Aí tu só vai entendendo essa perspectiva porque tu conhece essas dores, tu conhece esse... mas tu não sabe o nome. Tu não sabe que isso é político, por exemplo. E isso o movimento te ensina, a coletividade te ensina. Porque, às vezes, tu sabe, por exemplo, que tu está desconfortável em relação ao relacionamento. Mas, às vezes, tu vai conversar com uma amiga, tu vai conversar com uma psicóloga, tu vai fazendo esses movimentos coletivos de pessoas que conversam com um grupo de mulheres que passou por violências e tu vai dizer: “mas isso aqui é uma violência que eu tô passando.” Então, é aquela coisa da educação empírica. Aquilo que tu vai aprendendo de conversar com a tua mãe, com a tua avó, com o teu vizinho, com todo mundo. Então, acho que é fundamental, porque **antes do coletivo, eu sabia que eu tinha algumas necessidades, algumas deficiências, algumas injustiças, mas eu não sabia o que era, não sabia nominar isso.** (grifos da autora)(Michele, 2025).

Sobre o acesso a direitos na cidade, ela pontua a necessidade de humanizar o atendimento em diversas instituições e seus profissionais como Judiciário, delegacias e hospitais, por exemplo.

Michele relata sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres negras em suas militâncias em diferentes espaços.

Tem sido difícil. Eu, inclusive, atendi, essa semana, uma mulher negra, líder comunitária, assim, há mais de 40 anos de movimentos políticos de Caxias do Sul, que enfrentou muitos problemas de violência de gênero política. Então, realmente, chegou a virar boletim de ocorrência, e a gente vê espaços assim. E vou te dizer que esse é um problema que, infelizmente, não se limita só à direita. A própria esquerda... a gente tem visto que existe violência política de gênero contra as mulheres. Tem boicote, tem apagamento, tem invisibilização, então não tem sido fácil. O que tem mudado, qual é a minha perspectiva, assim, de achar que está bom, não está perfeito, mas é que as mulheres têm tido mais resistência. A gente está apanhando, mas a gente está seguindo, entendeu? A gente está se apoiando umas às outras, assim, se apoiando. Mas fácil não é, nunca é. E, quanto mais a gente aparece, mais a gente apanha. (Michele, 2025).

Apesar dos pagamentos e silenciamentos impostos, Michele afirma que as mulheres negras militantes têm seguido firmes na luta, e pontua a importância do apoio que dão umas às outras frente às dificuldades.

FIGURA 5: Michele fala na Câmara de Vereadores.



Acervo pessoal de Michele.

### 6.3 ESTELA - “JUNTAS PARA FAZER ACONTECER”

Estela inicia a militância política no movimento estudantil secundarista. Entre os anos de 2015 e 2016, diversos estados brasileiros participaram do movimento de ocupação de escolas públicas por estudantes em busca de melhores condições para a educação. Em Caxias



do Sul, no ano de 2016, quatro escolas foram ocupadas, entre elas, o Instituto Estadual Cristóvão de Mendoza. Estela foi uma das lideranças dessa ocupação, momento que a impulsiona para os movimentos sociais.

Em 2016, nós tivemos as ocupações no Rio Grande do Sul, para as escolas estaduais terem uma condição melhor, estruturalmente estavam caindo, estavam com problema no telhado. Eu já era presidente do Grêmio Estudantil desde 2015, então fiz o processo de ocupação do Cristóvão, que é o segundo maior colégio do estado. E a partir daquele momento, a gente entrou no movimento estudantil secundarista. (Estela, 2025).

A partir disso, passa atuar também no movimento de juventude Kizomba e na Marcha Mundial de Mulheres. Seu engajamento e protagonismo nesses espaços a projetam como uma liderança jovem, levando-a a dar um novo passo ao decidir disputar as eleições municipais de 2020. Com apenas 21 anos, é eleita a vereadora mais jovem da história de Caxias do Sul. Para ela, a experiência de ser uma mulher negra militante em Caxias do Sul é um desafio, que vai desde a negação da negritude na cidade ao racismo disfarçado como “brincadeiras:”

Eu acho que é importante grifar que em Caxias é diferente de outros locais, aqui a gente tem 24,<sup>30</sup> um pouco mais, um pouco menos, deixamos uma margem de erro de população negra. E mesmo assim, **é uma cidade que nega muito a existência da negritude em Caxias.** Eu sou Balardin, minha mãe é gringa, meu sobrenome é gringo, é italiano. E na campanha em muitos momentos eu ouvia: “nossa, mas Balardin tão pretinha”. Então eu acho que Caxias ela traz para mim hoje em dia, militando onde eu milito, ocupando o papel na sociedade que eu ocupo, o preconceito ele vem muito mais em forma de brincadeira. Mas é aquela coisa que continua machucando. Então, ser dos movimentos sociais e ser negra ou negro principalmente negra na cidade, numa cidade que nega tanto a presença da negritude, é um desafio. (Estela, 2025).

Ela considera a Marcha Mundial de Mulheres um local de acolhimento, que permitiu que olhasse para si mesma, onde não precisa esconder suas dores, e pode transformá-las em força coletiva.

Eu conheci a Marcha, logo que eu conheci a Kizomba, que é o movimento de juventude ao qual eu entrei na política. Então foi em 2016, 2017 eu já me considerava uma militante da Marcha, já me sentia à vontade de participar daqueles momentos. E eu falo por mim, mas eu falo por também ter ouvido vários outros relatos, de outras mulheres e meninas da Marcha, de que ali é um lugar aonde a gente se sente acolhida ao ponto de poder sofrer. Porque nós mulheres, a gente, tem que ser muito forte, né? Porque conseguir aguentar e resistir a tudo aquilo que nos atinge. Então ter um espaço onde tu pode ser frágil, e nessa fragilidade de se tornar potente com o coletivo é

<sup>30</sup>Segundo o Atlas Brasil, em Caxias do Sul a população negra corresponde a 16,98% da população. <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/430510#sec-demografia>

fundamental. A Marcha me trouxe o olhar para mim mesma, para as minhas dores, para os meus machucados, os meus traumas, e trouxe à força na coletividade. Tipo assim, OK, passamos por isso, mas a gente não quer que outras mulheres passem. Coletivamente a gente vai se unindo, vai se proteger. **Vai estar juntas para fazer acontecer.** (grifos da autora) (Estela, 2025).

Estela defende que Caxias do Sul tem pontos positivos em relação à conquista de direitos, mas que as políticas públicas carecem de prioridade, efetividade e orçamentos:

Bom, eu acho que Caxias tem pontos positivos, principalmente no que diz respeito à organização, por exemplo, da rede de proteção à mulher. Daí vem a parte que precisamos. A gente precisa que ela trabalhe com efetividade, que tenha orçamento, que tenha prioridade de política pública, que dependendo do governo não tem e estamos há muito tempo sem ter essa prioridade. Mas a gente tem uma rede muito boa que funciona de exemplo para outras redes de proteção à mulher. Eu acho isso um ponto positivo. Na saúde mental, a mesma coisa, a gente tem a Caps, a rede de atenção psicossocial. Então é uma rede que funciona de exemplo para outras cidades, inclusive de fora do Rio Grande do Sul. Só que a gente precisa de mais política pública, de prioridade na política pública. A saúde de Caxias do Sul, a gente tem uma distribuição das UBSs muito grande. E a gente sabe que todos esses serviços, quando não funcionam, não funcionam e impactam a vida das mulheres, porque a gente vive a cidade de uma forma diferente. A gente tem a estrutura da descentralização de várias coisas. A gente tem um transporte público que precisa ser melhor, então a gente tem as coisas, mas elas precisam ser aprimoradas para as necessidades atuais das pessoas e, principalmente, das mulheres. (Estela, 2025).

Da sua trajetória na militância, destaca como principal aprendizado o compromisso com a coletividade:

Olha, eu acho que de tudo assim, o que eu tiro como central é a questão da coletividade. Eu acho que o movimento social ele te faz entender que para a engrenagem funcionar, para tua ideia, para tua política pública, para a tua política funcionar, ser melhor, dialogar com o povo, precisa ser junto, precisa ser coletivo. Eu acho que o movimento social me ensina, inclusive a qual parlamentar eu quero ser. Parlamentar que está num pedestal ou aquela que dialoga com o povo? Que está perto, de igual para igual. (Estela, 2025).

Sobre a influência do debate antirracista e antissexista não somente nos movimentos sociais mas na sociedade como um todo, ela destaca a falta da intersectorialidade na prática:

A falta da intersectorialidade na prática é um dos desafios para a garantia de direitos: Eu acho que por mais que a gente fale na teoria sobre a intersectorialidade, entenda a importância disso nos movimentos sociais, a gente ainda tem um pouco a setorização das coisas, então vai ter de saúde, vai ter o de educação, e vai ter o feminista, vai ter o antirracista. E a gente tende a dar mais importância para a saúde, por exemplo, como a pauta mais cara assim que de fato mexe 100% com a população, então tem que ser

prioritária. Mas e como dentro desta pauta, por exemplo, a gente vai botar a discussão de classe, de gênero, de raça. Certo? Porque tudo isso precisa ser visto em todos os lugares e eu acho que isso falta para os movimentos sociais, consequentemente falta para o controle social, consequentemente falta para os conselhos e para administração pública como um todo. (Estela, 2025).

Estela ainda apontou que entre os desafios dos movimentos sociais está a necessidade de se reinventar frente ao individualismo e as “bolhas de informações” formadas pelas redes sociais.

FIGURA 6: Estela na militância estudantil, em 2019.



Fonte: facebook da Estela, 2019.

#### 6.4 EREMI - “APRENDER A SE DEFENDER”

Eremi nasceu em Vacaria e mudou-se para Caxias do Sul em 1979. Ela reconhece o movimento estudantil como o ponto de partida de sua trajetória militante, embora sua participação nessa fase tenha sido limitada devido às demandas do trabalho. Foi no movimento sindical, no entanto, que encontrou sua principal forma de atuação política. Operária na empresa Mundial S/A, Eremi ingressou na direção do Sindicato dos Metalúrgicos em 1993. Seu envolvimento com a luta dos trabalhadores, porém, começou antes disso, quando atuou na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) em uma empresa anterior, a Petenatti, demonstrando desde então um forte compromisso com a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Se eu for pensar mesmo, eu acho que eu comecei minha militância política quando eu estudava à noite na escola que começou a construção dos grêmios estudantis. E eu tive uma participação nesse movimento estudantil, participei de algumas assembleias gerais. Só que, claro, a participação era pouca, porque eu trabalhava. Então eu não tinha muito tempo de militar na

juventude, eu fui mais para essa questão do trabalho mesmo. E na empresa que eu trabalhava, que era a Pettenati, eu fui cipeira, da Cipa. Eu comecei lá a minha militância, depois participei de assembleia do sindicato. Foi nesse processo que eu comecei a ter conhecimento assim. E depois quando eu vim trabalhar na metalurgia, eu me filiei ao partido para depois me filiar ao sindicato, então me filiei do PC do B. Comecei a militar, participava de atividades, de reunião, de assembleias, enfim, e reunião com as mulheres, de reunião dos trabalhadores, então foi nesse sentido que eu comecei a minha militância. (Eremi, 2025).

O debate sobre as questões raciais faz parte de seu processo de militância, que passou a questionar um racismo disfarçado de brincadeiras. Da luta sindical, Eremi passou a se envolver com o movimento de mulheres pela UBM e no movimento negro pela Unegro, das quais fez parte da construção.

Eu ajudei a construir um Unegro aqui em Caxias, com a participação, sempre junto com o pessoal, com os trabalhadores, com as mulheres e mesmo dentro do partido, essa questão racial, desde quando começou esse debate. Mas esse recorte racial até então, a gente achava algumas coisas que presenciávamos, o que a gente sentia, até parecia assim “Ah, não, isso é normal” sabe? As brincadeiras, coisa e tal. Mas depois, com o conhecimento que a gente foi tendo, fomos observando que aquilo ali não era normal e que a gente tinha que lutar contra. Principalmente essa questão do racismo era muito na década passada, era uma coisa em tese assim, “que as pessoas hoje acham, aí tudo é racismo?” Não, não é tudo é racismo, mas tem coisas que são racismo. Então foi assim, foi através da Unegro, que a participação política no geral tu vai indo também para essas militâncias mais específicas. (Eremi, 2025)

Sobre ser uma militante negra em Caxias do Sul, seu relato indica ser um desafio que perpassa pela exclusão no mundo do trabalho e a falta de representatividade em espaços diversos:

Hoje, para mim, até se torna um pouco mais fácil, mas não é fácil. Porque as mulheres negras aqui de Caxias... se tu for assim, vamos pegar pelo mundo do trabalho. Se tu for em uma farmácia, quantas mulheres negras tu encontra na farmácia trabalhando? Se você for no banco, quantas mulheres negras têm no banco? Se você já consultou médico, dentista, tarará... quantas são negras? Tu não encontra as mulheres negras no serviço. Onde que tu vai encontrar as mulheres negras? Daí, se tu for na faxina, elas estão na faxina. É assim, nos serviços mais subalternos, de menos remuneração. Hoje, é que nem no setor metalúrgico, é o setor que eu pertencço, até tem mais mulheres negras trabalhando na linha de produção ou mesmo na limpeza, mas dificilmente tu vai encontrar mulheres negras no departamento pessoal, na área administrativa. E elas não existem? Elas não estudam? Mesmo na universidade, talvez agora, depois dos projetos sociais, até tenha mais negros, mas no passado não tinha nem mulheres e nem homens. Mesmo assim, a gente é olhada diferente. As pessoas sempre acham assim... sempre falam do teu cabelo, principalmente essas coisas. É muito presente, sabe? O cabelo da gente é uma coisa que chama muita atenção das pessoas. É isso, é

notável, assim: “Ai, mas como que o teu cabelo é assim? Ai, teu cabelo... ah, não sei o quê...” Sempre vem com essa questão. Caxias, eu vejo uma cidade difícil ainda de ter representatividade da questão racial. Tem outro porém também, sem falar naquelas pessoas que são negras, que ocupam cargos públicos, mas não se identificam. Elas são negras, mas elas não se olham como negras, elas não estão naquele espaço como tal. (Eremi, 2025)

Eremi comenta que sua trajetória na militância a ensinou a ouvir as pessoas, ouvir demandas e buscar se instruir para poder ao menos indicar encaminhamentos. Para ela “o aprendizado maior é a gente aprender a se defender. A gente aprende a se defender pra gente poder defender os outros.”(Eremi, 2025).

FIGURA 6: Eremi conduz o ato político-cultural do dia 8 de março de 2020.



## 6.5 ELIANE - “PRECISAMOS TER A CORAGEM DE ASSUMIR A NOSSA NEGRITUDE”

Eliane nasceu em São Leopoldo, onde teve contato com um tio comunista, que foi uma influência que a levou a se interessar pela luta coletiva. Quando veio morar em Caxias do Sul, seu entendimento enquanto mulher negra ganhou outros contornos. Ela sofreu o que muitas pessoas negras de pele clara sofrem, como se estivesse em um “limbo”, entre ser negra ou ser branca, uma dificuldade específica de pertencimento e de autodeclaração. Sobre ser mulher negra militante nesta cidade ela diz:

Para mim é desafiador, como eu nasci e cresci e tive o meu ensino médio, a minha adolescência, minha juventude em São Leopoldo, para mim lá era tranquilo, era normal me autoidentificar como negra, como filha de um homem negro. Sempre tive muito orgulho disso. E para mim era tranquilo, apesar de lá ser o berço da colonização alemã. Só que quando viemos para Caxias, aqui eu senti uma negação desse colorismo, né? Eu senti uma negação dessa minha autodeclaração. Aqui me diziam que eu não era negra,

mas eu também sabia que eu não era branca. E aí as pessoas me diziam não. Então eu fiquei nessa dúvida durante muito tempo e eu fiquei nessa questão, tá mas o que eu sou? Mas eu sei que eu não sou branca, eu sou filha de um homem negro. E aí eu comecei militar nos movimentos sociais e eu fui me autodefinindo, me autoconhecendo e eu fui me entendendo enquanto uma mulher negra nessa cidade, o que é difícil que aqui parece para agradar, tu tem que ser negro retinto ou branca, essa dualidade me incomodava bastante. (Eliane, 2025).

Desde a sua juventude, ela busca se inserir na luta organizada. Inicia no movimento hip hop, mas é ao começar a trabalhar no sindicato dos metalúrgicos que se insere de forma mais efetiva nos movimentos sociais feminista, estudantil e negro.

É, na verdade, eu desde a minha adolescência, sempre me considerei comunista. Eu tenho um tio que foi exilado na ditadura e eu sempre trouxe ele comigo. Então eu sempre procurei estar em movimentos sociais. E quando eu estava em Caxias do Sul, procurei alguns movimentos na época.... Comecei até no movimento hip hop, que estava crescendo, estava nascendo, mas não... achei um público um pouco fechado na época. Comecei a trabalhar no sindicato dos metalúrgicos como funcionária, e me abriu portas para os movimentos sociais, movimento de mulheres, hoje também faço parte do movimento estudantil. Conheci mais o movimento negro de Caxias do Sul, o Comune, através da Michele. E aí as coisas foram tendo mais sentido para mim. E o fato também de eu ser graduanda do curso de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul também foi me desconstruindo todos os dias, foi me caindo véus de coisas que a gente passa uma vida inteira. Nos colocam coisas, crenças a vida inteira na nossa cabeça e a gente vai desconstruindo e isso é libertador. E a gente se reconhecer também enquanto um país miscigenado. (Eliane, 2025)

Ela é estudante de licenciatura em História e Geografia, e assim, em sua narrativa ganha destaque a importância de atuar na educação:

Acredito que é imprescindível que a gente leve alguns assuntos para a educação básica. Eu sou uma defensora árdua da educação e acredito que todos nós que passamos pela graduação, pelo mestrado, enfim, a gente sabe o quanto é difícil essa desconstrução. Hoje a gente entende que tudo o que sofremos é pelo olhar do colonizador. Nós somos colonizados, massacrados, 300 anos de escravidão. E temos ainda esse racismo institucional que é tão difícil pra gente desconstruir. E eu acho importante uma coisa mais ampla que agora tem a lei de 2003<sup>31</sup>, é uma lei que não é muito...vamos dizer assim, muito valorizada, que não é todo o professor que realmente fala, a gente sabe que tem um apagamento da cultura afro.(Eliane, 2025).

Ela inclusive narra, enquanto memória marcante de sua trajetória, um evento da sua atuação enquanto educadora, que fez com que “caísse a ficha” sobre a importância do seu

---

<sup>31</sup> Lei 10.639 de 2003, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

papel como agente político:

Eu fui convidada para dar uma palestra no Senac no dia 20 de Novembro de 2023, pra falar sobre negritude. Falei sobre Milton Santos, o nosso primeiro Nobel de um homem negro no nosso país, e ele é reconhecido mundialmente, o que não acontece no Brasil, como Paulo Freire. Harvard estuda Paulo Freire, bell hooks não tem um livro dela que não cite Paulo Freire. Então a gente fica pensando que esse apagamento em nosso país, além da nossa negritude, além da nossa questão indígena, além da questão mulher, é o apagamento do colonizador que quer nos apagar em tudo. E lá nessa palestra, os adolescentes, enfim, **me reconheceram como ativista e acho que aí caiu na ficha a importância dessa luta que eu faço diariamente. Porque às vezes a gente luta e reluta e acha que a nossa luta é inválida.** Às vezes a gente acha que ninguém está vendo, que nós não somos inspiração para ninguém. E, infelizmente, naquele dia, uma professora fez um comentário só exaltando a colonização italiana em nossa cidade. E eu falei que antes deles chegarem, e como o Brasil não era uma terra abandonada, não tinha nada. Não, tinha! Tinha indígenas e negros que moravam na nossa cidade. E aí todos esses alunos, eu fui dar uma resposta para ela, mas eu não precisei falar porque todos os alunos, em sua maioria brancos, me defenderam. E falaram que não, que eu estava certa, que realmente, querendo ou não, os italianos trabalharam sim, não sabemos, mas eles ganharam essa Terra. Os negros não, né? (grifos da autora) (Eliane, 2025).

Além do não cumprimento da lei 10.639 e do apagamento cultural, ela cita a exclusão de pessoas negras enquanto professores na universidade e na educação básica na cidade, e destaca a necessidade de formar sujeitos cientes de seus direitos:

E também falar em direitos humanos é que a lei prevaleça, que realmente eu sofri racismo e que eu saiba que o Comune existe e que eu posso ir lá atrás dos meus direitos. Porque muitas pessoas não denunciam porque elas não sabem do seu direito. (Eliane, 2025).

Eliane ressalta o papel da memória e da história na conquista dos direitos humanos, esse entendimento ela relaciona aos seus aprendizados acumulados na experiência militante.

Eu acho que o maior ensinamento é que o que os nossos ancestrais viveram não seja apagado. Porque todos esses nossos ancestrais vieram pra cá em navios, que muitos a gente sabe, que o nosso Oceano Atlântico ele também tem o cemitério lá embaixo, de tantos que não conseguiram chegar até aqui, que infelizmente se afogaram, enfim, porque estavam amarrados, acorrentados. Quantas mães foram abandonadas de seus filhos? Quantos filhos chegaram aqui sem seus pais? Eu acho que precisamos lutar contra esse apagamento dos nossos ancestrais, indígenas, negros e principalmente, a gente precisa entender que o Brasil não é um país branco. Ele nunca foi e ele nunca vai ser. Nós somos um país miscigenado e é um dos países que têm mais diversidade. Eu acho que isso é algo que a gente precisa não deixar apagar. A gente precisa lutar todos os dias contra esse racismo estrutural que nos aprisiona e contra as instituições também, que são muito racistas.

(Eliane, 2025).

Reconhecer-se negra faz parte desses aprendizados, ela demarca o projeto de embranquecimento vivido na cidade, e que tenta aliená-la de sua identificação como mulher negra. Muitas pessoas negras acabam internalizando essa alienação, e conforme Eliane é usada como uma forma de proteção, uma forma de tentar se identificar com a identidade reconhecida como regra: ser branco, e não como a identidade desvio: ser negro.

Mas, a partir do momento que eu me assumo enquanto uma mulher negra numa sociedade, numa terra de italiano, ou numa sociedade totalmente racista, realmente eu estou numa visibilidade, num papel que eu sei que muitos não seguirão comigo. Ou muitos até duvidarão da minha cor, muitos até de “não, mas tu não é negra”. Mas eu, o que importa é que eu me autodeclaro, o que importa é o que eu sou. Eu acho que o que falta mesmo pra gente ampliar mais a nossa luta antirracista na nossa cidade, falar mais sobre negritude, é o pertencimento. E que realmente os negros e negras se sintam negros de verdade, porque essa sociedade quer nos embranquecer. Esse embranquecimento, ele vem, a gente sabe, de 200 anos atrás, e ele persiste até hoje. É mais bonito eu dizer que eu sou branca. É mais bonito, na minha certidão de nascimento ou no IBGE, dizer que sou branca, porque aí eu vou fazer o que a sociedade quer que eu faça. Mas, a partir do momento que realmente eu me autodeclaro uma mulher negra, eu estou comprando uma briga, eu estou tendo um desafio. Então, eu acho que precisamos disso, precisamos desse pertencimento, precisamos ter a coragem de assumir a nossa negritude. E que mais brancos estejam conosco, porque às vezes também me dói os ouvidos e me dói a alma quando eu escuto: “Ah, mas nós estamos aqui numa reunião de negros e a branca lá está participando com a gente.” Que bom que ela está participando com a gente, né? (Eliane, 2025).

Reconhecer-se negra é assim comprar uma briga, é aceitar um desafio. Eliane observa a necessidade de fortalecer identidades e o sentimento de pertencimento racial, e o compromisso de aliados na luta antirracista como caminhos a serem perseguidos.

FIGURA 7: Eliane conduz atividade para comunidade escolar sobre saúde e corpo.





Fonte: Facebook Ubm Caxias do Sul, 2022.

## 6.6 JUÇARA - “CAVAR ESPAÇOS PARA PODER ESTAR NA LUTA”

Juçara é nascida em Caxias do Sul e moradora do bairro Floresta há 66 anos, formada em serviço social, é referência unânime quando se trata de movimento negro na cidade. A trajetória de vida de Juçara é marcada por histórias de muita violência patriarcal e racista. Seu relato é forte, ela nos conta que iniciou sua luta política no movimento de mulheres:

Olha, **não é fácil ser mulher em Caxias**, já não é fácil, **imagine ser mulher negra**. Então, durante essa minha trajetória de vida, eu enfrentei muitas lutas. No movimento de mulheres, a questão da violência doméstica, coisa e tal, sempre foi o meu lema de trabalhar, porque as mulheres negras são as que mais sofrem a violência. E eu sou um exemplo de violência doméstica, eu já passei na vida muitos anos sofrendo violência doméstica. Por isso eu entrei no movimento de mulheres ainda na época com a Dona Rachel Grazziotin. Ela não era nem vereadora quando eu entrei na luta pela questão da violência doméstica. E Caxias é uma cidade autoritária, machista, racista e quando eu falo nas minhas conversas, nos espaços que eu estou, Caxias é para mim a cidade mais racista do Brasil e do Rio Grande do Sul, não tem nem comparação com as outras. É porque eu me enxergo dessa maneira em Caxias, sofri muito a questão do racismo, a questão do preconceito. E não foi fácil assim **cavar espaços para poder estar na luta** ajudando outras mulheres e ajudando a mim mesma. E pensando nos jovens da minha família, dos filhos, dos netos para que não sofressem tudo o que eu passei enquanto mulher, enquanto negra caxiense. (Juçara, 2025)

Juçara passou por violência doméstica e conta que com o apoio da UMCA (União de Mulheres Caxienses) e da Rachel Grazziotin que a acolheram, e a oportunidade de trabalhar na COMAI (Comissão Municipal de Amparo à Infância), conseguiu sair dessa situação.

Eu trabalhava na COMAI antiga, hoje Fas. Eu era educadora social, e a dona Rachel sabia, ela trabalhava na COMAI na época também. Eu falei na questão da violência que eu sofria, consegui me abrir com ela e falar... E a COMAI acolhia muito as mulheres solo, dar trabalho. Eu fui acolhida para trabalhar e ali ela montou um grupo de mulheres que era UMCA. E a partir da UMCA, a gente começou a se reunir e a debater sobre essa questão, da violência contra a mulher. Onde eu aprendi muito, onde eu consegui me libertar dos maus tratos, porque quando tu consegue apoio, trabalho, tudo muda. E através do apoio que eu tive das mulheres da UMCA e do trabalho através da dona Rachel Grazziotin eu consegui me libertar da violência doméstica. Mas são muitos e muitos anos sofrendo a violência, então eu sou uma resistente. Eu resisti e resisti durante muitos anos. Eu tive uma trajetória difícil porque perdi a maioria dos meus dentes. Eu quase tive uma vista vazada pela violência que eu sofria. Eu me tornei mãe solo, criei duas filhas sozinha. Por tudo isso, para não voltar a passar pelo que a passava, pelo apoio que eu tive, porque se eu não tivesse tido o apoio da UMCA, eu estaria convivendo com o agressor durante muitos anos por causa das questões financeiras. Todas as mulheres ficam com os seus agressores pela questão

financeira, por não conseguir trabalho e sendo mulher e negra, Caxias é pior ainda. Daí tu vai conseguir trabalhar onde? Eu tive o trabalho, eu tive o apoio, e como me fez aprender, a refletir e a lutar, para que outras mulheres não passassem por aquilo que eu estava passando. (Juçara, 2025).

A partir da organização no movimento de mulheres, ela passa a atuar no movimento negro. Apesar de frequentar o Clube Gaúcho, ainda "no ventre da minha mãe, porque ela frequentava grávida, coisa e tal", ela conta que nem sempre o Clube fez o debate político sobre raça e racismo.

Lá no gaúcho a gente não tinha uma consciência tão grande da importância de se trabalhar o movimento negro. Era um clube frequentado só por negros, mas que na diretoria tinha alguns brancos. Mas que não tinha um debate político sobre as questões raciais. Era um clube porque foi fundado por mulheres, que os filhos não podiam entrar em outros lugares nessa cidade. Então elas sem consciência que era um ato político que elas estavam fazendo, mas não se tinha o debate, fundaram o Gaúcho. Era o salão das Margaridas, depois virou Gaúcho, para os seus filhos terem um lugar de espaço cultural, de ir dançar... E sem ter esse debate político. Com o passar dos anos a gente foi ficando mais velho, e daí esses filhos passaram a ver de maneira diferente e buscar daí o debate político. (Juçara, 2025)

Mas foi no movimento de mulheres que de fato iniciou sua trajetória militante, ela conta sobre a naturalização do racismo e negação de si como uma primeira estratégia que as pessoas negras usam para encarar o sofrimento de ser identificada como tal.

Eu não iniciei a minha trajetória no movimento negro, eu iniciei no movimento de mulheres. E foi quando o movimento negro... por um fato assim, tu sofre racismo e tu acostuma com ele, infelizmente tu acostuma com ele. Então, desde a minha infância até a minha adolescência, eu sempre sofri o racismo, mas eu tratava o racismo... era uma violência que faziam comigo e eu revidava contra a violência, agredindo as pessoas, querendo mostrar a força, que eu não era negra, eu não podia estar passando por aquilo, mas eu passei. Eu estudei no Cristóvão, hoje o Cristóvão, mas antes era a Escola Normal Duque de Caxias, e lá eu sofri todo tipo de racismo, desde a direção até os alunos. De eu querer fazer magistério e, na minha ficha, estava escrito que eu era deficiente, e a minha deficiência era ser negra. Um dia me chamaram e me disseram: como é que os alunos iam se ver com uma professora negra na frente? Então, eles me colocaram que era melhor eu ser bibliotecária, que não estaria na frente dos alunos, mas não ser professora, porque uma negra na frente do quadro não ficava bem. Então, tu vê os tipos de racismo da época que eu passei. (Juçara, 2025).

O relato da Juçara mostra que Caxias do Sul se constituiu como um espaço de interdição à realização de plenos direitos da população negra, impedidos de acessar espaços e profissões, impedidos de viver a cidade, de realizar sonhos. Outro episódio doloroso em sua trajetória foi o assassinato de seu neto, quando Juçara já era militante do movimento negro:

“A única coisa que me entristece dentro do movimento negro foi eu ter virado estatística na questão da morte de jovens negros, porque assassinaram o meu neto com 18 anos, em um jogo de futebol.”

Juçara contou em nosso encontro coletivo sua jornada solitária enquanto mulher no início do movimento negro na cidade. Outro evento marcante é uma virada de chave não só na sua trajetória, mas na construção do movimento negro na cidade. O assassinato do líder comunitário José Maria Martins pela polícia militar.

Teve um encontro em Caxias, no Clube Gaúcho, com todas as entidades de Caxias, tinha UAB, tinha o movimento de mulheres, tinha vários grupos ali e vários negros. Daí me convidaram e eu fui, mas mais para “ah, vou ver o que vão fazer.” E era o Conselho Estadual da Comunidade Negra que estava chamando uma plenária em todas as regiões para se trabalhar as questões raciais através de cada município, cada região. E ali eu fui e nesse dia aconteceu um fato, que foi a morte do José Maria Martins, que era um comunitarista que trabalhava na construção civil e foi morto pela brigada militar. O carro dele foi todo perfurado porque ele estava dirigindo uma Santana Quantum e acharam que o carro era roubado porque ele estava vindo do trabalho, mal vestido, ele era pedreiro, trabalhava na construção civil. E mandaram ele parar, e ele não parou e terminaram matando...(Juçara, 2025).

Segundo o jornal Pioneiro, na madrugada do dia 11 de novembro de 2000, a PM disparou 30 tiros contra o carro de José Maria. Esse fato mobilizou a comunidade caxiense, José era líder comunitário do bairro Fátima.<sup>32</sup>

FIGURA 8: Notícia da morte de José Maria.



Fonte: Pioneiro, 2000.

Juçara passa, a partir disso, a atuar no movimento negro. Torna-se vice presidenta do

<sup>32</sup> BM Acusada de matar irmão de secretário. Jornal Pioneiro, 13 de novembro de 2000, p.18

Conselho Estadual da Comunidade Negra / CODENE e do Conselho Municipal da Comunidade Negra / COMUNE. Compôs a coordenação municipal e regional do Movimento Negro Unificado e “em 2003, eu fui trabalhar com o Pepe na administração, criando aquele espaço da Assessoria da Igualdade Racial, hoje Coordenadoria, mas na época era Assessoria que era ligada ao gabinete. Fiz um projeto, foi aprovado, daí a cidade toda dizia que era um racismo às avessas” (Juçara, 2025). O referido projeto trata da política de cotas dentro do serviço público em Caxias do Sul. Outras iniciativas enquanto esteve à frente da Assessoria foi o Seminário sobre doenças falcêmicas, e a criação de agentes de saúde negras “para trabalhar através dos chás, das ervas que é todo o resgate da ancestralidade”. Esse projeto formou mais de 20 agentes, mas não teve continuidade com a troca de gestões na prefeitura.

A sua trajetória pessoal foi profundamente alterada através da militância política: “Eu acho que todos os espaços que eu ocupei, que eu ocupo, é porque eu sou do MNU, se eu não fosse eu acho que não estaria nesses espaços. O MNU é a minha referência de vida.” Mas além do impacto pessoal, ela tem a alegria de saber que sua luta foi também em prol da coletividade. Ela diz que as aprendizagens acumuladas em sua trajetória transformaram sua vida e sente alegria em ter contribuído para mudar outras vidas também:

Alegria de poder proporcionar para outras pessoas tudo o que está acontecendo hoje, hoje em dia tu vai na área da educação quantos os professores negros nós temos. E eu fui privada de ser professora e hoje quantas nós temos, médicos, enfermeiros... Então, assim, tem um dedinho, tem uma pontinha de contribuição, isso já me faz muito feliz. Saber que não foi só para mim, mas sobre o todo que melhorou.(Juçara, 2025).

FIGURA 9: Juçara no movimento Ele Não.



Fonte: Facebook

## 6.7 SABRINA - SE SENTIR PARTE DA CIDADE

Sabrina é fotógrafa, modelo plus size, militante da Unegro e da Ubm, faz parte do Conselho Municipal de Cultura e é chefe de família:

Eu sou de uma família em que minha mãe se tornou mãe solo também. Então sou mãe, pai, sou mãe da minha mãe, mãe do meu irmão, que agora, já se foi. Assim eu me reconheço como mãe desde que eu me reconheço por gente. Foi sempre eu quem cuidou da minha família. (Sabrina, 2025)

Ela afirma que ser mulher negra militante em Caxias do Sul é uma resistência que começa por enfrentar a negação do racismo.

Olha, eu vou te dizer assim, que é bem complicado. É uma questão que as pessoas acham que não existe o racismo, a gente já começa aí, por não ter um entendimento de que é uma coisa cultural e que isso não termina. Isso a gente precisa falar todos os dias, e as pessoas ainda acham que a questão não é importante, que essa questão não precisa ser abordada frequentemente, e principalmente nas escolas. Desde criança, as pessoas acham que não é relevante. Então, quando a gente cresce, a gente vê situações diárias de racismo. É bem difícil, em Caxias, principalmente, que é de maioria de pessoas brancas. A gente resiste. (Sabrina, 2025).

Sua atuação política tem papel destacado na cultura, desde a dança até a participação em exposições que retratam a presença negra na cidade e exaltam a beleza e a identidade negra.

Então eu comecei com a fotografia, primeiro com a dança e eu era a única mulher negra que dançava. Fiz hip hop, jazz, dança cigana. Depois começaram a me chamar para ser modelo, não tinha essa... não era tão receptiva. Porque a gente não se acha bonito, a gente não sabe o quanto a gente é bom também. A insegurança, eu acho que ela vive em todas as mulheres e as mulheres negras também. A gente não é autossuficiente, é muito difícil tu se colocar nesse lugar do que tu pode, que tu é bom. Aí eu comecei a ser chamada para ser modelo, por algumas marcas, e depois comecei a fotografar, e eu queria fotografar só pessoas negras. Pasmem, não tem pessoas negras, que aceitam ser fotografadas. Eu queria fotografar mulheres negras, elas não queriam: “porque eu não sei”, “porque eu não sou bonita”, “eu não tenho roupa”. Então foi bem difícil fotografar pessoas negras, homens negros já é mais fácil, eu consegui com mais acesso e tudo mais. (Sabrina, 2025).

Sabrina participa como modelo da exposição “Pele” da fotógrafa Tatieli Sperry. As fotografias da exposição foram transformadas em lambe-lambes e colados por diversos pontos da cidade, uma forma de democratizar o acesso a essa arte engajada e antirracista. A

exposição “Pele” circulou em vários pontos de Caxias do Sul, Porto Alegre e em Flores da Cunha. Para Sabrina o acesso à cultura permite que as pessoas se sintam parte da cidade, mas para isso é preciso promover o acesso à informação, a educação e a mobilidade urbana.

Eu acho que assim, a questão principalmente de acesso à informação, às atividades que rolam na cidade, claro que nós somos uma geração que tem internet, tem redes, mas muitas pessoas ainda não. Nas escolas, eu acho que seria o melhor local onde a gente pode informar. E as atividades, principalmente atividades culturais, que tem na cidade, fazer com que as pessoas participem e se sintam parte daquele movimento, **parte da cidade**, tenham acesso. Porque muitas vezes a gente não tem informação, não tem acesso, os pais, as mães, as crianças não conseguem se locomover, só que é um direito à cultura, à diversão (Sabrina, 2025).

FIGURA 10: Sabrina modelo na exposição Pele.



Fonte: Tatieli Sperry

Ela foi assistente de fotografia na exposição “Raízes” produzida pela grife NêgaNagô da Jaqueline da Silva e com fotografias de Tatieli Sperry. A exposição teve a participação de mulheres de 57 a 97 anos, e valorizou a ancestralidade feminina negra, foi exposta em cidades como Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Porto Alegre.

Depois eu comecei a participar também como auxiliar de fotógrafa, minha exposição que daí a gente fez o “Raízes” aqui em Caxias, que eram senhoras, de mais de 80 anos, mulheres negras avós, mães, e a gente fez uma exposição, que era o “Raízes”, demonstrando toda essa força de gerações. E aí depois eu fui indo através de indicações, continuo fotografando para lojas, continuo sendo assistente de fotografia, estágio de documentário de

senegaleses também que teve, a gente levou para Bento Gonçalves, museu de Bento, achei muito bacana. Foi logo depois daquela situação que aconteceu em Bento, dos trabalhos desumanos, foi aprendido o pessoal<sup>33</sup>, então é assim que eu vou indo, onde eu acho que eu sou bem recebida. Também acontece das pessoas que querem te usar, por ti ser negro, ser uma mulher em edital para conseguir passar em projeto. Já recebi convite para ser proponente: “olha tu quer ser proponente? Ter uma mulher negra vai ser legal.” Então, por interesse também. (Sabrina,2025).

Sabrina pontua como a questão da autoestima é central na experiência de pessoas negras, principalmente das mulheres. Ela destaca a necessidade de enfrentar as inseguranças e ocupar os espaços diversos. Por que, afinal de contas, ela aprendeu nessa trajetória que “se não for nós e ir atrás nós por nós, se esforçar, nós buscarmos formação, a gente não consegue acessar o mercado de trabalho, escola.”

Importante falar que a gente tem que estar nos espaços por mais difícil que seja. Primeira impressão que a gente não consegue, que a gente não dá conta. Se tiver que estar numa escola, a gente vai estar numa escola. Se a gente tiver que ir para uma palestra, a gente tem que ir na palestra, ir nos museus. A gente tem que participar da cultura, a gente tem que participar dos convites que aparecem, porque se não vão falar por nós é só nós podemos falar por nós. Eu acho que é muito importante deixar registrado que a gente saiba ocupar o nosso espaço. Que a gente saiba dar voz, aqueles que já lutaram por nós, os que ainda vão vir, os nossos filhos. Isso acho muito importante e que os espaços também nos vejam como pessoas que são inteligentes, trabalhadoras, que são muito competentes. A gente entra, a gente fala assim,” Ah, chamaram só por causa da cota”, o que acontece, “ah fulana a gente precisa de uma mulher negra vai”. E aí assim acontece muito, parece que não, mas acontece. Dói muito, porque é como se invisibilizasse tu como uma pessoa que trabalha, estuda, que é formada e que tu só sirva para ir lá para fazer a foto e ir embora. (Sabrina,2025).

Sabrina denuncia o oportunismo de quem convida pessoas negras para participar em editais e concursos culturais apenas para cumprir cotas, sem oferecer espaço real de participação, decisão, representatividade e protagonismo.

## 6.8 KARINA - “UM MOVIMENTO QUE ME AJUDA A PENSAR MINHAS DORES”

Karina é professora da rede municipal, tem uma filha e cuida da mãe. Sua família tem trajetória na militância política e assim, ela inicia na militância partidária e depois passa a integrar a Marcha Mundial de Mulheres. Ela observa que na cidade, as mulheres negras conquistaram maior inserção em diferentes espaços e no próprio movimento feminista. Assim

<sup>33</sup> Sabrina refere-se aos casos de trabalho análogo à escravidão denunciados em Bento Gonçalves em 2023. Mais de 200 pessoas foram resgatadas nessa situação durante a colheita de uvas para as vinícolas da região.



a experiência de ser uma mulher negra militante faz parte de um processo de conquista de maior reconhecimento e pertencimento das pessoas negras. Essa participação política mostra-se como uma alternativa à estratégia do negro que “prefere ser invisível” como forma de lidar com o racismo.

A gente tem visto que com as políticas afirmativas, as mulheres negras estão acessando mais as universidades, os empregos também, o serviço público. Acaba que aumenta o número de mulheres negras nesse movimento, que eu me lembro que logo ali no início, quando eu comecei, em 2003, era só eu de mulher negra. Era um movimento feminista muito branco assim que pensava nas questões de mulheres brancas, por exemplo. E o direito do trabalho? Para nós, mulheres negras, o trabalho sempre foi presente pela escravização. Eu acho que é isso, mudou bastante esse aspecto, tem uma participação maior. E eu acho que isso faz com que o movimento areje também, comece a pensar, porque antes, se não tem a presença, acaba não tendo a discussão, isso é bem importante. Eu acho que essa participação aumentou e que contribui. E isso também é um reconhecimento do ser negro, que muitas vezes sim, o negro principalmente, em Caxias do Sul, assim que tem toda essa cultura de imigração italiana, muitas vezes ele prefere ser invisível. “Tá de repente ninguém me vê aqui não.” Então esse pertencimento se mostra nessa maior participação das mulheres negras no movimento feminista mesmo. (Karina, 2025)

Karina evidencia como as políticas afirmativas, especialmente o acesso à educação superior e ao serviço público tem contribuído significativamente para a maior participação política das mulheres negras, sobretudo no movimento feminista. Essa maior presença negra no movimento tem feito com que ele procure se “arejar”, repensando suas práticas e discursos, enfrentando a invisibilidade das experiências de mulheres negras em seu interior.

Ela afirma que em Caxias do Sul há serviços dedicados à consolidação de direitos mas que carecem de acesso efetivo, e muitos estão sendo sucateados.

Na questão dos direitos humanos, a gente tem o serviço, mas o acesso... não é que o serviço não exista, mas o acesso é difícil. Então isso que eu acho que é importante ter, isso ajuda bastante também a questão das mulheres. Não só as mulheres negras, mas as mulheres que são a maioria dos chefes de família. Essa realidade também é aquela mãe que precisa trabalhar o dia todo, daí tem seu filho que vai para a escola. E por exemplo, não tem acesso aos serviços, ao atendimento, ao acompanhamento. Acho que é isso, o acesso aos serviços é o mais importante. (Karina, 2025).

A dificuldade desse acesso, segundo ela, perpassa pela necessidade das pessoas conhecerem seus direitos, e pontua a responsabilidade do poder público, que além da formalização dos direitos em leis, precisa garantir o efetivo acesso aos serviços e políticas públicas, garantindo também que funcionem de forma articulada.



Eu acho que é importante registrar relacionado com a questão dos direitos humanos que, por exemplo, a educação, a saúde, a assistência, elas devem andar juntas para que as mulheres consigam ter acesso a isso. Porque a gente tem as leis, mas muitas vezes a gente não consegue ter o acesso. E muitas, mesmo as que têm informação, não conseguem ter o acesso. Muitas nem a informação têm. Eu acho que é importante isso, de colocar essa necessidade do poder público olhar para essas mulheres. E fazer e pensar isso, nesses direitos, nos direitos reprodutivos, no direito à creche para poder trabalhar.(Karina, 2025).

Karina afirma que o movimento feminista é espaço de acolhimento e de cura de suas dores, destaca essa singularidade do fazer político feminista que preocupa-se com o subjetivo, com as emoções de uma vivência marcada por gênero e raça, dimensões que outros espaços mostram dificuldade em acolher e /ou politizar.

O movimento eu gosto, é um movimento que eu me identifico, porque também é um movimento que me ajuda a pensar minhas dores também, acho que a gente tem essa troca. A gente milita no feminismo, a gente recebe do feminismo o acolhimento, que muitas vezes a gente não tem nos partidos políticos, no sindicato, na família às vezes também.(Karina, 2025).

Para ela, a experiência na militância a fez perceber as diferenças na opressão das mulheres quando são interseccionadas a outras formas de opressão como o racismo.

A partir da militância, eu consegui perceber que as mulheres são diferentes. E que as nossas lutas, elas devem... a gente tem que abraçar a luta de todas, mas sabendo que é diferente. Por exemplo, nenhuma consegue saber o que a outra sofre. Então tem essa questão da interseccionalidade também. A questão da mulher negra não é uma sobreposição, mas pensar que os corpos são transpassados: a mulher negra, a mulher negra lésbica, a mulher negra periférica, a mulher branca periférica também. Então é isso que, às vezes, eu até vejo nessas questões. Por exemplo, eu sou uma mulher negra, mas eu não sou uma mulher negra periférica. Eu tive que me conectar com outras mulheres negras que são da periferia, que não tiveram o acesso que, às vezes, eu tive. Eu acho que essas coisas a gente precisa refletir bastante.(Karina, 2025).

FIGURA 11: Karina fala em ato sobre a morte de Marielle Franco em 2018.



Fonte: Facebook Fórum da Mulher Caxiense, 2018.

#### 6.9 - SAMANTA - “TEM QUE SE REINVENTAR TODO DIA PARA SER UMA MULHER NEGRA”

Samanta é mãe de dois filhos já adultos, nascida em Caxias do Sul é moradora do bairro Monte Carmelo, é militante da UBM e da Unegro, e integra o Conselho Municipal de Saúde. Para ela, ser uma mulher negra e militante na cidade é um desafio: “Uma mulher negra em Caxias do Sul é viver todo dia lutando contra uma barreira. Tem que se reinventar todo dia para ser uma mulher negra em Caxias do Sul.”(Samanta, 2025).

A reflexão sobre sua trajetória de vida e a de sua família a motivou a se engajar nos movimentos sociais. Tornou-se liderança na ocupação do Monte Carmelo e, posteriormente, passou a atuar no movimento feminista e negro.

Eu comecei a participar dos movimentos sociais, justamente porque a minha infância, minha mãe sempre trabalhou muito. Sempre foi uma mãe solo de três mulheres e trabalhava como doméstica e numa empresa de noite para dar conta de nos sustentar. E nessa residência, minha mãe teve a oportunidade de nos levar, ela trabalhava com uma família muito conhecida na cidade, de muito porte. Então nós íamos junto com a minha mãe pro trabalho e ela achava que estava sendo amparada pelos patrões para ter cuidado conosco. Mas na verdade não era nada disso, a gente não tinha o tempo de brincar e ficar vago e nem poder comer o que a gente via na casa. A gente entre aspas, “brincava de passar óleo de peroba nas partes de madeira”, de passar aquele polidor de prata nas pratas em troca de uma bala, em troca de uma bijuteria. E a gente e a minha mãe super achava que era normal. Ali pelo meus 13 anos, eu comecei a me despertar que aquilo estava errado. Eu comecei a entender um pouco mais da história da escravidão no Brasil. Eu comecei a me enxergar nessa história do país, comecei a não querer mais aquilo para minha vida. Não, não pode ser assim, que foi onde eu comecei a enxergar e

procurar por alguns movimentos para poder me inserir. (Samanta, 2025)

A atuação de Samanta inicia na luta pelo direito à educação infantil, e é impulsionada na luta pelo direito à moradia, que ela diz ser “a menina dos olhos dela”.

Primeiro movimento que eu comecei a participar, eu fui mãe muito jovem, enfim, na minha adolescência, então os primeiros movimentos foi na questão de escola infantil que eu sempre atuei ali para ter recursos melhor para os meus filhos na escola. E depois eu comecei a militar mesmo assim, de movimento mesmo, da luta pela moradia, porque eu fui para uma ocupação, porque eu queria meu espaço só para mim e meus filhos. Aí eu fui pro movimento luta pela moradia, onde a gente foi para uma ocupação e lá eu me tornei uma liderança durante essa ocupação. (Samanta, 2025).

Samanta tem muito carinho pelo seu território, foi nessa ocupação que ela nutriu o sonho de ter um lugar próprio para ela e os seus filhos. Ela dedicou-se muito pelo direito de sua comunidade permanecer lá.

Fiz muitas atividades, na época faltei muito trabalho para poder estar perante ao fórum, correr atrás, mobilização do povo para que a gente tivesse direito a permanecer naquela área. A gente fez uma caminhada daquela área até a prefeitura, onde o prefeito na época era o Pepe Vargas, que decretou de utilidade pública a área. A gente fez grandes movimentos para ter direito à luz, para ter direito à água potável, tomamos banho no chafariz da praça. Então eu acho que me fortaleceu muito. E a minha região, enfim, eu nasci na região sul. Eu sempre digo que eu sou dali mesmo de tudo. Porque eu nasci na rua Antônio Rigotto, a minha mãe teve que ir em uma parteira fazer o parto. Ela não conseguia chegar até o Pompéia<sup>34</sup>, então eu sou dali. E aquela região para mim é tudo, eu amo aquela região, eu amo onde eu moro, no lugar onde eu moro, é maravilhoso. Hoje a gente tem um pouco mais de acesso, um pouco mais de direito, mas muita luta e a gente precisa muito mais. (Samanta, 2025).

Samanta passou por muitas dificuldades na militância, até a situação limite de ser ameaçada. Ela ressalta a desigualdade social entre as regiões da cidade, como o centro e suas escolas particulares que têm fiscalização e corredor de segurança para as famílias deixarem as crianças na escola, enquanto na região sul, sofre com a falta de escolas e de segurança e com o descaso do poder público que resultam em tragédias como o caso da menina Naiara<sup>35</sup> que marcou a história da cidade e é lembrada por Samanta.

O mais trágico para mim, na minha militância também, além da ameaça que eu sofri, foi quando a gente perdeu a menina Naiara. E várias pessoas

<sup>34</sup> Hospital Pompéia.

<sup>35</sup> Naiara tinha 7 anos de idade e morava no Monte Carmelo, no caminho para escola que ficava longe da sua casa, ela foi sequestrada e após estuprada e morta, esse fato ocorreu em 2018 e gerou grande comoção na cidade.

tentaram achar o culpado, porque se culpa muito a família, mas ninguém procurou saber qual era a história da Naiara antes de morrer. A Naiara, a tia, já tinha adotado ela e os dois irmãos. Família de baixa renda, não tinha condições. Aí muitas pessoas falavam muitas inverdades, não é? Mas existe um culpado para isso, e o culpado é o poder público. Existe um eleito pela cidade, pessoas que coordenam uma cidade, que são eleitas para coordenar nossa cidade. E de que forma? Fazer políticas públicas para quem? Para as pessoas de baixa renda, para que a sociedade tenha segurança. Nós não temos uma escola infantil na comunidade. A escola mais próxima não tem capacidade para tanta criança. A gente não tem UBS próximo, a gente não tem nada. É a falta de segurança, a falta de políticas públicas mesmo, que precisam ser retiradas do papel e precisam ser feitas. Porque, na hora que acontece uma tragédia, se procura apontar um culpado. E quem é o culpado? Sempre a família que é mais vulnerável. Então eu acho que isso me fez crescer muito, sabe? Em lutar pelos direitos. E acho que nós não podemos parar de lutar pelos nossos direitos, direito das mulheres. A gente poder andar com segurança, saber que os nossos filhos vão sair e voltar com segurança. E aí não tem escolas próximas, não tem um guarda municipal fazendo a ronda, para que as nossas crianças entrem e saiam da escola com segurança. A gente vê o quão é injusta a sociedade, que nós temos escolas particulares no centro da cidade, e que é feito um corredor para que os pais consigam largar seus filhos com segurança, e tem uma fiscalização da cidade que fiscaliza o trânsito. (Samanta, 2025)

A partir do relato de Samanta sobre os aprendizados da militância podemos perceber um senso de coletividade, quando ela fala sobre poder “ajudar muitas pessoas”, indo muito além de questões materiais, mas no reconhecimento dessas pessoas enquanto sujeitos de direitos.

Olha, eu vou te dizer que eu adquiri muita experiência, muita força. E através desses movimentos eu consigo ajudar muitas pessoas. Não é só ajudar na questão material, mas as pessoas reconhecerem que elas podem ir além, que elas têm direitos. E a lutar pelo teu direito, lutar pela tua dignidade, lutar pelo teu espaço, que eu posso estar onde eu quiser. (Samanta, 2025).

FIGURA 12: Samanta ato na Praça Dante Alighieri.



Fonte: Facebook UBM Caxias do Sul, 2024.

#### 6.10 CLÁUDIA - “PENSAR AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO LUGAR DE FUTURO”

Cláudia é nascida em Bento Gonçalves, mas cresceu na cidade de Caxias do Sul, é professora de História e mestre em Letras, e teve importante atuação no Núcleo Qualificar a Educação para as Relações Étnico-Raciais (QuERER). Sobre a experiência de ser uma militante negra nessa cidade ela diz ser difícil, um ato de coragem:

É difícil! E por vezes é doloroso, é cansativo. Claro que em alguma medida é gratificante, porque a gente se fortalece entre os nossos. Mas eu acho que, antes de tudo, é corajoso. A gente estar emersa não só em Caxias, me parece que, pensando o Brasil na contemporaneidade, estar dentro de um contexto de qualquer movimento social hoje é de fato ser muito corajoso. (Cláudia, 2025)

Cláudia revela que os movimentos sociais, assim como a graduação em História e a literatura, salvam-na do sentimento de “entre lugar” por ela experienciado no contexto do mito da democracia racial na cidade. Ser uma mulher negra de pele clara em uma família de maioria branca contribuiu para que, desde muito jovem, ela tivesse esse sentimento de não pertencimento.

Já desde a época da adolescência, eu sempre carreguei comigo essa percepção de desigualdade. É algo que eu...intrínseco não seria a palavra,

mas é algo que sempre me movimentou, me incomodou, na verdade. Mas é claro que a falta de letramento, tudo isso te leva a uma **indignação vazia, porque tu não entende o que tanto te incomoda, mas tu sabe, tu percebe que as coisas te incomodam**. E é durante a minha trajetória de adolescência até o início da vida adulta, eu não tive contacto com nenhum movimento social, porque eu comecei a trabalhar muito cedo, terminei os estudos muito tarde. Abandonei, voltei, abandonei, voltei. Então eu já entrei na graduação bem mais velha do que, em geral, as pessoas entram. Com mais ou menos 10 anos de diferença, 26 para 27 anos. E é nesse momento que eu encontro, então, dentro da graduação, pessoas que conseguem colocar de forma teórica aquilo que eu sentia na minha vivência inteira. E aí eu consigo assim, ser capturada por essas teorias, começo a estudar, começo a me envolver. Primeiro em um campo intelectual, e depois que eu entendo, que eu estou com esse arcabouço intelectual, eu **me reorganizo enquanto mulher negra e eu vou para os movimentos sociais**. Eu vou para o movimento da Marcha das Mulheres, eu vou para o movimento da educação antirracista, que eu entro na escola para trabalhar. E a minha vivência, no meu cotidiano, se transforma nisso, numa constante militância. De estar sempre atenta a todos os fatos, as convivências, de estar sempre produzindo intelectualmente. Estar sempre tentando me qualificar para essa luta, que eu entendo que exige bastante da gente. Eu diria para ti que o movimento social, assim como a graduação de história, me salva. Ela me salva de mim mesma. Então, a literatura, a graduação de História e os movimentos sociais, eles vão me salvar. Eles me salvam. É dessa constante insatisfação que eu sempre tive, desde muito nova, esse entre lugar. **Eu sempre estive no entre lugar porque eu também sou fruto dessa falácia do mito da democracia racial**. Eu sou uma pessoa parda e eu venho de uma família por parte de mãe, que ela é italiana, e por parte de pai, que ela é negra. Só que o meu pai abandona a minha mãe. Eu sou educada numa família branca e, dentro dessa família branca, não existe um letramento racial. Desde criança, eu sou a única pessoa negra da família junto com meu irmão. E ele não me parece que tenha tomado esta consciência, mas a mim, eu me percebo, desde muito nova, em um entre lugar. **Sabes quando tu não te sente pertencente a um grupo?** E por outro lado, também eu não tinha esse letramento racial, então me parece que isso também afeta um pouco a minha infância, a minha adolescência, e eu vou conseguir costurar todos esses sentimentos, organizar de forma racional tudo isso a partir da vida adulta, quando eu adentro na graduação, e aí eu começo a militar e nunca mais parei. (Cláudia, 2025).

Sua trajetória no ensino superior permite que ela tenha contato com teorias que contribuem com a sua reorganização enquanto mulher negra. A teoria e o letramento racial permitem que ela saiba nomear aquela “indignação vazia”, aquilo que tanto a incomoda. Sobre o acesso aos direitos humanos, Cláudia afirma que Caxias do Sul, implementa o mito da democracia racial e da meritocracia e por isso, apesar de os direitos estarem institucionalizados por lei, a cidade precisa “se desvelar” e reconhecer seu racismo.

Eu acho que Caxias vem sendo um reflexo do que vem acontecendo no Brasil inteiro. Eu acho que também **Caxias, ela carrega alguns requintes de crueldade, na medida em que ela consegue implementar a falácia da democracia racial aqui**. Porque a nossa cidade, ela simbolicamente, é

carregada de um ideal de que se você trabalha e se é honesto, tem uma família estruturada, você vai vencer independente de quem você seja. Então esse recorte simbólico que Caxias coloca à frente de qualquer outra coisa, deixa tudo meio nublado para pensar efetivamente o que a gente precisaria fazer. Eu diria que Caxias do Sul precisaria se desvelar. Se desvelar para aquilo que ela realmente é. E isso me parece muito mais difícil do que efetivamente você implementar um direito, porque os direitos eles já estão postos, a gente sabe disso. Em alguma medida eles são executados, ainda que de forma compulsória. **Mas a gente não consegue mudar aquilo que a gente não consegue enxergar e eu acho que Caxias não consegue se enxergar como uma cidade racista.** Porque ela carrega muito, muito forte essa questão do trabalho, da democracia racial. A ver pelas falas dos nossos próprios políticos quando é sobre raça e gênero, eles falam quase como de forma genuína. Assim, eu acho isso mais perverso ainda, a ideia de que ah “eu tenho um amigo negro”. Nosso próprio prefeito, enfim, gosta muito de fazer essas falas, né? “Ai eu fui criado com 2 amigos negros”. Então isso denuncia uma dificuldade que a gente tem em se enxergar. **Então eu acho que Caxias, no que versa sobre os direitos humanos, ela precisa se desvelar.** (Cláudia, 2025)

Sobre a Marcha Mundial de Mulheres, ela afirma ser um espaço de fortalecimento de sua luta: “Eu enxergo a Marcha Mundial das Mulheres como o fortalecimento para a minha luta, que é a luta antirracista, sobretudo com as mulheres negras” (Cláudia, 2025). Da sua experiência na militância aprendeu sobre a importância da coletividade e de ter cautela. Essa cautela perpassa por um entendimento dos “entrelaçamentos de relações políticas, sociais, de gênero, de classe, de raça”.

Eu aprendi que a gente precisa se fortalecer muito enquanto coletivo. Faz uma diferença imensa quando tu está entre os teus, esse fortalecimento coletivo. Acho que os movimentos sociais, eles não podem pensar no sujeito, no indivíduo, ele precisa pensar nessa coletividade. Porque se não ele não consegue avançar e a gente precisa se fortalecer. Então, o aprendizado que eu trago assim são dois: é o aprendizado da coletividade, de compreender a importância dessa coletividade que nem sempre é necessário você estar na linha de frente ou você estar aparecendo. O importante é que você veja o movimento caminhando. E o segundo é ter cautela, porque a gente, quando é muito jovem, a gente adentra assim, querendo revolucionar, chutando à porta. E conforme o tempo vai passando, você vai entendendo como que funciona esses entrelaçamentos de relações políticas, sociais, de gênero, de classe, de raça, em quais momentos você deve estar fazendo determinadas interferências. **Eu acho que o fortalecimento da coletividade e a cautela foram os aprendizados que os movimentos sociais me entregaram.** Seja ele pelo amor ou pela dor. Porque nem sempre o caminho foi só de um trajeto de fortalecimento por meio do amor. Por vezes a gente adentrou em conflitos, às vezes se coloca em risco, várias situações que tu vai aprendendo que há essa necessidade de tu ter essa cautela também. (Cláudia, 2025)

A narrativa de Cláudia passa da denúncia do mito da democracia racial, da negação do racismo, da meritocracia nas relações raciais na cidade ao anúncio de possibilidades de

liberdade: “Eu gosto muito de pensar as relações étnico-raciais no lugar de futuro. Então, eu acho que esse trabalho tem que ser pensado nesse lugar de futuro. Qual é o lugar de futuro? O lugar aonde essa negritude vai receber, vai tomar para si o espaço do protagonismo que ela merece.” (Cláudia, 2025).

FIGURA 13: Cláudia.



Acervo pessoal de Cláudia.

O que se aprende, em termos de direitos humanos e de luta antirracista, ao escutar e sistematizar as trajetórias dessas mulheres?

Escutar e sistematizar as experiências dessas mulheres no contexto local revelou aspectos objetivos dos direitos humanos que perpassam a vida das mulheres negras em Caxias do Sul, desde aqueles que mobilizam diferentes gerações para a organização coletiva por seus direitos até os que persistem nos dias atuais. Entre esses direitos estão o direito ao trabalho digno, à moradia, à vida sem violências de raça e gênero, à humanização das instituições e ao enfrentamento do racismo institucional, bem como o acesso efetivo às políticas e serviços públicos. Essas mulheres ampliam a compreensão do que são direitos humanos, pois nos ensinam sobre o direito de pertencer, de contar a própria história e de ser “gente na totalidade” (Bruna, 2025). Esses direitos subjetivos encontram, no espaço coletivo e dialógico dos movimentos sociais, um potencializador, pois permitem curar e ressignificar dores, fortalecer autoestimas e reconhecer-se como protagonista na luta por ser mais (Freire, 2023). Essas experiências explicitam como as relações raciais posicionam os indivíduos no pleno



exercícios dos direitos humanos, sendo indispensável uma perspectiva antirracista para a efetivar os direitos humanos no cotidiano da cidade.

## **7. ENCONTRO COLETIVO - “O IMPORTANTE DO COLETIVO E DOS MOVIMENTOS É A GENTE SE RECONHECER NO OUTRO”.**

As transcrições das entrevistas individuais foram submetidas ao processo de codificação temática. A partir desse procedimento, construiu-se um universo temático, posteriormente organizado em uma apresentação visual. Esse material foi enviado a cada participante, juntamente com a transcrição correspondente à sua entrevista. No primeiro momento do encontro coletivo, a apresentação foi utilizada como ponto de partida para o debate. As coautoras foram convidadas a compartilhar livremente suas percepções sobre os objetivos da pesquisa, suas vivências e experiências, além de indicarem possíveis categorias de análise com base no universo temático apresentado.

Na etapa de codificação das entrevistas individuais, as respostas indicativas sobre a experiência de ser uma militante negra em Caxias do Sul foram agrupadas pelos seguintes códigos: Desafiador / ser uma luta, não pertencimento, falta de representatividade, negação do racismo, negação de experiências da negritude na cidade e negação de si (desejo de embranquecer).

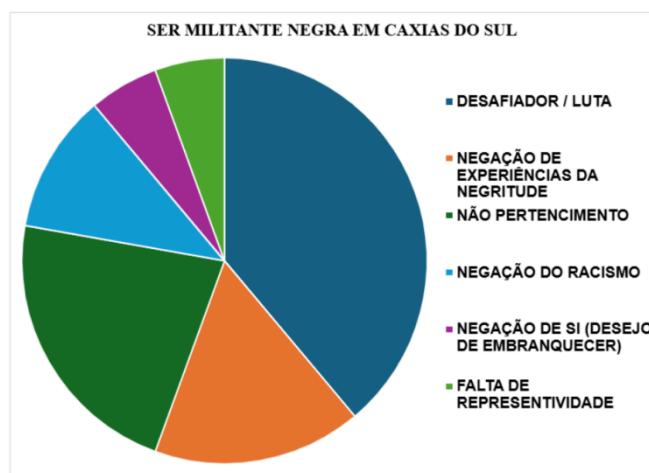
Não entender essa cidade como sua, sentir que a cidade não permite sua existência e que sua experiência de vida é invisibilizada, como Bruna relatou no capítulo 6, são fatores que indicam o sentimento de não pertencimento, uma consequência do racismo. Afinal, alertou Fanon (2020, p. 48) o negro é considerado sem “cultura, nem civilização, nem esse “longo passado histórico”. Por isso, Estela comenta sobre Caxias do Sul ser “uma cidade que nega muito a existência da negritude” (Estela, 2025).

Esse não pertencimento, relatado também por Michele, faz com que as pessoas negras busquem embranquecer, procurando antepassados na imigração europeia. Michele, Cláudia e Eliane relataram o entre lugar vivido por negras de pele clara. Eliane comenta sobre as tentativas de ser alienada da sua autodeclaração como mulher negra. A cidade, a partir da política de branqueamento, busca apagar a presença negra de sua história, bem como negar a existência do racismo. Essa negação é denunciada nos relatos de Sabrina e Cláudia, que evidenciam a persistência e a adaptação do mito da democracia racial no contexto local.

O desafio de ser uma mulher negra militante, além do que já foi exposto acima, está também na exclusão do mercado de trabalho e na falta de representatividade apontada por Eremi. Uma experiência difícil, “por vezes é doloroso, é cansativo”, como narrou Cláudia (2025). Mas é também a história de luta das mulheres negras, que conseguiram avançar e ocupar mais espaços, como relatou Karina (2025).

A partir do exposto, as categorias identificadas foram unificadas em termos que representassem a similaridade ou proximidade de ideias, e com a ajuda do excel foi percebido a recorrência dos termos abaixo, representados graficamente:

FIGURA 14: Gráfico universo temático codificado.



Elaborado pela autora.

Sobre as aprendizagens adquiridas na experiência militante as respostas foram variadas: ser nós por nós, aprender ouvir, se posicionar, ter cautela, reconhecer direitos, manter a memória ancestral, direito ao próprio corpo, construir possibilidades de liberdade, se defender, se autodefinir, nominar o racismo e ir onde quiser. As aprendizagens identificadas como coletividade, interseccionalidade e ajudar as pessoas apresentaram duas frequências cada.

No Encontro Coletivo esse universo temático foi debatido pelas coautoras. Essa etapa permitiu perceber como a temática dos direitos humanos perpassa suas vidas, ao sinalizar que para além da conquista objetiva de direitos, em sociedades colonizadas como a nossa, a efetivação dos direitos humanos passa pelo direito de ser gente. Essa perspectiva de poder “ser gente na totalidade” como elaborou Bruna (2025), volta à tona na coletividade do encontro.

Karina foi a primeira a compartilhar a sua percepção ao analisar as diferentes narrativas das demais coautoras. Ela destaca a diversidade que compõe o grupo, ao mesmo tempo, a experiência comum do racismo genderizado em Caxias do Sul:

Como as nossas vidas, apesar de sermos mulheres que estamos em um movimento, mas viemos de lugares diferentes e a gente acaba tendo as

mesmas percepções. E somos mulheres com características diferentes também. Porque somos mulheres negras retintas, outras mulheres negras não retintas, mais fenotipadas e outras menos fenotipadas, mas mesmo assim a gente se coloca no mesmo lugar. (Karina, 2025).

Bruna (2025) afirma a importância da construção subjetiva de pessoas negras como uma questão dos direitos humanos. Ela chama a atenção para o não direito à memória e à história, sobre a imposição de identidades fixas, a “obrigação” de ser uma representante da raça.

Eu consegui ver a trajetória individual de cada uma de nós, porque está bem presente na forma como a gente respondeu às questões. Mas, ao mesmo tempo, isso não distancia a gente de um coletivo. Então, tem uma coletividade colocada aqui, e, dentro dessa coletividade, uma individualidade na trajetória de cada uma das mulheres. E eu acho que, de maneira geral, **quando se fala em movimento negro, ou pessoas negras ou mulheres negras, ainda nos colocam dentro de um lugar único, como se todas tivessem que pensar igual, fazer igual, escolher igual, não ter divergência. E aí, mais uma vez nos roubam a nossa humanidade**, porque parece que a gente não tem o direito de ser diferente, ou nos colocam a missão de uma de nós conseguir responder por todas nós. (Bruna, 2025).

A branquitude impõe que cada pessoa negra não tenha direito a singularidade, mas a obrigação de representar uma coletividade marcada como outridade. O racismo nega o direito à subjetividade da pessoa negra, por isso, ela é vista nessa “identificação absoluta - ou essencialismo” que deve representar toda uma raça (Kilomba, 2019, p.174). “A/O ‘Outra/o’ não é ‘outra/outro’ per se; ela/ele torna-se através de um processo de absoluta negação” (Kilomba, 2019, p.38). Aquilo que o sujeito branco “teme reconhecer em si mesmo”, projeta nas pessoas negras (Kilomba, 2019, p.39). Por isso, Mbembe (2022, p.42) diz que “o negro não existe enquanto tal, ele é constantemente produzido”. Ou nas palavras de Kilomba (2019, p.38), a negritude se trata de “fantasias que não nos representam, mas, sim, o imaginário branco”. O racismo “aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade” (Carneiro, 2011, p.70). E assim, ao querer fixar as pessoas negras em um lugar único, suas humanidades são roubadas, como conclui Bruna(2025).

“O racismo não é biológico, mas discursivo” (Kilomba, 2019, p.130), e por isso, a negação das experiências negras na cidade, o apagamento, as invizibilizações são necessárias, pois “no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter” (Kilomba, 2019, p.39).

Esse não pertencimento leva a um sofrimento psíquico, uma identidade renunciada (Souza, 2021, p.53), que é relatada por Eliane (2025): “Eu acho que esse racismo ele é tão dolorido, que ele faz a gente não saber quem somos, não nos entendemos enquanto mulheres negras”. A política de branqueamento e o mito da democracia racial são denunciados nos relatos individuais. A atual conjuntura onde a categoria de cor parda tem sofrido tentativas de captura por brancos, servindo inclusive para casos de fraudes na lei 12.711/2012 ou formando um movimento chamado parditude. E em ambas situações podemos ver o alerta de Carla Akotirene, sobre o termo pardo estar “sendo tirado do contexto do movimento negro (Akotirene, 2023)”. O termo pardo, segundo Sueli Carneiro (2011, p.64), é uma zona cinzenta que abriga aqueles que não querem ser identificados como negros, amarelos e indígenas. Mas pardo é uma definição de cor que o movimento negro usa na tentativa de formar a solidariedade política na população negra brasileira.

Pretos e pardos formam a população negra e foi graças a essa junção que a gente conseguiu políticas de promoção da igualdade racial como cotas para ingresso na universidade e políticas de saúde, por exemplo. Se eu retirar o pardo da identidade negra, a gente só fica com 10,2% da população [segundo dados do último Censo do IBGE], que é da minha cor de pele. Quando o racismo vem, ele vem para os negros indistintamente da cor da pele, mas quando o colorismo vem, ele vem inclusive acionado no sentido de promover maior distanciamento para as pessoas retintas (Akotirene, 2023).

Como afirmou Juçara (2025), “negro ninguém quer ser”. O racismo gera uma “ausência de identidade racial ou confusão racial”, que manipula a “identidade do negro de pele clara como paradigma de um estágio mais avançado de ideal estético humano” (Carneiro, 2011, p.64).

Souza (2021) aponta como ascender socialmente, nessa sociedade racista, implica uma tentativa de embranquecer, isto é, a “conquista de valores, status e prerrogativas brancos” (Souza, 2021, p.45). Para ela o continuum de cor, “fato de que branco e negro representam apenas os extremos de uma linha ininterrupta [...] segundo o critério de que quanto maior a brancura, maiores as possibilidades de êxito e aceitação”, somado a ideologia do embranquecimento e democracia racial são o tripé que produzem as condições de ascensão do negro (Souza, 2021, p.50). Juçara (2025) explica que quando fez o projeto de cotas no serviço público municipal “coloca ali como negros, afrodescendentes negros e pardos” para que ninguém que têm o direito ficasse prejudicado por conta dessa confusão racial.

**Porque tem pessoas que vão se beneficiar com essa questão dos pardos, porque negro ninguém quer ser. Agora tem os direitos dos negros todo**

mundo quer, mas que se esse termo não fosse usado, muitas pessoas ficariam de fora. Eu penso, eu pensei muito nos meus. Porque, como coloco hoje, esse termo não era usado antes, retinto. **Na minha família, nós somos uma família composta de negros de pele escura e negros de pele não escura, mas que se consideram negros e não se consideram pardos.** Porque eu sempre coloquei nos debates que eu fiz, nas palestras que eu dei. E quem me conhece sabe que para mim pardo é papel. E quando a gente fez isso, **a gente só colocou essa questão de negro, afrodescendente, negros e pardos para não prejudicar ninguém. Porque a sociedade sempre mostrou que o melhor é não ser negro. Então, se eu me considerar parda, eu vou me sentir mais aceito pela sociedade.** (Juçara, 2025)

Juçara pontua a problemática da categoria parda ao mesmo tempo que afirma a importância de seu uso nas políticas afirmativas para a população negra, garantindo que não vai prejudicar pessoas negras de pele clara, lidas como pardas.

As coautoras demonstram a recusa do projeto de embranquecimento e o uso da miscigenação para alienação do negro de sua negritude como forma de desmobilizar o potencial político de se reconhecer positivamente enquanto tal.

Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias (Carneiro, 2011, p.64)

Os pardos, conforme Sueli Carneiro, “por terem sua identidade étnica e racial destruída pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou, simplesmente, não desejam ser o que são.” (Carneiro, 2011, p.67). O pardo como falou Cláudia (2025) ocupa o entre lugar, como se não pertencesse nem ao grupo dos negros e nem o grupo dos brancos. Assim, o negro pode até sofrer com essa dúvida sobre sua identidade e autodeclaração, porém, a branquitude não hesita ao demarcar esses corpos como negros. Conforme informou Juçara (2025), “a tua cor de pele, se ela é retinta ou se ela não é, mas eles te veem como negro”. Sueli Carneiro confirma essa perspectiva: “ao contrário do que indica o imaginário social, pretos e pardos (conforme a nomenclatura do IBGE) compõem um agrupamento que, do ponto de vista dos indicadores sociais, apresenta condições de vida semelhantes e igualmente inferiores quando comparadas ao grupo branco”, por isso, aqueles entendidos pelo IBGE como pretos e pardos são definidos política e sociologicamente como negros (Carneiro, 2011, p.67). A autora afirma que uma hierarquia cromática funciona como “elemento de fragmentação da identidade negra e impedindo que está se transforme em elemento aglutinador” para a luta coletiva. (Carneiro, 2011, p.67). Juçara continua abordando essa perspectiva:

E eu uso o que a minha mãe sempre dizia, e a minha avó também: o que não é dia é noite. E para a sociedade brasileira, nós somos noite, em qualquer espaço que nós estivermos, nós somos noite, independente da nossa cor de pele. Se tu não é europeu, tu é noite, ninguém vai te ver diferente. **Quando tu for no mercado de trabalho a primeira coisa que eles enxergam é o que? A tua cor de pele, se ela é retinta ou se ela não é, mas eles te veem como negro:** “aquele negrinho ali, aquela negrinha ali”. E nós nunca discutimos dentro do MNU a questão do tom da pele porque basta as pessoas se autodeclararem. E nós, nunca fomos atrás de trabalhar a questão da retirada do negro para o pardo. Gente, quem quer isso é quem não se acha negro. **As pessoas vão dizer que é para a nossa sociedade melhor, dizer que eu sou parda, que o racismo é bem menor.** Eu nunca me coloquei, ou coloquei a minha família nessa disputa do pardo ou do negro, porque somos todos da mesma origem. (Juçara, 2025).

O debate entre o conceito de parditude mobiliza críticas das coautoras. Bruna pontua como considera isso um retrocesso:

Essa questão do tom da pele mesmo para o Brasil, que eu acho que está uma grande discussão agora, eu acho que a gente meio que entrou num retrocesso. Mas faz parte também, porque a gente não avança sempre. Acho que faz parte da própria construção dos movimentos, então tem todo um movimento aí reivindicando a parditude. Mas eu acho que isso nos enfraquece porque a gente vem de um lugar comum. Aqui, nenhuma de nós é lida como branca. Quando a Karina falou assim que ela conseguia, na fala dela, ver que a gente tinha experiências diferentes, mas ao mesmo tempo muito parecidas, eu fiquei pensando que o que faz a gente ter experiências muito parecidas também, é a experiência do racismo. Então, **independente se o tom da nossa pele é mais clara, se o tom da nossa pele é mais escura, o que nos unifica é ter perpassado por essa experiência do racismo.** Eu acho que essa discussão do movimento da parditude agora, é uma discussão que nos enfraquece, que **foi uma luta muito grande pra gente conseguir se reconhecer como negro e conseguir dizer que é negro.** Eu tô fazendo as entrevistas também, para minha tese. E uma das coisas que na semana passada eu estava lendo para conseguir dar conta assim do que tem aparecido é, até muito recentemente, falar a palavra negro era algo que as pessoas não conseguiram porque ainda estava muito atrelado a condição de escravização, a condição de ser cativa, a condição de não liberdade. **A gente conseguir dizer que é negra ou que é negro é uma vitória.** E se a gente coloca isso numa perspectiva histórica? Por isso que eu penso que quando a gente quer de novo, vou voltar e reivindicar, dizer que é pardo, é um retrocesso, porque foi uma luta muito grande para conseguir dizer que é negro, para dizer essa palavra sem medo, sem vergonha, sem dor. Conseguir dizer essa palavra com orgulho foi uma luta muito grande para isso. (Bruna, 2025).

Bruna conclui que afirmar-se como negro sem a carga pejorativa foi uma luta dos movimentos negros. A tentativa de alienar as pessoas negras de sua negritude é algo que incomoda Samanta desde sua infância.

Eu acho que a gente precisa que as nossas crianças aprendam o que é o racismo. O que é ser preta mesmo, ser negra. Não tem essa coisa de marronzinha, de moreninha. Isso me incomodava muito quando era pequena. E hoje de manhã, olha só com a coincidência, no transporte coletivo indo pro trabalho, eu encontrei uma menina aqui do bairro, uma mãe, enfim, ela tem 3 meninas e a pequena dela nasceu loira. Ela é filha de negra, o pai um pouco branco, mas ela é loirinha, o cabelo loiro, cacheado, loiro, e aí todo mundo questiona ela porque ela tem uma filha loira, se realmente ela é a mãe. Ela disse “tu acredita que a médica perguntou se era a mãe da criança.” Eu disse ainda existe isso, né? Ela “sim, sim, eu fiquei pra morrer de vergonha, claro que eu sou a mãe dela.” (Samanta, 2025)

Bruna traz a especificidade da Serra Gaúcha, onde as pessoas brancas evitam pronunciar a palavra “negro”, preferindo termos como “morena” para suavizar a identificação. E Michele apontou na entrevista individual como em Caxias do Sul, o termo brasileiro é usado para pessoas não brancas. Ela e Eliane que vieram de outras cidades para viver em Caxias do Sul, comentam que essa cidade deu novos contornos às suas percepções enquanto mulheres negras. Michele (2025) foi “acusada de não ser branca”; Enquanto Eliane sentiu o dilema da autodeclaração da pessoa negra de pele clara. E Juçara (2025), por fim, é taxativa ao dizer “Caxias é para mim a cidade mais racista do Brasil”.

Pensar também que esse racismo ele se expressa de formas diferentes de acordo com aquilo que as pessoas compreendem o que é ser branco. Na Serra Gaúcha tem essa característica que é passar pela imigração europeia. Na Serra Gaúcha quem vem da imigração europeia é mais branco que os brancos que não vem de imigração europeia. Dentro disso, **as pessoas brancas, que vêm dessa imigração europeia, tem uma dificuldade muito grande de falar a palavra negro sem uma carga pejorativa. Então elas nos chamam de morena.** Essa é um pouco da discussão que eu estava. Eu tenho colegas de trabalho que não conseguem falar a palavra negro ou negra, me chamam de morena pra amenizar. Eu acho que quando a gente está aqui, se dizendo mulheres negras, é um avanço de ter conseguido desconstruir essa ideia do que é ser negro e que reconstruir essa identidade, reconstruir um lugar. E quando tu escolhe essa temática, de mulheres negras, e essas mulheres negras ou essa construção do que é **ser uma mulher negra não perpassa por toda essa carga pejorativa, isso é resultado de um avanço também das próprias relações raciais no Brasil e que foram educadas pelos movimentos sociais.** Acho que no Brasil, todo mundo, em alguma medida, é tocado pela ação do movimento negro, seja para conseguir reconstruir identidade, seja para conseguir afirmar aquilo que já vinha pensando, mas todo mundo no Brasil é convidado a se posicionar de alguma forma. Seja de um lado, de avanço, seja de um lado de retrocesso, seja esse grupo de pessoas que agora estão reivindicando o lugar da parditude no Brasil. Acho que a ação do movimento negro faz com que no Brasil a gente não passe por essas discussões sem ter que alguma medida se posicionar, seja a favor, seja contra, seja no avanço ou seja no retrocesso, de maneira geral esse é o grande ganho. (Bruna, 2025).



Bruna conclui que o movimento negro tem sido fundamental nesse processo de reconstrução subjetiva, forçando a sociedade brasileira a refletir e se posicionar sobre o debate racial.

Não à toa o tema educação foi tão citado quando a fala se referia a direitos mais objetivos a serem alcançados, pois se relaciona a necessidade de enfrentar a invisibilidade, a negação de experiências e existências negras e, seu consequente sentimento de não pertencimento, e a própria negação do racismo no contexto local. Afinal “no racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial” (Kilomba, 2019, p.34). Por isso, tenta-se impor o silenciamento a essas pessoas, visto que há “um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do outra/o” (Kilomba, 2019, p.41). Ao racismo interessa manter em silêncio, na invisibilidade, no apagamento histórico, pois “as imagens positivas, e eu quero dizer imagens “positivas” e não “idealizadas”, da negritude criadas pelo próprio povo negro, na literatura e na cultura visual, podem dismantelar essa alienação” (Kilomba, 2019, p.34).

A avaliação dessa trajetória coletiva mobilizou as coautoras. Nas entrevistas individuais, diferentes respostas apontaram dificuldades dos movimentos sociais e da sociedade como um todo em se apropriar dos debates antirracistas e antissexistas, enquanto outras respostas tiveram avaliações mais positivas sobre o assunto. No Encontro Coletivo, o compartilhamento de experiências levou as coautoras a perceber essa questão não como divergente em suas respostas, mas resultado das diferentes gerações, que têm “um prisma” para essa avaliação, mas de forma geral elas percebem avanços na cidade.

Eu acho até que não são divergências, eu acho que é um prisma, sabe. Tem coisas boas, tem coisas ruins, tem avanços, tem retrocessos. Mas acho que a gente está avançando, de alguma forma, a gente tá avançando no movimento. Até estava conversando com a Juçara antes, a gente tá saindo desse novembrismo, Caxias do Sul está cheia de eventos, agora em julho tem eventos muito legais. Eu acho que a gente está avançando, sim. Eu quero pensar assim. (Michele, 2025).

Juçara complementa essa perspectiva ao mencionar a importância das políticas públicas que foram conquistadas e que as gerações mais jovens de mulheres negras estão podendo usufruir, ela demarca que as diferentes gerações enfrentam desafios de seu tempo.

Eu acho que não tem divergência. Porque assim tem as que vieram antes e tem as que vieram depois, e cada época é uma situação. Falar da

ancestralidade, falar do que pensavam os nossos avós, nossas mães e eu própria. A minha visão de mundo é diferente da visão de mundo de um jovem de 25/30/40/50 anos, é outra missão. Porque assim, quando eu comecei a minha trajetória, nós não tínhamos políticas públicas para a população negra, nós não tínhamos políticas públicas para as mulheres negras. Quanto tempo levou para que tivesse o direito de ter a carteira de trabalho assinada das empregadas domésticas? Então tudo veio numa crescente. Hoje, a luta por políticas e por desenvolver alguns trabalhos é diferente do que a gente iniciou. Porque muita coisa foi feita, parece que não, mas muita coisa foi feita. Então, agora sim, são novos horizontes que se abrem. Quando a Michele fala que há um crescente, gente Caxias está muito linda! Porque são várias pessoas buscando trabalhar o antirracismo.

Eu não tenho vergonha de dizer, eu comecei uma trajetória sozinha. Uma mulher negra, solitária em busca de políticas públicas para a população. Mas era eu e eu, alguns homens com pensamentos...E querendo ou não, o homem negro, ainda hoje, tem aquele pensamento machista. Eu fui barrada de vários lugares de negros. Apagar o que eu estava fazendo, porque não era puxada por homens, era puxado por uma mulher. (Juçara, 2025).

Essa avaliação positiva sobre os avanços na cidade não deixa de pontuar alguns desafios com a persistência de racismo velado, machismo, e silenciamentos apontados por Juçara e Eliane:

Mas eu acho que a gente já avançou muito e realmente, eu acho que Caxias está com vários projetos bons. Mas a gente ainda enfrenta, assim, um racismo velado, um racismo invisível, porque às vezes algumas falas, elas ainda são inconvenientes em alguns espaços que tu tá. Tu é silenciada, ainda mais por ser mulher, e uma mulher negra, é silenciada duas vezes. Então eu acho que é a união que faz a nossa luta crescer cada vez mais. (Eliane, 2025).

Retomando o que foi mencionado anteriormente, sobre afirmar-se enquanto uma mulher negra sem uma carga pejorativa, como pontuou Bruna (2025), é “resultado de um avanço também das próprias relações raciais no Brasil e que foram educadas pelos movimentos sociais.” Nilma Gomes (2017, p.69) define três tipos de saberes da população negra sistematizados pelo Movimento Negro, os saberes políticos, identitários e estético-corpóreos que “se constroem de forma articulada e imbricada”. Sendo os saberes identitários aqueles que permitiram que afirmar-se negro seja um “posicionamento político e identitário”, enquanto os saberes políticos referem-se ao uso da “raça, em sua concepção ressignificada” como critério para “adoção de políticas públicas institucionalizadas por lei”, tais como o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Cotas Sociorraciais nas Instituições Federais de Ensino Superior e a Lei de Cotas nos Concursos Públicos Federais (Gomes, 2017, p.69). Já os saberes estéticos-corpóreos relacionam-se ao corpo e ao cabelo como “símbolos de construção da identidade negra”(Gomes, 2017, p.76).

Conforme Bruna, gerações de mulheres negras como a dela, podem acessar essas

políticas públicas, e isso é resultado da trajetória de luta coletiva de militantes que a antecederam, fazendo que as gerações mais jovens continuem essa luta ao enfocar outras questões.

E de maneira individual, aí trazendo uma questão de geração que também eu acho que é possível ver aqui. Que as nossas principais reivindicações são diferentes, mas eu acho que elas também **são fruto dessa trajetória individual e também é coletivo**. Por exemplo, na minha trajetória individual, eu, Bruna, consegui acessar política pública, consegui acessar direito e isso me permitiu que agora eu consiga estar pensando pertencimento, é uma camada mais profunda. Porque hoje eu sobrevivi. Eu saí da situação de sobrevivência. Eu estou podendo agora me permitir existir de uma forma mais completa. De uma forma mais humana, de uma forma mais subjetiva e um processo que eu tô na terapia também entendendo. Bom, Bruna, você chegou até aqui, você sobreviveu. E agora, o que você faz depois que conseguiu tá viva? Isso tem a ver com a coletividade. Eu já consegui acessar a política pública de cotas, então já consegui acessar esse direito, conseguir acessar a questão da saúde, da saúde mental também. Então são degrauzinhos, que a gente vai subindo na questão dos direitos que me fazem agora estar numa questão de problematizar coisas mais subjetivas. Do que é ser livre, do que é pertencer, o que é ser amada? E como é que eu quero ser amada? Como é que eu quero amar? Só que se não tivesse tido toda essa outra trajetória de construir o que é sobreviver, permitir está viva, comendo, respirando, viva mesmo, questão de existência física, eu não teria chegado nesse outro estágio da vida. E a grande questão é, tem gente que não chega. Aí não chega porque não conseguiu acessar porque não é todas as pessoas negras que estão conseguindo acessar esse lugar, do mesmo modo que pessoas brancas também não estão conseguindo, mas por outros motivos, aí não é a questão do racismo, é questão de outros motivos. Então eu também consigo ver isso nas nossas falas ali. Mulheres mais velhas, estão aí na luta há mais tempo evidenciaram outras demandas que aquelas que são minhas, porque aquelas que elas colocaram já foram cumpridas, pelo menos pra mim, na minha existência. Mas não quer dizer também para todas as mulheres que estão na faixa dos 30 anos, isso foi possível. Mas foi possível pra mim, **foi possível porque teve ação do movimento negro, do movimento de mulheres**. (Bruna, 2025).

O encontro permitiu que as coautoras percebessem a concretização e a importância da continuidade de suas lutas na vida de outras gerações de mulheres, como aponta Eremi:

Assim a gente começa a enxergar aqui a nossa luta do passado. Eu acho que a Juçara, quando falou ela começou a se enxergar muito nisso, como foi bom a gente ter lutado por tantas coisas. E ainda a gente continua nessa luta, porque às vezes dá a impressão que a gente não vê as coisas acontecendo, mas quando a gente ouve a Bruna, e a própria Eliane, a gente vê aqui o nosso trabalho, a nossa luta, ela foi importante e ainda é. Então é aquilo que a gente sempre diz, para aquelas que vieram antes de nós, para as que estão com nós, e para as outras que vão poder absorver isso tudo que a gente construiu, que a gente construiu e desconstruiu. Porque ainda a gente precisa construir, desconstruir muitas coisas ainda em relação a essa questão racial. (Eremi,

2025).

O encontro foi marcado por falas de reverência e admiração recíproca entre as coautoras. De alguma forma serviu como espaço de acolhimento, de troca de saberes e experiências, que permitiram uma maior conexão entre elas, como afirma Eliane (2025), “foi maravilhoso ouvi-las e se reconhecer, eu me reconheci em várias falas de vocês, então muito obrigada.”. Permitiu, ainda, a construção de um espaço de potencialização e fortalecimento individual e coletivo, como demonstrado por Bruna (2025): “acho que hoje assim pra mim teve esse sentido, de um espaço de fortalecimento.”

A pesquisa participativa foi acolhida pelas coautoras, pois dialoga com suas visões de mundo ao falar de um tema tão importante sem precisar de uma linguagem restrita à academia:

E adorei essa tua metodologia, porque eu acho que a gente precisa falar a língua do povo. Porque tem tantos termos acadêmicos que nem nós sabemos direito o que eles são. Então como que a comunidade vai ler aquilo? Como que a comunidade vai entender? Então eu acho que tomara... Eu sou totalmente defensora das políticas públicas e que mais pessoas da periferia possam estar na universidade, possam concluir o ensino médio. A gente também falou da necropolítica, né? Que a gente sabe que a carne negra, ela é a mais barata. Olha quanto no Rio de Janeiro, quando a polícia sobe o morro é sempre os negros que levam a primeira bala. Então eu queria dizer que realmente eu fiquei muito feliz também com essa questão de tu nos colocar como coautoras, que a experiência de vida de cada uma é importante e gostei muito que tu fez a tua entrevista, a tua pesquisa, com muito respeito, né? Respeitando a trajetória de cada uma, respeitando a autodeclaração de cada uma, porque eu acho que o importante do coletivo e dos movimentos é a gente se reconhecer no outro. É a gente olhar no olho de uma outra mulher negra, respeitá-la e entendê-la, porque muitas vezes a dor dela é a mesma que a minha, ou é um pouco diferente, mas cada uma tem suas dores. Então eu acho que essa tua pesquisa ela está sendo maravilhosa de uma forma que realmente as pessoas entendam, as pessoas leiam. (Eliane, 2025).

A luta política dessas mulheres, em meio a tanta opressão racista e sexista, muitas vezes gerou um sentimento de solidão. Reuni-las para a troca de experiências, para sistematizar o vivido e o aprendido potencializou a certeza de que a luta coletiva vale a pena: “E aí ouvir vocês, me traz a certeza, de novo, de que eu tô no lugar certo e que é necessário eu estar nesse lugar”. (Bruna, 2025).

As coautoras demarcaram a importância de ter pessoas brancas como aliadas na luta antirracista, afirmaram que a academia ainda é um espaço “muito branco”, embora a política de cotas tenha buscado reverter a exclusão de negros e negras do ensino superior. Afinal, como denunciou Kilomba (2019, p. 50), a epistemologia branca é dominante, ela acaba por

definir o que é conhecimento, quem pode falar, sobre o que se deve falar e como se deve falar.

Primeiro eu quero te parabenizar da importância do tema que tu busca, sabe. Porque são poucas pessoas que trabalham a questão desse tema. Principalmente em Caxias, sabe que a academia é muito branca. E assim, as pessoas se colocam como não racista, mas debater esse tema ninguém quer. Eu não sou racista, mas eu não vou debater. Tu foi corajosa. (Juçara, 2025).

Nesse sentido, é importante pensar na formulação de Cardoso (2010) sobre a diferença entre a branquitude crítica e a branquitude acrítica, sendo a primeira aquela que condena o racismo publicamente e a segunda “não desaprova o racismo, mesmo quando não admite seu preconceito racial e racismo a branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos” (Cardoso, 2010, p.611).

Conforme Cardoso (2010, p.610-611) “a branquitude refere-se à identidade racial branca, a branquitude se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global”. O autor demonstra que ao estudar a branquitude e sua diversidade interna podemos compreender melhor privilégios raciais e “práticas racistas por vezes sutis”(Cardoso, 2010, p.615), tais como o racismo através de brincadeiras apontadas por Estela e Eremi. Ou na falta de comprometimento político apontado por Juçara por pessoas que se afirmam antirracistas “mas debater esse tema ninguém quer.” Essa inércia ao aliar discurso e prática antirracista (Gomes, 2021, p. 440) configura um exemplo de racismo por omissão<sup>36</sup> de uma branquitude crítica, que mesmo negando publicamente o racismo, permanece com o privilégio de não pensar-se racialmente. A experiência e o conhecimento da população negra brasileira politizou e reconstruiu a negritude como identidade de forma positiva, criou um discurso sobre si mesmo (Souza, 2021, p.45). Cardoso (2010) pontua, que a branquitude não é uma essência, mas construção histórica e social, e por isso, também deve ser reconstruída, é “tarefa a ser realizada cotidianamente por brancos anti-racistas, que vivem o conflito de, por um lado, pertencerem a um grupo opressor e, por outro lado, colocarem-se contra a opressão.” (Cardoso, 2010, p.623). O autor defende a reconstrução da identidade branca sem o seu traço racista, “a primeira tarefa talvez seja uma dedicação individual cotidiana e, depois, a insistência na crítica e autocrítica quanto aos privilégios do próprio grupo.”(Cardoso, 2010, p.624).

Além da denúncia, da avaliação sobre a trajetória dos movimentos sociais e das

---

<sup>36</sup> Sobre racismo por omissão tem um artigo de Lélia Gonzalez de mesmo nome. In: GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos. RIOS, Flavia e LIMA, Márcia (orgs). Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

relações raciais na localidade, e o sentimento de fortalecimento, o encontro coletivo permitiu pensar as relações raciais como lugar de futuro, como apontou Cláudia (2025). Passado, presente e futuro se conectam na motivação política dessas militantes, que atuam por seus ancestrais, para seus filhos e para as próximas gerações que estão por vir:

E esses dias alguém me perguntou assim: “por que tu milita tanto?” É para tentar facilitar a vida do meu filho, da próxima geração. A gente tenta melhorar um pouquinho, para nós já é mais fácil, para nossas mães, nossas avós. A gente tenta facilitar o caminho para o futuro. (Michele, 2025).

Essas possibilidades de futuro se deixam entrever nas últimas iniciativas relatadas por elas. As organizações que elas participam têm desenvolvido premiações voltadas a dar visibilidade à população negra em Caxias do Sul, é o caso do Prêmio Teixeira Nunes e o Prêmio Teresa de Benguela. Sobre o Prêmio Teixeira Nunes, Michele nos fala:

A gente conseguiu ali a indicação de quatro pessoas, que foi o Fernando Moraes que ele é residente lá do lado bairro Beltrão de Queiroz e ele está à frente do Vielas Espaço Cultural. Ele luta muito pelo respeito à comunidade negra e aquela comunidade em específico. Teve a indicação também da Jure Oyá, que é uma mulher também da umbanda, conhecida líder comunitária. Teve a Jaqueline Silva, que é dona da NegaNagô, que ela é estilista, então há toda a perspectiva de moda dela afrocentrada, então é muito bonito, as peças delas são maravilhosas. E o Fernando Silva, que é professor de filosofia negro, e ele tem essa perspectiva que faz parte dos lanceiros<sup>37</sup>. Então ele tem toda essa perspectiva afrocentrada também no discurso e nas aulas dele. (Michele, 2025).

O prêmio Teresa de Benguela é voltado especificamente para as mulheres negras “que vivem no anonimato, são 15 mulheres negras que a gente escolheu, para estar entregando para essas mulheres, da área da educação, na área da saúde, em vários segmentos, para o reconhecimento dessas mulheres”. (Juçara, 2025).

O I Sarau de Escrivências Negras é outra iniciativa narrada por Michele, com vistas a dar visibilidade a produção intelectual e literária de negras e negros na cidade. Desse encontro surgiu a ideia de formar um grupo de pesquisadores negras/negros e enfrentar essa academia branca denunciada anteriormente:

A ideia inclusive, é formar um coletivo de mestrandos e doutorandos negros para esse fortalecimento, esse acolhimento mesmo, que a gente sabe que por si só, já não é uma trajetória fácil. Então a gente quer que realmente, as pessoas se sintam pelo menos acolhidas ali, nem que seja a questão mais

<sup>37</sup> Michele se refere ao grupo Lanceiros Negros de Caxias do Sul, existente desde 2008, buscam salvaguardar a memória dos negros na história do Rio Grande do Sul.

psicológica, mesmo que a trajetória ela é sozinha, solitária, mas em compensação é dizer olha, quer desabafar, vamos falar sobre os nossos escritos, por que eu queria muita dar visibilidade porque tá saindo muita coisa boa aqui da nossa região, tem muita gente escrevendo muita coisa legal sobre negritude. Então a ideia é que a gente faça isso periodicamente, esse sarau, para falar sobre essas obras que estão saindo. (Michele, 2025).

O que o encontro coletivo revelou sobre as aprendizagens em direitos humanos e sobre o papel da coletividade na luta antirracista?

O encontro coletivo possibilitou a elaboração de categorias e a construção de uma síntese inicial em torno dos eixos de sistematização propostos. Nas discussões, as coautoras denunciaram a persistência do mito da democracia racial no contexto local e relataram as dificuldades enfrentadas em suas trajetórias. Ao mesmo tempo, destacaram a relevância das políticas públicas e das ações afirmativas em suas vidas, refletiram sobre a (re)construção identitária como estratégia política e educativa, e celebraram identidades refeitas tanto na luta individual quanto na coletividade contra as opressões de raça, gênero e classe. Mantendo-se atentas às tensões que atravessam os processos de afirmação identitária, que não é fixa nem acabada, mas está em permanente processo. As coautoras convocaram-nos a assumir a reconstrução de si como compromisso ético-político antirracista, evidenciando a importância de a branquitude abandonar a inércia e se implicar em processos de reconstrução, reconhecendo seus privilégios e responsabilidades na luta antirracista. A coletividade aparece, assim, como espaço de fortalecimento, reconstrução de autoestimas e produção de saberes interseccionais e intergeracionais, nos quais se estabelecem conexões entre diferentes trajetórias e gerações de mulheres negras, sustentando a continuidade da luta e o aprendizado coletivo em direitos humanos. O encontro evidenciou, por fim, como a coletividade se apresenta como caminho fundamental para enfrentar os desafios impostos pelo racismo e suas intersecções. Aprender a se reconhecer na (o) outra (o), sem apagar as diferenças, permite perceber que as identidades são ao mesmo tempo individuais e coletivas, afirmando o direito à singularidade e à existência única de cada sujeito.

## 8. “CONSTRUIR POSSIBILIDADES DE LIBERDADE”

A partir do exposto até aqui, este capítulo busca responder aos objetivos presentes nos dois eixos de sistematização propostos: Eixo 1 - Direitos Humanos e mobilização política e Eixo 2 - Aprendizagens em Direitos Humanos. O Eixo 1 trata sobre como os direitos humanos perpassam a vida das coautoras, identifica que aspectos levaram essas mulheres a se mobilizarem por direitos e aponta as principais demandas em direitos humanos na cidade, a partir de vivências atravessadas por formas de opressão baseadas em classe, gênero e raça. Enquanto o Eixo 2 aponta quais ensinamentos a sistematização de experiências permitiu reconhecer no acúmulo dessas trajetórias militantes. Ensinamentos compartilhados entre elas, entre elas e a autora e que elas propõem para a educação em direitos humanos a partir da realidade de Caxias do Sul.

### 8.1 DIREITOS HUMANOS E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA - “CAXIAS DO SUL PRECISARIA SE DESVELAR”.

Diversas são as mulheres que aceitaram o desafio de coautoria na investigação de como a sistematização das suas experiências enquanto militantes negras pode contribuir para a Educação em Direitos Humanos em Caxias do Sul. Diversas histórias de vida, gerações e formas de militância que se encontram não só nessa pesquisa, mas no viver e sonhar a cidade em que habitam e no dia-a-dia de ser uma militante. A sistematização dessas experiências permitiu apontar, sem a pretensão de esgotar o assunto, como os direitos humanos perpassam suas existências. Em um primeiro momento pode-se afirmar que a própria ideia do que são direitos humanos é por elas alargada. Essas mulheres nos lembram que reconhecer a diversidade de experiências dentro da negritude é também um direito e que tem sido negado. Embora compartilhem a experiência comum da interseccionalidade do racismo e do sexismo, elas reivindicam o direito de afirmar sua singularidade e subjetividade, refletido no desejo de querer “ser gente na totalidade” (Bruna, 2025). É esse desejo que busca romper com o mito negro (Souza, 2021) e as suas identidades fixas criadas pelo colonialismo (Fanon, 2022).

O sentimento de não pertencimento perpassa a experiência de cada uma dessas autoras, mesmo com nuances diferentes, seja o entre lugar daquelas autodeclaradas pardas, na tentativa de buscar uma descendência europeia para poder se sentir parte da cidade e tentar embranquecer, na ausência de representatividade na História e nos espaços citadinos ou na deterioração de suas autoestimas.



Souza (2021, p.48) aborda como raça é critério social que posiciona os indivíduos na estrutura de classes. Na transição da sociedade escravocrata para a capitalista, o negro continuou espoliado socialmente. Para justificar a sua permanência “nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social”, buscou-se atribuir qualidades negativas ao negro (Souza, 2021, p.48). Ou seja, o mito negro foi reatualizado em moldes capitalistas. Conforme Souza (2021) na nova sociedade que surgia, ascender socialmente implicava ao negro renunciar sua negritude. Buscar embranquecer equivalia à busca por se tornar gente (Souza, 2021, p.50). Isso explica porque a dimensão do não pertencimento, do desejo de embranquecer e das identidades fraturadas se articulam com a exclusão do mercado de trabalho, que tanto mobilizou(a) as coautoras para seus engajamentos políticos. Pois a inferioridade que o negro tem de si decorre tanto de fatores econômicos como a interiorização dessa inferioridade (Fanon, 2022, p.25).

A exclusão do mercado de trabalho é denunciada por Eremi, que relata como as mulheres negras são geralmente destinadas aos “serviços mais subalternos e de menor remuneração” (Eremi, 2025). Carneiro (2011, p.121) fala sobre a exclusão de mulheres negras no mercado de trabalho, seja no acesso ou na promoção a melhores cargos, por meio da metáfora da “boa aparência”. Essa “boa aparência” como reforça Lelia Gonzalez (2020, p.83) “é uma categoria branca”. E assim, Eremi lembra o quanto o cabelo afro é motivo de comentários: “o cabelo da gente é uma coisa que chama muito atenção das pessoas. E isso, é notável assim, “ai, mas como que o teu cabelo é assim? Ai, teu cabelo... Ah, não sei o quê...” Sempre vem com essa questão” (Eremi, 2025). Demarcando a outridade atribuída às pessoas negras, principalmente as mulheres, através dos fenótipos como o cabelo.

Cida Bento (2022) em sua vasta experiência como psicóloga organizacional e pesquisadora apontou como as mais diversas organizações mantêm um pacto narcísico da branquitude que privilegia seu próprio grupo, enquanto joga para a margem pessoas negras. Esse pacto se realiza através de acordos não verbalizados e pela falácia da meritocracia, o que explica por que a população negra é preterida no mercado formal de trabalho, onde encontra barreiras como a metáfora da “boa aparência”.

Juçara, por sua vez, narrou que foi impedida de se tornar professora. Ela contou que quando fazia magistério foi chamada pela equipe diretiva e “disseram que como é que os alunos iam se ver com uma professora negra na frente? Então eles me colocaram que era melhor eu ser bibliotecária, que não estaria na frente dos alunos[...]” (Juçara, 2025). Ela também reforça a relação da dependência financeira à violência de gênero: “todas as mulheres ficam com os seus agressores pela questão financeira, por não conseguir trabalho, e sendo

mulher e negra, Caxias é pior ainda. Daí tu vai conseguir trabalhar onde?” (Juçara, 2025).

Não garantir o direito de produzir a própria existência como é o direito ao trabalho digno articula-se com a noção de deixar morrer na necropolítica segundo Mbembe (2018). O autor defende a noção de necropolítica como o direito de matar, de decidir quem deve morrer ou deixar morrer. O terror é uma necessidade da política, seja de dominação ou emancipação, e tem no projeto de soberania o poder de matar o inimigo fictício, o criminoso, o contrarrevolucionário, o elemento indesejado (Mbembe, 2018, p.23). Raça figura gêmea do negro esse “delírio que a Modernidade produziu” (Mbembe, 2022, p.12), a “quintessência do mal” (Fanon, 2022, p.28) é uma das primeiras manifestações do biopoder (Mbembe, 2018, p.23). O negro na condição de escravizado sofria uma morte social (Mbembe, 2018, p.27), ele não tinha nome, não tinha história. “Como instrumento de trabalho, o escravo tem um valor. Seu trabalho responde a uma necessidade e é utilizado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos.” (Mbembe, 2018, p.28).

No contexto atual do capitalismo, ser negro é enfrentar uma morte em vida (Mbembe, 2018, p.29), é ser deixado para morrer porque não acessa ao mercado de trabalho, recebe um tratamento desumano e é (re)vitimizado pelas instituições como Judiciário, polícia e hospitais, e é segregado nos espaços da cidade. A humanização das instituições é outra demanda que elas nos apresentam.

A mulher negra é excluída do mercado de trabalho, e quando consegue acessar é sob condições desiguais. Para Gonzalez (2020, p.59) “a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata.” O termo “mulata” usado por Gonzalez, não se refere ao termo pejorativo que se atribui à descendência fruto da relação entre brancos e negros. Refere-se a transformação de jovens negras em “produto de exportação”, aquelas mulheres hipersexualizadas que:

[...]num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do rebolado, para deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional (Gonzalez, 2020, p.59).

Essa alienação é vendida como possibilidade de ascensão social e elas “são manipuladas, não só como objetos sexuais, mas como provas concretas da ‘democracia racial’ brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas!” (Gonzalez, 2020, p.59).

Sobre a experiência do trabalho doméstico, Samanta narra que busca a atuação política ao refletir criticamente a experiência vivida junto a sua mãe. Ela contou sobre como auxiliava

sua mãe nos trabalhos domésticos, de “passar aquele polidor nas pratas em troca de uma bala” (Samanta, 2025). Samanta passa a perceber a relação denunciada por Lélia Gonzalez (2020) e Juliana Teixeira (2021) do trabalho doméstico como “uma versão atual da relação de trabalho escravocrata” (Teixeira, 2021, p.173). Ela lembra: “eu comecei a entender um pouco mais da história da escravidão no Brasil. Eu comecei a me enxergar nessa história do país, comecei a não querer mais aquilo para minha vida” (Samanta, 2025). O trabalho doméstico apresenta uma realidade marcada pela informalidade, precariedade, baixos salários, hipersexualização, humilhações e violências diversas submetidas às trabalhadoras domésticas.

Dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, informam que das 5,5 milhões de empregadas domésticas, 69% são negras. O estudo ainda revela que do total de trabalhadoras domésticas 76,4% trabalham sem carteira assinada e recebem 56% a menos que mulheres ocupadas em outras profissões<sup>38</sup>. Somente em 2013, com a transformação da PEC das Domésticas em Emenda Constitucional nº 72, é que as trabalhadoras domésticas<sup>39</sup> vão ter garantido por lei os mesmos direitos trabalhistas que já haviam sido conquistados por outras profissões (Teixeira, 2021, p.67).

O racismo assim busca situar a posição da mulher negra na sociedade capitalista brasileira, e não tolera mulheres que buscam sair desses lugares pré-determinados e dos quais elas “deveriam” concordar como únicas possibilidades profissionais. O pacto narcísico da branquitude e seus acordos não verbalizados e a meritocracia atuam para deixar morrer ao barrar a plena participação das mulheres negras no mercado de trabalho.

A face mais cruel da necropolítica fez Juçara “ter virado estatística” quando assassinaram seu neto, e ele, assim como José Maria, são vítimas desse poder de matar. No Brasil 77% das vítimas de homicídio são homens negros<sup>40</sup>. As mulheres negras, por sua vez, têm 1,8% mais chances de serem assassinadas em comparação às não negras, representando 67,4% do total de mulheres mortas em 2021.<sup>41</sup>

Os aspectos mencionados acima perpassam a vida das coautoras e as mobilizam para a

<sup>38</sup> Dados disponíveis em <https://www.dieese.org.br/infografico/2025/trabalhadorasDomesticas.html>.

<sup>39</sup> “Dados do 4º trimestre de 2024 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, revelam que o Brasil contava com 5,9 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, das quais 91,9% eram mulheres.” Por isso, utilizamos nessa dissertação a escrita trabalhadoras domésticas ao se referir a essa ocupação. In: <https://www.dieese.org.br/infografico/2025/trabalhadorasDomesticas.html>

<sup>40</sup> Atlas da Violência de 2023. In: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3299-dashpessoas-negrasfinalconferido.pdf>.

<sup>41</sup> Atlas da Violência. In: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1504-dashmulherfinalconferido.pdf>

luta coletiva. A esses aspectos, somam-se os direitos considerados por elas como as principais demandas que Caxias do Sul precisa conquistar. Elas defendem que conhecer a própria história é um desses direitos. Conforme Kilomba a branquitude impõe um silenciamento as pessoas negras, pois teme ouvir sobre verdades desconfortáveis como a escravização, o colonialismo e o racismo, verdades que quer manter a distância e invisíveis (Kilomba, p. 2019, p.42). A autora formula a noção de repressão como um dos mecanismos de defesa do ego branco, ao ser confrontado com essa verdades desagradáveis, “o sujeito branco comumente argumenta ‘não saber...’, ‘não entender...’, ‘não se lembrar...’, ‘não acreditar...’ ou ‘não estar convencido’ ” (Kilomba, p.2019, p.42).

Caxias do Sul carrega verdades desconfortáveis como a história do Fascismo que aqui teve muitos adeptos, chegando até formar um núcleo fascista. Essa história foi investigada e se tornou tema da tese da historiadora Loraine Slomp Giron, que na época foi constrangida ao ouvir que sua pesquisa, anos depois transformada em livro, não passava do fruto de sua imaginação, a emanção de seu delírio e um “trabalho inapropriado” (Giron, 2017, p.18).

Loraine trouxe à tona uma história que foi jogada ao esquecimento. Cida Bento aborda como o pacto da branquitude “expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns” (Bento, 2022, p.25).

A branquitude dessa cidade encobre episódios como os relatados na tese de Itamar Ferreto Comarú (2020). A investigação aponta a fragilidade da identificação de Caxias do Sul enquanto cidade educadora. O autor relaciona passado e presente que mantêm em comum a limitação de circulação de grupos sociais em determinados espaços citadinos. Um exemplo é o episódio envolvendo o jogador de futebol Tesourinha, que em 1952, encontrava-se na cidade por ocasião de uma partida entre o Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense, equipe da qual fazia parte, e o Esporte Clube Juventude. Tesourinha teve sua presença recusada em diversas barbearias, que se negaram a atendê-lo por ser um homem negro (Comarú, 2020, p.266). Esse não foi um fato isolado, a tese confirmou que essa prática na cidade era corriqueira, a diferença foi que a fama do jogador de futebol fez com que esse episódio tivesse repercussão (Comarú, 2020, p.266).

Essa exclusão de pessoas negras dos espaços da cidade motivou, conforme relatado por Juçara, as mulheres negras fundarem o Clube Margaridas<sup>42</sup>, e posteriormente, o Clube

---

<sup>42</sup>Agremiação formada em 1933 por mulheres negras para atividades de lazer e sociabilidade da comunidade negra em Caxias do Sul.

Gaúcho<sup>43</sup> “para os seus filhos terem um lugar de espaço cultural” (Juçara, 2025), um espaço de sociabilidade.

A tese de Itamar (2020) verifica a construção de uma memória idílica sobre o imigrante italiano, negando a presença de outros grupos étnicos na história e formação da cidade. O autor dedica-se a analisar dois dos principais espaços de memória de Caxias do Sul, o Monumento ao Imigrante e o Museu Municipal, espaços que desde a sua concepção hierarquizam a presença italiana em detrimento de outros povos que constituem essa cidade, enquanto outros não são sequer lembrados.

A adesão local ao mito da democracia racial e ao ideal de branqueamento enquanto fomenta uma memória idílica sobre a imigração italiana faz com que a narrativa oficial da cidade use da estratégia de repressão, isto é, de manter oculto a verdade incômoda à essa branquitude caxiense: a presença negra e os atos de racismo à ela perpetrados. Conforme a autora, “falar torna-se, assim, virtualmente impossível, pois, quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser dita nem tampouco ouvida (Kilomba, 2019, p.42). E a partir disso, podemos compreender com mais complexidade o que significava quando Bruna ao trabalhar nesses espaços de memória, como o Museu Ambiência Casa de Pedra, não conseguia estabelecer um diálogo com os que ali visitavam, apesar de todo o conhecimento e dedicação dela em estudar a história sobre o museu: “eu tentava estabelecer um diálogo com esses visitantes, dizendo que a minha mãe também contava essas histórias, só que é como se eles não escutassem isso, porque eu sou uma pessoa negra e eu não venho dessa mesma experiência.” (Bruna, 2025). Eliane vivenciou algo semelhante quando foi palestrar sobre a consciência negra em uma escola e foi desautorizada pela professora branca regente, felizmente, os alunos concordaram com suas ideias e a “defenderam” conforme ela narrou.

Portanto, o direito a conhecer a própria história vincula-se ao direito de pertencer a cidade, pois “alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que “pertencem.” E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que “não pertencem”” (Kilomba, 2019, p.43).

O direito de contar a própria história, de pertencer e se sentir parte da cidade vincula-se a outro direito muito abordado pelas coautoras que é o acesso à educação, principalmente, a efetiva aplicação da Lei 11.645/2008<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Agremiação fundada em 1934 para e pela comunidade negra de Caxias do Sul.

<sup>44</sup> A Lei 11.645, sancionada em 10 de março de 2008, tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos da educação básica. Essa lei alterou a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que já previa o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio.

A educação antirracista e a aplicação efetiva da lei 11.645/2008 são consideradas pelas coautoras condições indispensáveis para afirmação identitária da população negra, e que, ao se reconhecer racialmente, toma consciência de seus direitos e passa a exigir políticas públicas interseccionais e intersetoriais. Pois para elas, apesar de haver a institucionalização de direitos em leis, não há a sua concretização, pois o seu acesso é dificultado pela falta de orçamentos, prioridade e de articulação intersetorial com recorte de gênero, raça e classe.

O acesso à moradia salientado por Samanta ilustra bem a necessidade de articulação entre os diversos direitos. A partir da ideia de necropolítica e sua característica de ocupação colonial do espaço geográfico, no âmbito das cidades, podemos verificar como Caxias do Sul se fragmenta em zonas “de quem não importa, quem é descartável e quem não é” (Mbembe, 2018, p.41).

Comarú (2020, p.148) aponta como Caxias do Sul se empenhou em afastar as camadas populares da região central da cidade através de “códigos administrativos apresentados entre os anos de 1920 e 1930” que proibiram a construção, aumento ou reformas de casas de madeira no perímetro central sob o risco de serem demolidas. A população pobre, muitos deles trabalhadores da principal metalúrgica da cidade na época, e que localizava-se no centro, a Eberle S/A, passaram a se concentrar nas regiões próximas. São os chamados “Burgo” e “Zona do Cemitério”, nomes atribuídos aos bairros Jardelino Ramos e Beltrão de Queiroz, respectivamente, bairros que carregam até hoje estigmas e carecem de serviços públicos que garantam o pleno direito à moradia. A ocupação do Monte Carmelo, onde Samanta vive, é de um contexto histórico posterior, mas ainda sim carece do acesso à saúde, educação e segurança, conforme relatado por ela.

A falta de serviços públicos em bairros como o Monte Carmelo, que resultam em tragédias como a da menina Naiara, em contradição a tratamento do poder público dado às escolas particulares localizadas no centro, que têm fiscalização e corredor de segurança para as famílias mostram um “urbanismo estilhaçado” (Mbembe, 2018, p.45).

Além disso, muitas pessoas não se reconhecem como sujeitos de direitos. Segundo as coautoras, muitas pessoas não têm acesso à informação e por isso não acessam direitos ou “não denunciam [o racismo] porque elas não sabem do seu direito” (Eliane, 2025). As coautoras defendem ainda que a educação, e em destaque a escolar, é o melhor espaço onde podemos incidir para que a população negra se sinta pertencente à cidade, bem como para desconstruir a negação da experiência do racismo e enfrentar o mito da democracia racial. Reconhecer o racismo é condição para a efetivação dos direitos humanos pois, “a gente não consegue mudar aquilo que a gente não consegue enxergar e eu acho que Caxias não

consegue se enxergar como uma cidade racista.” (Cláudia, 2025).

O acesso ao ensino superior é transformador para essas mulheres. Eliane disse que cursar licenciatura em História e Geografia permitiu desconstruir crenças que a vida inteira foram impostas às mulheres negras. Para Cláudia, essa oportunidade representa seu “salvamento” do sentimento de entre lugar e sua reorganização enquanto mulher negra. Eliane, Cláudia, Bruna e Michele têm suas militâncias políticas aprofundadas a partir do acesso ao ensino superior. Elas afirmam a importância das políticas afirmativas como um novo momento da militância feminina negra.

A experiência das mulheres negras militantes em Caxias do Sul revela que o acesso aos direitos humanos na cidade, para se concretizarem na vida real, precisa passar primeiramente pelo reconhecimento do racismo e pela desconstrução do mito da democracia racial. Afirma o uso prático da interseccionalidade e intersetorialidade como indispensáveis na formulação de políticas públicas que efetivem a plena cidadania. Requer ainda a humanização e o combate ao racismo nas instituições, que pelo pacto da branquitude têm reproduzido práticas de exclusão, violência e silenciamento. As experiências nos ensinam que o direito à memória e à narrativa de si são também direitos humanos fundamentais, pois reconhecer-se e ser reconhecida como parte da história da cidade é condição para o pertencimento. A educação é reafirmada como ferramenta essencial para a reconstrução subjetiva, para a afirmação identitária e para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos.

## 8.2 APRENDIZAGENS EM DIREITOS HUMANOS - “A GENTE TENTA FACILITAR O CAMINHO PARA O FUTURO”.

As ações, concepções e estratégias das coautoras indicam que a militância feminina negra caxiense se empenha em uma formação em direitos humanos por meio de diversas dimensões. Seja buscando direitos objetivos como a moradia, a saúde e trabalho, ou na reconstrução subjetiva e identitária e nas transformações nas relações pessoais e consigo mesmas.

A vivência nos movimentos sociais alia a dimensão prática dos direitos humanos à interseccionalidade, tanto na reflexão crítica como nas ações e estratégias políticas. Trata-se de um engajamento político que requer uma ação-reflexão-ação orientada a pensar “as relações étnico-raciais no lugar de futuro” e em “construir possibilidades de liberdade”.

A dimensão prática da educação em direitos humanos se articula com a valorização das experiências. Elas repensam as próprias vivências, seja de forma individual ou coletiva, como precisam aprender a ouvir experiências distintas. Ao ouvir o público mandatário que elas representam, empenham-se num processo de autoformação, exigindo uma análise crítica interseccional da situação. Isso implica em deslocamentos (Moreira, 2023, p. 66) ao se depararem com vivências diversas das suas, buscando respostas e possibilidades de ação. A prática analítica interseccional desenvolve a “competência para ‘ler’ as relações sociais em suas próprias experiências” (Collins e Bilge, 2021, p.215).

Saber ouvir e refletir a partir de uma perspectiva interseccional potencializa a autoformação de cada uma delas, desenvolvem assim, “consciência crítica sobre a maneira como as identidades individuais e coletivas refletem e organizam os domínios da estrutura de poder” (Collins e Bilge, 2021, p.214).

A valorização das experiências, o saber ouvir, a construção de perspectiva interseccional a partir do local potencializa esse momento em que “vão caindo os céus” e passamos a nomear as opressões. As coautoras nos convocam a tomar posição no debate antirracista para fazer a cidade se desvelar. Reconhecer e nomear o racismo que aqui existe, apontar as memórias encobridoras de verdades desagradáveis e saber ouvir.

O processo de reconstrução identitária se faz tanto no nível individual como no coletivo. Ser “gente na totalidade” é ser única, singular, mas formada na experiência



comum, na ancestralidade, na dororidade<sup>45</sup> e na solidariedade política. A experiência conforme (Moreira, Cardoso, 2020, p.133) “faz parte da gramática política das feministas e, particularmente, das feministas negras que trouxeram para a prática ativista, processos de subjetivação nas esferas pública e no mundo da vida por meio dos seus testemunhos, dores e opressões.” Sistematizar e compartilhar sobre suas experiências permitiu a denúncia da desumanização que nega a diversidade dentro da negritude. O enclausuramento das pessoas negras a identidades fixas (Fanon, 2020) e a obrigatoriedade de precisar ser uma representante de toda a raça (Kilomba, 2019, p.174) impedem o direito à singularidade. A experiência atua como ferramenta política onde essas mulheres podem “narrar-se, inventar-se” e se representar (Moreira, Cardoso, 2020, p.133). Os encontros possibilitados pelos movimentos sociais permitem a reconstrução individual e práticas educativas na coletividade, que acolhem e buscam curar dores.

O movimento eu gosto, é um movimento que eu me identifico, porque também é um movimento que me ajuda a pensar minhas dores, acho que a gente tem essa troca. A gente milita no feminismo, a gente recebe do feminismo o acolhimento, que muitas vezes a gente não tem nos partidos políticos, no sindicato, na família às vezes também. (Karina, 2025).

A partir do relato de Karina podemos perceber como essas mulheres buscam construir o movimento social como espaço de coletividade, de acolhimento e fortalecimento. É “um espaço onde tu pode ser frágil, e nessa fragilidade de se tornar potente com o coletivo” (Estela, 2025). Na ancestralidade afirmam a construção de saberes políticos e a reconstrução de suas histórias, autorrepresentações e autoestima. Falam sobre o passado, o presente e o futuro: dos caminhos trilhados pelas que vieram antes, sobre os dilemas na luta atual e sobre construir possibilidades de liberdade para facilitar o “caminho para o futuro” (Michele, 2025).

Elas constroem um discurso sobre si mesmas a partir das experiências de diferentes gerações, afirmam a importância das políticas públicas na perspectiva da interseccionalidade, e apontam como cada geração enriquece a luta política ao apresentar diferentes prismas sobre a luta antirracista na cidade.

Essa vitória de poder se dizer negra, essa positivação e politização da identidade negra que as coautoras celebram, é resultado de processos individuais e coletivos. Ao reivindicar o direito à singularidade elas nos apontam, sobre a necessidade de romper com essencialismos sobre a identidade feminina e negra “como fixa, unívoca, uma vez que esta é sempre o

---

<sup>45</sup> “Sororidade une, irmana, mas Não basta para Nós – Mulheres Pretas, Jovens Pretas. Eu falo de um lugar marcado pela ausência. Pelo silêncio histórico. Pelo não lugar. Pela invisibilidade do Não Ser, sendo”. Dororidade: Vilma Piedade. São Paulo: Editora Nós, 2017.

resultado de uma articulação provisória, estratégica, inconclusa, plural e, muitas vezes, subversiva” (Moreira, Cardoso, 2020, p.144). É um jogo de negociações (Cuche, 1999, p. 183-183 apud Nunes e Santos, 2019, p.644) sempre atento às conjunturas históricas. Passados 13 anos da promulgação da Lei nº 12.711/2012, Nunes e Santos (2019, p. 638) identificam como o racismo se renova, assumindo uma forma de hiper-racismo. Nesse contexto, fraudadores do sistema de cotas, ao recorrerem das expulsões das universidades por fraude, passam a ser reconhecidos como vítimas pelo sistema judicial, enquanto as vítimas reais da discriminação são invisibilizadas (Nunes, Santos, 2019). Sobre a apropriação indevida da política de cotas para acesso ao ensino superior, Nunes e Santos (2019, p. 638) destacam que ela pode ocorrer tanto de forma inconsciente, devido às confusões na classificação racial no Brasil, quanto de maneira consciente, por oportunismo de pessoas que, em outros contextos, se autodeclaram brancas. As coautoras destacaram a mobilização em torno desse processo contínuo de (re)construção do ser negra, articulando identidade, território, conjuntura nacional e ação política.

Essa sistematização nos ensina a pensar a prática dos direitos humanos como um modo de vida engajado na construção de relações pessoais, no trabalho, consigo mesmo, indo além das várias organizações e frentes de atuação em que se inserem.

Da mesma forma que se empenham na denúncia do não lugar que o espaço urbano e a memória oficial impõe, as coautoras buscam estratégias para resistir e permanecer na luta coletiva. É o que apontou Bruna, ao falar como “vivenciar essa coisa da imigração italiana em Caxias do Sul, apenas como mais uma História” das tantas outras que compõem a cidade.

Eu fui lá no centro de cultura. Era uma sexta-feira e eu não sabia o que ia estar acontecendo lá, eu só fui. E estava acontecendo o lançamento de um livro sobre imigração italiana. [...] E aí teve uma apresentação, tinha comida, bebida, polenta com molho, vinho e uma apresentação de música. **E nesse dia eu percebi o quanto a minha relação com essa cidade mudou, porque quando eu entrei lá aquele ambiente não me deixou desconfortável.** Aquele ambiente não me impediu de entrar e de conseguir vivenciar esse lugar. Porque agora eu consigo vivenciar aquele espaço que estava acontecendo ali como **apenas mais um espaço e apenas mais uma expressão cultural das várias expressões culturais que a gente tem na cidade. Agora eu consigo vivenciar essa coisa da imigração italiana em Caxias do Sul, apenas como mais uma História.** Me ajudou a fazer isso, a vivência com as pessoas me ajudou a fazer isso. E aí naquele dia eu consegui comer a polenta com molho, que eu adoro e que tem uma memória afetiva para mim. A minha mãe, quando eu era criança, fazia a polenta e daí ela sempre deixava um pouquinho no fundo da panela para eu raspar. A minha mãe não vem da imigração italiana, minha mãe não tem nada a ver com migração italiana. Ela aprendeu a fazer polenta com a mãe dela, que é da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, que tem descendência indígena na

família, não tem nada a ver com migração italiana, mas é uma experiência comum. **Uma experiência comum que essa narrativa única não deixa a gente compartilhar.** (Bruna, 2025).

A narrativa oficial da “cidade educadora” exerce uma “pedagogia do esquecimento” (Viola; Zenaide, 2019, p. 94) e uma “pedagogia da naturalização do racismo” (Mbembe, 2022, p.118) que encobrem verdades desagradáveis ao exaltar a imigração italiana em detrimento do apagamento de outras histórias. Essas mulheres têm reescrito a história da cidade inserindo a presença negra com protagonismo. Elas emprestam seus talentos e saberes em prol do coletivo. As coautoras usam da criatividade para defender suas concepções e ideais por meio de diversas linguagens e estratégias: fotografia, exposições, performances, lambe-lambes, batucada feminista, na promoção de premiações a personalidades negras, e no estar junto para falar sobre suas dores.

FIGURA 15: Estela participa de intervenção artística sobre violência contra a mulher.



Fonte: Facebook Fórum da Mulher Caxiense, 2020.

FIGURA 16: Intervenção artística na Praça Dante Alighieri.



Fonte: Facebook Fórum da Mulher Caxiense, 2020.

No último 8 de março antes da pandemia, em 2020, as mulheres, por meio do Fórum da Mulher Caxiense<sup>46</sup> organizaram um ato político cultural no principal parque da cidade, o Parque Getúlio Vargas. O evento contou com instalação artística, lambes e faixas que formaram uma paisagem de denúncia e ao mesmo tempo de acolhimento ao compartilhar diversos talentos e saberes das mulheres, tanto na exposição de economia criativa e nas

<sup>46</sup> O Fórum da Mulher Caxiense é uma coalizão de mulheres de diferentes movimentos sociais, sindicatos, partidos, conselhos de direitos e ativistas, que formam alianças a partir de interesses e demandas em comum no que concerne aos direitos das mulheres.

intervenções de música, poesia, slam e dança, intercaladas com falas de denúncia e anúncio para as mulheres e homens da cidade.

FIGURA 17: Batucada e faixas feministas ocupam Parque Getúlio Vargas.



Fonte: Facebook Fórum da Mulher Caxiense, 2020.

FIGURA 18: Eliane dança em ato político-cultural em 2020.



Fonte: Facebook Fórum da Mulher Caxiense, 2020.

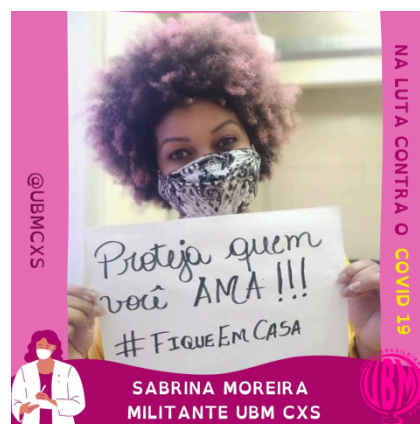
Essas mulheres dedicam seus saberes para construção de espaços-”comunidades pedagógicas” (hooks, 2017, p.174) onde nos convidam ao diálogo e a reflexão sobre a realidade. Usam da interseccionalidade em suas falas, e buscam outras linguagens para informar suas concepções de direitos humanos, democracia e sociedade. Além da ocupação do espaço físico, elas buscam atuar em campanhas nas redes sociais, com destaque para as campanhas de conscientização sobre a Covid-19 e a mobilização para campanhas de solidariedade durante a pandemia.

FIGURA 19: Ato em solidariedade às vítimas do Covid e arrecadação de alimentos.



Fonte: Facebook UBM Caxias do Sul, 2021

FIGURA 20: Campanha virtual pelo isolamento social durante a pandemia.



Fonte: Facebook UBM Caxias do Sul, 2020.



Caxias do Sul é uma cidade que interdita, que expulsa e exclui. Exclui da história oficial vivências que não são da imigração italiana, sobretudo da população negra. Uma cidade que expulsou a população pobre do centro da cidade para bairros ignorados pelo poder público. Uma cidade que proíbe adolescentes de passear no Shopping<sup>47</sup>, cancela palestra em escola<sup>48</sup> e fecha exposição<sup>49</sup> em centro de cultura. Enquanto isso, as coautoras levam para a rua uma arte engajada com os direitos humanos em uma perspectiva interseccional. Transformam, mesmo que temporariamente, locais estratégicos da cidade como o Parque Getúlio Vargas, a Praça Dante Alighieri, a descida da rua Júlio de Castilhos e a subida da rua Sinimbu, trajetos historicamente utilizados pelos movimentos sociais para marcar presença, protestar e reivindicar.

FIGURA 21: Bruna conduz protesto na descida da Júlio de Castilhos.



Fonte: Facebook Fórum da Mulher Caxiense, 2018.

FIGURA 22: Karina conduz protesto na rua Garibaldi em direção à rua Sinimbu.



Fonte: Facebook Fórum da Mulher Caxiense, 2018.

Elas transformam os espaços da cidade com mensagens de denúncia e anúncio de possibilidades. Fazem a ocupação de um lugar que historicamente expulsa “as/os outras/o” e

<sup>47</sup> Shopping de Caxias do Sul que restringe entrada de adolescentes, assunto mobiliza Itama Ferreto Comarú em sua tese. Ver sobre em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2015/05/o-foco-e-proteger-os-jovens-diz-direcao-de-shopping-que-restringe-entrada-de-adolescentes-em-caxias-4761431.html>

<sup>48</sup> Trata-se da palestra de Frei Betto que precisou ser transferida da escola onde se realizaria após uma minoria reacionária exigir por abaixo-assinado. Apesar disso, ao ser transferida de lugar a palestra teve auditório lotado e ampla divulgação. Ver em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/06/12/palestra-de-frei-betto-e-transferida-de-escola-do-rs-apos-abaixo-assinado-de-pais-contra-os-valores-que-acreditamos-ser-essenciais.ghtml>

<sup>49</sup> Um minoria barulhenta e conservadora ameaçou patrimônio e servidores do Centro de Cultura Ordovás em Caxias do Sul, por conta de uma exposição com críticas ao governo Bolsonaro e por conter elementos alusivos a população LGBTQI+, como resposta a prefeitura manteve fechado o Centro de Cultura por alguns dias, sendo aberto após a mobilização social. Ver em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/noticia/2025/01/centro-de-cultura-ordovas-esta-fechado-para-o-publico-apos-ameacas-ao-patrimonio-e-aos-servidores-cm513bb9r002q01779sq5hq5u.html>

os proíbe de “dizer a sua palavra”, mas que agora se encontram para falar, cantar, dançar e performar dores e esperanças. “As diferentes formas de letramento” desenvolvidas nas ações dessa militância, são “uma das características pedagógicas da educação para a consciência crítica” (Collins e Bilge, 2021, p.215).

Elas constroem suas narrativas e autorrepresentações a partir das experiências individuais e coletivas, exercem uma reflexão crítica e ação política pelas lentes da interseccionalidade. Vão apontando esquecimentos que encobrem verdade desagradáveis sobre a história local, desvelam o mito da democracia racial, a meritocracia e nos convocam a assumir uma posição. Suas narrativas, ações, estratégias reconstituem memórias e identidades, curam dores e formam sujeitos de direitos que aprendem a se defender:

E através desses movimentos eu consigo ajudar muitas pessoas. Não é só ajudar na questão material, mas as pessoas reconhecerem que elas podem ir além, que elas têm direitos. E a lutar pelo teu direito, lutar pela tua dignidade, lutar pelo teu espaço, que eu posso estar aonde eu quiser. (Samanta, 2025).

A participação dessas mulheres pode influenciar diretamente a formação antirracista e feminista nos movimentos sociais em que estão inseridas, tensionando estruturas de poder e ampliando horizontes de liberdade. Isso ocorre porque elas ressignificam a militância, a política e as concepções de direitos, ao mesmo tempo em que complexificam a análise crítica a partir das experiências vividas e da perspectiva interseccional. Além disso, ao circularem por diversas frentes de atuação e estabelecerem relações com diferentes agentes políticos, ampliam os espaços de diálogo e potencializam a construção de práticas coletivas que articulam direitos humanos em uma perspectiva interseccional.

FIGURA 23: Juçara e Karina na Praça Dante Alighieri.



Fonte: Facebook Fórum da Mulher Caxiense.

FIGURA 24: Atividade no bairro Monte Carmelo, Samanta ao centro, Eremi primeira abaixada.



Fonte: Facebook Ubm Caxias do Sul, 2020.

Karina e Juçara lembram como iniciaram suas lutas nos movimentos sociais de forma muito solitária e hoje celebram a maior participação de mulheres negras e uma construção maior de iniciativas voltadas especificamente para as temáticas de ser mulher negra.

A partir das ideias de que a “luta produz cultura, o movimento negro, a partir dos códigos e significados produzidos na/pela luta antirracista, também produz o que chamamos de cultura de luta antirracista” (Crespo, Silva e Lima, 2021, p.23). Essa cultura de luta antirracista circula a partir do protagonismo dessas mulheres nos diferentes espaços que ocupam, através das muitas relações que estabelecem e das diversas linguagens que mobilizam para suas reivindicações.

Essa dimensão da militância que perpassa do macro ao micro, ao cotidiano, as relações pessoais e consigo mesma se conecta a ideia de ver, sentir e viver o antirracismo das autoras Crespo; Silva; Lima (2021, p.23):

Com a cultura de luta antirracista que são possibilitadas outras dimensões de reeducação da sociedade, que não apenas aquelas relacionadas a conquistas objetivas e institucionais. É a partir desse contato que surgem figuras tais quais a aluna negra na sala de aula, que deixa o cabelo natural porque acompanha alguma Youtuber negra na internet, o menino que para de raspar a cabeça para esconder o cabelo afro, pais que educam seus filhos para conviver melhor com a questão racial, professores que desenvolvem compromisso político com uma educação antirracista, entre muitos outros exemplos (Crespo; Silva; Lima, 2021,p.23).

Esse protagonismo feminino negro vai convocando as pessoas a “se posicionar, seja a favor, seja contra, seja no avanço ou seja no retrocesso” das relações raciais no país (Bruna, 2025). É um chamado para a branquitude crítica se reconstruir (Cardoso, 2010, p.623)

As coautoras apontam as dificuldades enfrentadas na transformação das organizações do movimento social. E apesar das dificuldades, elas avaliam que tem avançado na formação antirracista e antissexista. A “esperança crítica” impulsiona a força do protagonismo negro feminino na cidade. Elas anunciam as relações raciais no lugar de futuro e na construção de possibilidades de liberdade, apostam no sonho e na utopia como elementos da prática educativa desocultadora das mentiras dominantes”(Freire, 2020, p. 13).

A militância feminina negra de Caxias do Sul tem reconstruído a cidade “pelo pensamento e pela ação” (Pesavento, 2007, p. 11) engajados em denunciar e nomear opressões, sobretudo racismo, ao mesmo tempo que anunciam possibilidades de reinvenção da cidade.

O que esses dois eixos nos ensinam, de forma integrada, sobre educar em direitos humanos a partir da experiência das mulheres negras?

Educar em direitos humanos, a partir do que foi exposto nos dois eixos, significa compreender os direitos humanos para além de demandas objetivas já consagradas em legislação. Suas práticas e concepções sobre direitos humanos ultrapassam questões macropolíticas, pois atuam também nas dimensões subjetiva e cotidiana. Tratam de reconhecer as dimensões subjetivas que envolvem o direito à reconstrução identitária, ao pertencimento, à memória, à autorrepresentação e à singularidade. O predomínio de uma narrativa oficial centrada na imigração italiana e excludente da pluralidade étnica atua como ocultadora de verdades desagradáveis que revelam uma cidade com “urbanismo estilizado”(Mbembe, 2018, p.45), uma cidade repressora, que oculta as marcas do racismo aqui existente. Portanto, desocultar tais verdades e garantir o direito à história e a memória da população negra consiste em um requisito da educação em direitos humanos. Os próprios direitos formalmente garantidos só se concretizam quando se enfrentam os entraves produzidos pelo racismo, pelo mito da democracia racial, pelo pacto narcísico da branquitude e pela falácia da meritocracia. A educação antirracista, nesse sentido, torna-se indispensável para a educação em direitos humanos, pois forma sujeitos críticos e conscientes de seus direitos, contribui para nomear as dores do racismo e empodera sujeitos para a luta coletiva por direitos.

A sistematização apontou que a dimensão prática do educar para os direitos humanos envolve escuta, encontro, acolhimento, fortalecimento e ressignificação das dores das opressões interseccionadas.

As experiências de vida e o cotidiano são dimensões valorizadas que permitem uma leitura crítica e interseccional da realidade, onde a prática do educar em direitos humanos



deve incidir para mudar as relações pessoais e consigo mesmo. E assim suas práticas educativas nos convidam à reconstrução subjetiva de identidades fragmentadas pelo racismo e identidades da branquitude. Suas práticas envolvem a reflexão crítica sobre o passado e o presente e projetam para inéditos viáveis (Freire, 2025) ou “possibilidades de liberdade” (Bruna, 2025).

Essas possibilidades de liberdade se manifestam em como elas investem seus saberes, talentos e potencialidades, por meio de diferentes linguagens, em construções coletivas que reconstroem mesmo que temporariamente a cidade como educadora em direitos humanos, pois articulam denúncia e anúncio que fazem circular uma cultura de luta antirracista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como a sistematização das experiências de militantes negras pode contribuir para a educação em direitos humanos no município de Caxias do Sul.

A resposta ao problema desta pesquisa emerge do encontro de subjetividades entre as dez coautoras e a pesquisadora. Busquei valorizar a fala em primeira pessoa das coautoras e, por meio de uma abordagem participativa, sistematizar os princípios, práticas e saberes sobre educação em direitos humanos presentes nas suas narrativas. Por se tratar de um processo dialógico e relacional, procuro explicitar também as aprendizagens e deslocamentos que o próprio encontro e a sistematização dessas experiências provocaram em mim enquanto autora-pesquisadora. A reflexão sobre minha autoformação busca contribuir para continuar a demonstrar de que forma a sistematização das experiências de mulheres negras militantes pode fortalecer uma Educação em Direitos Humanos em Caxias do Sul.

Em um primeiro momento, destaco as aprendizagens retomando os objetivos específicos desta pesquisa, que se desdobraram em dois eixos de sistematização, e orientaram a análise dos resultados. Em seguida, apresento as reflexões sobre minha (auto)formação no encontro com as coautoras e os saberes de suas experiências.

O primeiro eixo da sistematização, “Direitos humanos e mobilização política”, evidenciou aspectos dos direitos humanos que mobilizam as mulheres negras na luta coletiva no contexto local. Destacam-se o sentimento de não pertencimento, em não se sentir parte da cidade, pois esta reproduz o mito da democracia racial e nega a existência da diversidade que a constitui. Elas denunciam a necropolítica, e sua face que deixa morrer quando não atende o direito à moradia e ao trabalho digno. Enquanto a violência de gênero e o homicídio de homens negros demonstram o caráter mais explícito da necropolítica. Desta forma, a efetivação dos direitos humanos exige uma reação antirracista coletiva que enfrente o mito da democracia racial e a meritocracia e desoculte silenciamentos, exclusões e apagamentos na história da cidade.

Essas experiências sistematizadas ampliam nosso entendimento do que são direitos humanos, para além de direitos institucionalizados e em dimensão material, incluem no rol de direitos, o direito à memória, direito de autorrepresentação, a reconstrução subjetiva, o direito à singularidade, o direito de se sentir parte da cidade. Assim como redimensionam o que é ser militante porque, para além das distintas frentes e organizações em que atuam, elas ensinam que a militância antirracista é um modo de vida engajado na reconstrução da vida cotidiana,

das relações pessoais, do trabalho, do amor, das famílias.

O segundo eixo, “Aprendizagens em direitos humanos”, destacou aprendizagens ao longo da experiência militante. Essas aprendizagens construídas coletivamente potencializam a educação em direitos humanos, pois apresentam pelo menos duas dimensões complementares. Uma dimensão teórica e prática que envolve os saberes e princípios que orientam as práticas e estratégias dessas militâncias. Como a reflexão de caráter interseccional, a valorização das experiências individuais e coletivas, a criação de espaços de encontro e escuta. No encontro com diferentes mulheres, elas vão desenvolvendo as lentes analíticas interseccionais, promovem solidariedade política, acolhimento, fortalecimento subjetivo e a reconstrução de autoestimas e identidades. Encontrar, ouvir, acolher e ressignificar dores ao nomear o racismo são práticas educativas dessas militâncias. Assim como formar sujeitos de direitos e sujeitos de enunciação (Viola; Zenaide, 2019, p. 94) que denunciam e anunciam sobre a história, sobre si mesmas, sobre direitos humanos e sobre a cidade. Suas ações e pensamentos em linguagens diversas vão criando fissuras na cidade, que se reconstrói em espaço-tempo educativo em direitos humanos em uma perspectiva antirracista.

A dimensão subjetiva desses ensinamentos diz sobre a reconstrução subjetiva e identitária como um processo da cura e da esperança crítica que impulsiona a prática coletiva por direitos humanos, onde as mulheres negras vão “tomar para si o espaço do protagonismo” (Cláudia, 2025). A valorização dos encontros e das experiências permite que elas se reconheçam uma na outra, nutrindo seu senso de coletividade ao mesmo tempo em que afirmam sua singularidade. Na busca por “ser gente na totalidade” (Bruna, 2025) elas buscam reconquistar o direito de dizer a sua palavra (Freire, 2023, p.109), o direito a se autorrepresentar e (re)construir suas autoestimas ao “resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 2021, p.46). Assim como se reconstróem subjetivamente, convocam a branquitude a se reconstruir criticamente.

O projeto de pesquisa que deu origem a essa dissertação começou a ser germinado durante a minha trajetória enquanto estudante de História entre 2015 e 2021. Também posso dizer que fui salva com a oportunidade de ser a primeira da família a ingressar e concluir o ensino superior, graças ao Prouni<sup>50</sup>. Foi durante esse momento de vivenciar a universidade que me aproximei dos movimentos sociais. Foram as mulheres que me atraíram para isso e me ensinaram que sou sujeito político. Esse mundo novo, que se abria diante de mim, me fez querer questionar e imaginar a cidade em que nasci, Caxias do Sul. Nesse sonho-imaginação

---

<sup>50</sup> Programa Universidade Para Todos.

de uma cidade mais feliz, onde cultura e lazer não são privilégios de classe, onde se pode ser quem se é, e onde podemos nos realizar plenamente, comecei a me inquietar com essa narrativa dominante e excludente da cidade, que, contraditoriamente, ingressou na Associação Internacional das Cidades Educadoras em 2002, e em 2008, ganhou o título de “Capital da Cultura”<sup>51</sup>.

Os desafios de atuar na educação patrimonial na Divisão de Museus do Município, na educação social em um Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes e, atualmente, como professora da rede municipal de Farroupilha, em uma escola da zona rural, têm sido constantemente objetos da minha reflexão enquanto uma educadora engajada com a emancipação social. Ao relacionar essas experiências com os aprendizados sistematizados nesta pesquisa, recordo que, durante minha atuação nos museus da cidade, ouvi muitas falas racistas de visitantes. Ficava pensando nas estratégias que eu adotaria para não ser como o museu, que não conta a história da presença negra na cidade. Ao manter essa história oculta, não se desmentiam estereótipos, nem a meritocracia, nem o mito da democracia racial. Essa ocultação reforça atos como não pensar e não falar sobre as relações raciais, já que, na narrativa dessa cidade, elas simplesmente não existem. Os espaços de militância foram fundamentais para minha formação antirracista e antissexista, foi nesses espaços e não na graduação que conheci Lélia Gonzalez, por exemplo.

Na experiência de educadora social refleti inúmeras vezes sobre os meus privilégios e conheci experiências que sofreram as consequências mais tristes do racismo e do machismo. Foi nesse contexto que iniciei meu mestrado em educação. Em um primeiro momento, embora consciente sobre o epistemicídio e a hegemonia do pensamento do norte global na academia, reconheço que meu referencial teórico estava aquém da complexidade que é pensar a questão racial. Era preciso descolonizar ainda mais a forma de pensar. A banca de qualificação da pesquisa foi uma importante virada de chave nesse sentido. Fazem parte dessa virada de chave os encontros com as coautoras. A riqueza e a pluralidade de suas narrativas me levam à autoformação. Os temas geradores que elas levantaram fizeram com que eu revisitasse as minhas experiências enquanto mulher branca, pensando os privilégios, a coerência entre teoria e prática de minhas ações enquanto cidadã, militante, pesquisadora e educadora e buscando teoricamente a melhor compreensão dessas experiências. Um exemplo

---

<sup>51</sup> Caxias do Sul recebeu o título concedido por uma ONG com apoio do Ministério da Cultura (MinC), o reconhecimento foi atribuído a Caxias do Sul, que superou Blumenau (SC), Petrópolis (RJ) e Santa Cruz de Cabrália (BA), com base em portfólio cultural e campanha popular que reuniu cerca de 35 mil assinaturas. In: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2018/11/pioneiro-70-anos-quando-caxias-virou-capital-da-cultura-10635939.html>

desses privilégios é o fato de que pessoas brancas, em geral, não precisam pensar, pelo menos não como uma questão fundamental dos direitos humanos, no direito à singularidade ou mesmo no direito de ser reconhecido como humano.

A sistematização das experiências de mulheres negras militantes pode contribuir para uma Educação em Direitos Humanos em Caxias do Sul, pois provoca deslocamentos que nos fazem pensar as relações raciais, a branquitude, os privilégios, o lugar social que ocupamos. Compartilhar essas experiências contribui para fazer circular a cultura de luta antirracista que reconstrói identidades e autoestimas da população negra, especialmente mulheres e meninas. Essa cultura de luta antirracista também convoca as pessoas brancas a tomarem posição, sair da inércia, assumir a coragem de falar e agir criticamente contra o racismo sem medo de ouvir verdades desagradáveis, assumindo o antirracismo como tarefa coletiva.

A pesquisa contribuiu para alargar nossas concepções e entendimentos sobre os direitos humanos, e apontar saberes advindos da experiência de organização política de mulheres negras no contexto local. Saberes de experiências atravessadas por gênero, raça e classe.

Entre o “caminho para o futuro” (Michele, 2025) desta pesquisa, destaca-se o argumento em favor da ampliação das sistematizações de experiências como metodologia de pesquisa e formação. Após a defesa da dissertação, torna-se tarefa coletiva pensar os desdobramentos do estudo junto às coautoras e aos seus espaços de atuação, especialmente no que se refere às possibilidades de aplicação e circulação dos conhecimentos produzidos. Atender às expectativas das coautoras quanto à devolutiva da pesquisa constitui parte fundamental desse compromisso ético-político, que implica retornar os resultados e reflexões construídos de forma coletiva.

Podemos concluir que a sistematização de experiências de militantes negras potencializa uma educação crítica e engajada, que investe na relação teoria e prática, na interseccionalidade na análise crítica e na ação transformadora. Reafirma a dimensão prática da educação em direitos humanos, construída com múltiplas estratégias e linguagens. A coletividade, o acolhimento, o fortalecimento coletivo, o saber ouvir, a (re)construção subjetiva e a esperança são elementos que se destacam nas suas práticas políticas e educativas.

## REFERÊNCIAS

- AICE - CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. Disponível em: <http://www.edcities.org/wpcontent/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf> Acesso em 02/08/2023
- ANDRADE, Luciana Vieira Rubim; CUNHA, Ana Luiza Salgado. Uma Abordagem Histórica do Movimento Feminista no Brasil. In: CUNHA, Ana Luiza Salgado; MOREIRA, Núbia Regina (organizadoras) **Narrar-se como processo de (re)existência – Narrativas de mulheres da UNEB VI** / – Curitiba: CRV, 2023.
- ALVES, Rubem. **O amor que acende a lua**. 11 ed. Papirus. 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3 ed. São Paulo. Edições 70, 2016.
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo. Companhia das Letras, 2022.
- BRAGA, Alexandre Francisco. UNEGRO, um projeto de raça, classe e gênero no Brasil. **Anais eletrônico do X COPENE**. 2018. Disponível em: [https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1535365699\\_ARQUIVO\\_Abntexto.pdf](https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1535365699_ARQUIVO_Abntexto.pdf). Acesso em: 24 de out.2024
- CAMPOS, Julia Maria de Oliveira. **O pensamento político-pedagógico de bell hooks para a Educação Em Direitos Humanos**. Dissertação. (Mestrado Direitos Humanos e Sociedade). UFPE. 2023.
- CANDAU, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos e Diferenças Culturais: Questões e buscas. **Revista Múltiplas Leituras**, v.2, n. 1, p. 65-82, jan. / jun. 2009
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJyWL/#>. Acesso em: 27/07/2024
- CANDAU, Vera Maria. Diferenças, Educação Intercultural E Decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**. João Pessoa. Volume 13, nº especial. p. 678-686, 2020.
- CARBONARI, Paulo César. Educação popular em direitos humanos: aproximações e comentários ao PNEDH. In: **Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. SILVA, Aida Monteiro, TAVARES, Celma (orgs). São Paulo. Cortez. 2010.
- CARBONARI, Paulo César. Educação em Direitos Humanos: Por uma nova pedagogia. In: **Fundamentos para a educação em direitos humanos**. VIOLA, Solon Eduardo Annes. ALBUQUERQUE, Marina Z. de. (orgs). São Leopoldo. Sinodal. 2011.
- CARBONARI, Paulo César. Porque Educação Em Direitos Humanos Bases Para Ação Político-Pedagógica. IN: RODINO, Ana Maria., et al (orgs). **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina. Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas**.

João Pessoa. CCTA. 2016.

CARBONARI, Paulo César. Democracia e direitos humanos: aprendizagens para a educação em direitos humanos. **Revista Interdisciplinar em Direitos Humanos. Bauru.** v. 9, n. 2, p. 35-45, 2021. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/97>. Acesso em: 26 set. 2024.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud.** Vol. 8, núm. 1.p. 607-630.2010

CAREGNATO, Lucas. A outra face. **A Presença de Afrodescendentes em Caxias do Sul 1900 a 1950.** Caxias do Sul/RS. Maneco Liv. e Ed. 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo. Selo Negro. 2021.

CARVALHO. Silvia Cristina De Sousa. **Mulheres Negras Em Movimento: Organização, Luta E Resistência Pelo Direito De Existir Em São Gonçalo.** Tese (Doutorado em Serviço Social). UFRJ. 2022

CINTRA. André. **Conheça o manifesto “Unegro, 32 anos”.** Portal Vermelho. 2020. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/07/28/baixe-o-manifesto-uneuro-32-anos/>. Acesso em: 24 de out.2024.

COLLINS, Patricia Hill e BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução: Rane Souza. 1 ed. São Paulo. Boitempo, 2021.

COMARÚ, Itamar Ferretto. **Cidades rebeldes, efervescentes e educadoras: Em Caxias do Sul/RS, quanto de passado existe em nosso presente?.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020.

CRESPO. Fernanda, N., SILVA. Jessika, Rezende Souza da., e LIMA. Thayara C. S. de. Narrativas estéticas do movimento negro: Ver, sentir e viver o antirracismo. In: **História Oral e Educação Antirracista: Narrativas, estratégias e potencialidades.** AMILCAR. A, Pereira *et al.* São Paulo. Letra e Voz, 2021. p. 21- 40.

CURIEL. Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial.In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pesamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais.** Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

CUSTÓDIO, Mônica. **Unegro: 30 anos de luta pela igualdade racial, de gênero e de classe.** Portal Geledés. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/uneuro-30-anos-de-luta-pela-igualdade-racial-de-genero-e-de-classe/>. Acesso em: 24 de out.2024.

DAVIS, Ângela. Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. **El País,** 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503\\_610956.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html). Acesso em 24/06/2024

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Volume 12, Número 23, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/>. Acesso em: 27/07/2024

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: Do Denuncismo Às Políticas De Igualdade Racial. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. Número 121, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/WzwFZNrCQXcRJBf7z9xgtxn/?lang=pt>. Acesso em: 22/09/2024

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. **Geledés**. Entrevistadora: Morgani Guzzo. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstrui-a-historia-brasileira/> Acesso em: 24/08/2024

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo. Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1 ed. Rio de Janeiro. Zahar. 2022.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios / Paulo Freire**. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25ª Ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido/ Paulo Freire**. 85ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Paz e Terra. 2020

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, 2006 n. 01, São Paulo. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160/189> . Acesso em: 04/09/2023

GIRON, Loraine Slomp e RADÜNZ, Roberto. Invisíveis: negros nas memórias dos brancos. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Vol. 4 No 7, Julho de 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10471/6816>. Acesso: 04/09/2023

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flavia e LIMA, Márcia (orgs). Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis. Editora vozes. 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: discutindo algumas estratégias de atuação. In: Kabengele Munanga. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 2005, p. 55-62.

GOMES, Nilma Lino. A força educativa e emancipatória do Movimento Negro em tempos de



fragilidade democrática. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, p. 360–371, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.49715. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/49715>. Acesso em: 4 out. 2024.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, [S. l.], v. 33, n. 59, 2021. DOI: 10.7213/1980-5934.33.059.DS06. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991>. Acesso em: 30 set. 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade**. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JARA, Holliday Oscar. A sistematização das experiências: Algumas apreciações. In: Carlos Rodrigues Brandão e Danilo Romeu Streck. **Pesquisa participante: A partilha do saber**, Aparecida - SP. Ideias e Letras, 2006a. p.229 - 246

JARA, Holliday Oscar. **Para sistematizar experiências**. Brasília. Ministério do Meio Ambiente. 2006b.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 249 p.

MACHADO, Lucas Antunes. Contribuições do pensamento feminismo negro interseccional para a Educação em Direitos Humanos. **Revista Contemporânea de Educação**. v 36, nº 17. 2021.

MAESTRI, Mário. **Deus é Grande, o mato é maior! Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo. UPF.2002.

MARCHA MUNDIAL DE MULHERES. Mulheres em marcha. Disponível em: [www.marchamundialdasmulheres.org.br](http://www.marchamundialdasmulheres.org.br). Acesso em: 09 de Nov. 2024

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições; 2.<sup>a</sup> ed., 2022. 320 p.

MBEMBE. Achille. **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo. n-1 Edições; 2018.

MOREIRA, Núbia Regina. Feminismo Negro e a Organização das Feministas Negras no Brasil: mulheres, raça e classe. IN:CUNHA, Ana Luiza Salgado; MOREIRA, Núbia Regina (organizadoras) **Narrar-se como processo de (re)existência – Narrativas de mulheres da UNEB VI** / – Curitiba: CRV, 2023.

MOREIRA, Nubia Regina; CARDOSO, Thaís Teixeira. Mulheres negras em marcha contra o racismo, a violência e pelo bem viver: indícios para um currículo antirracista. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 28, n. 4, p. 129–151, out./dez. 2020.

NASCIMENTO. Abdias. **O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado**. São Paulo. Perspectivas, 2016.

NUNES, Georgina Helena Lima. Mulheres negras em seus protagonismos: paradoxos em

relação ao gênero. In: MICHELON, Francisca F.; SENNA, Nádia da Cruz; SILVA, Úrsula da (Org.). **Gênero, arte e memória, organização**. Pelotas, 2010, p. 179-198. Disponível em: <http://www.quilombos.ufpel.edu.br/uploads/publicacoes/NziXDy.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2024.

NUNES, Georgina Helena Lima. 100 anos de Paulo Freire, leituras de nossas histórias: um ensaio autobiográfico sobre relações raciais. **Revista Teias**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 75, p. 336–348, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.78863. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/78863>. Acesso em: 11 nov. 2024.

NUNES, Georgina Helena Lima; SANTOS, Sales Augusto dos. Sistema de cotas, fraudes e hiper-racismo em Brasil. **Revista Mexicana de Sociología**, Ciudad de México, v. 81, n. 3, p. 637-663, jul./set. 2019.

OLIVEIRA, Adna Gomes de. Redemocratização brasileira e o efeito dos movimentos sociais no final da década de 1970 e início de 1980. **Pesquisa & Educação a distância**. nº 8, 2021.

OLIVEIRA, Ana Camila de. **O que se cala: Os Direitos Humanos a partir do pensamento de Lélia Gonzalez**. Dissertação. (Mestrado em Direitos Humanos e Sociedade), UFPE, 2022.

PEREIRA, Amílcar Araujo; MAIA, Jorge Lucas; LIMA, Thayara Cristine Silva de. Os “rolês” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 75, p. 162-183, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53. 2007. p.11-23.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte. Letramento. 2017.

ROCHA, Halitane. “Devolvam o pardo ao Movimento Negro” diz Carla Akotirene. **Mundo Negro**, 13 jun. 2023. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/devolvam-o-pardo-ao-movimento-negro-diz-carla-akotirene/>. Acesso em: 17 set. 2025.

ROCHA, Aisha Sayuri Agata da. **Florescendo entre o visível e o invisível: A presença e participação política das mulheres afro na Argentina**. Dissertação. (Mestrado Direitos Humanos e Cidadania). UnB, 2023.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 - 132.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Joselina. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas

negras na década de 1980. In: **O movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte. Nandyala, 2014.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar. 2021

STRECK, Danilo Romeu. Pesquisar é pronunciar o mundo. In: **Dizer a sua palavra: educação cidadã, pesquisa participante e orçamento público**. STRECK, Danilo Romeu; EGGERT, Elda; SOBOTTKA, Emili A. (ors.) São Leopoldo. Oikos, 2023

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. Editora Brasiliense. São Paulo. 1993.

UNEGRO. <https://unegrosaopaulo.blogspot.com/p/conheca-unegro.html>. Acesso em: 24 de out. 2024

VIOLA, Solon Eduardo Annes, BARREIRA, Clarananda, PIRES, Thiago Vieira. Direitos Humanos: de movimento social à proposta educativa. In: **Fundamentos para a educação em direitos humanos**. VIOLA, Solon Eduardo Annes. ALBUQUERQUE, Marina Z. de. (orgs). São Leopoldo. Sinodal. 2011.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos humanos no Brasil: abrindo portas sob neblina. In: **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. – João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513p.

VIOLA, Solon Annes. Políticas e educação em direitos humanos. In: SILVA, Aida Maria Monteiro. TAVARES, Celma (ors). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos**. São Paulo. Cortez, 2010

VIOLA, Solon. E. A.; ZENAIDE, Maria de Nazaré T. . Educação em Direitos Humanos na América Latina e Brasil: princípios e desafios em tempos de restrição de direitos. **Revista Interdisciplinar De Direitos Humanos**, v. 7, p. 85-105, 2019. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/661/282>  
Links to an external site.

SILVEIRA, Ramais de Castro. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil - de Sarney a FHC**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UFRGS, 2009.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho Doméstico**. São Paulo. Jandaíra, 2021.

**COAUTORAS**

Bruna Letícia dos Santos

Cláudia Cristina Fin

Eliane Maria Fernandes

Eremi Fátima da Silva Melo

Estela Balardin da Silva

Juçara Quadros

Karina Luiza dos Santos de Paula

Micheles dos Santos Xavier

Samanta Aurélia do Nascimento

Sabrina Moreira da Silva

## **APÊNDICES**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título da Pesquisa: Educar em Direitos Humanos no Município de Caxias do Sul/RS: as experiências de militantes negras

Pesquisadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro

Orientador: Danilo Romeu Streck

Instituição: Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Programa: Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação

#### **Descrição da Pesquisa**

O presente estudo busca investigar como a sistematização das experiências de mulheres militantes negras podem contribuir para a Educação em Direitos Humanos em Caxias do Sul.

#### **Procedimentos**

A participação consiste em: questionário de pesquisa, entrevista semi-estruturada e diálogos coletivos. Cada atividade terá duração aproximada de 1h e 30min.

#### **Riscos e Benefícios**

- **Riscos:** A pesquisa pode gerar desconforto emocional ao abordar temas sensíveis, como as experiências de racismo, sexismo ou outras que as participantes podem ter vivenciado. Caso surja algum desconforto ao relatar essas experiências, as participantes têm total liberdade para interromper a atividade a qualquer momento. Além disso, a pesquisa pode demandar mais tempo do que o inicialmente previsto, o que pode impactar nas atividades diárias das participantes. As etapas da pesquisa podem causar incômodos ou cansaço. Os resultados finais também podem ser diferentes das expectativas iniciais das envolvidas. Existe ainda o risco de quebra de confidencialidade, o que poderia comprometer a privacidade das participantes. Para minimizar esse risco, as informações serão acessadas apenas pela equipe do projeto (pesquisadora responsável e orientador). A metodologia adotada, centrada na pesquisa participativa, busca reduzir alguns desses riscos, pois envolve as participantes em todas as fases do processo, desde o registro das experiências até as interpretações, sínteses e conclusões. Isso contribui para maior transparência e cuidado com o bem-estar de todas as

pessoas envolvidas. Antes do início da pesquisa, as participantes serão plenamente informadas sobre os objetivos do estudo, as etapas envolvidas, os possíveis desconfortos e o tratamento de suas informações. Também serão esclarecidas sobre o fato de que a participação não implicará nenhum custo, embora seja garantido o ressarcimento de quaisquer despesas decorrentes da pesquisa. Por fim, as participantes terão acesso aos resultados da pesquisa e ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) sempre que solicitarem.

- **Benefícios:** Sua participação permitirá o registro histórico de suas lutas e conquistas, contribuindo para o reconhecimento da militância negra feminina e da educação em Direitos Humanos no município de Caxias do Sul. Além disso, este estudo poderá servir como referência para outras mulheres e comunidades em contextos semelhantes.

### **Confidencialidade e Privacidade**

As informações compartilhadas serão tratadas com rigoroso sigilo e confidencialidade. O anonimato das participantes será mantido em todas as publicações e apresentações decorrentes do estudo, exceto nos casos em que o reconhecimento for consentido por todas as envolvidas.

### **Participação Voluntária e Direito de Retirada**

Sua participação é inteiramente voluntária, e você poderá desistir ou interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Caso opte por se retirar, seus dados não serão utilizados no estudo. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa, bem como, você não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos, contudo, está garantido o ressarcimento de quaisquer despesas decorrentes da pesquisa que porventura você possa vir a ter.

Todo procedimento envolvendo as participantes da pesquisa a ser desenvolvido será iniciado após a aprovação do Comitê de ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UCS (CEP-UCS) é um colegiado criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade

e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dados do CEP/UCS: Rua Francisco Getúlio Vargas, nº 1130, Bloco S, Sala 405, Campus sede da UCS, Caxias do Sul, RS. Telefone: 3218-2829. Horário: das 8h às 11h30 e das 13h30 às 18h. E-mail: [cep-ucs@ucs.br](mailto:cep-ucs@ucs.br).

### **Guarda e Descarte de dados**

Os dados e informações coletados durante a pesquisa serão armazenados de forma segura, com acesso restrito à equipe do projeto (pesquisadora responsável e orientador). A guarda dos dados será realizada em arquivos digitais, em sistemas de armazenamento seguros em pendrive e notebook. Os dados serão mantidos pelo prazo mínimo de 5 anos após a conclusão da pesquisa. Durante esse período, as participantes poderão solicitar o acesso às informações que lhes dizem respeito. Após o período de guarda, os dados serão descartados de forma segura, com a exclusão permanente de arquivos, garantindo que nenhuma informação pessoal ou confidencial seja acessada ou utilizada indevidamente.

### **Dados pesquisadora**

Caso tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, Rúbia Hoffmann Ribeiro, pelo telefone 54 99206-6939, endereço Olavo Bilac, bairro Rio Branco, nº 36, ap.203, Caxias do Sul, e/ou pelo e-mail [rhribeiro1@ucs.br](mailto:rhribeiro1@ucs.br).

Esse Termo é emitido em duas vias, sendo que a participante receberá uma via assinada e rubricada, enquanto a segunda via será destinada para os pesquisadores.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora responsável

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Declaração de Consentimento**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que compreendi os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa e que esclareci minhas dúvidas. Assim, aceito participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título da Pesquisa: Educar em Direitos Humanos no Município de Caxias do Sul/RS: as experiências de militantes negras

Pesquisadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro

Orientador: Danilo Romeu Streck

Instituição: Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Programa: Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação

### **Descrição da Pesquisa**

O presente estudo busca investigar como a sistematização das experiências de mulheres militantes negras podem contribuir para a Educação em Direitos Humanos em Caxias do Sul.

### **Procedimentos**

A participação consiste em: questionário de pesquisa, entrevista semi-estruturada e diálogos coletivos. Cada atividade terá duração aproximada de 1h e 30min.

### **Confidencialidade e Privacidade**

Eu, Rúbia Hoffmann Ribeiro, declaro para os devidos fins que a participante abaixo identificada foi devidamente informada sobre os objetivos da pesquisa, sobre o uso de suas informações pessoais e sobre a possibilidade de manter sua identidade em sigilo.

Contudo, após o esclarecimento de todas as informações pertinentes, a participante manifestou de forma livre e espontânea, o desejo de abrir mão do anonimato e autorizar expressamente o uso de seu nome verdadeiro na referida pesquisa.

Tendo em vista a importância desta pesquisa para o enfrentamento da invisibilidade historicamente imposta à história, à presença e ao protagonismo de mulheres negras e militantes sociais na cidade de Caxias do Sul, e com o objetivo de promover o registro dessas trajetórias de vida — tão significativas para a história de luta e conquista de direitos humanos no território —, bem como de fomentar a representatividade e a autoestima de mulheres negras, fica acordado entre a pesquisadora e as participantes a não adoção do anonimato, sendo consentida a utilização dos nomes verdadeiros das participantes.



Essa escolha também se alinha ao caráter participativo e testemunhal da pesquisa, permitindo que as participantes sejam reconhecidas como autoras de suas próprias histórias, experiências e contribuições.

Declaro, ainda, que todas as participantes foram informadas de que poderão, a qualquer momento, solicitar a retirada de seus nomes da pesquisa, caso assim desejem, conforme os princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora responsável

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **Declaração de Consentimento**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que compreendi os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa e que esclareci minhas dúvidas. Assim, aceito abrir mão do anonimato na pesquisa acima referida, permitindo o uso do meu nome verdadeiro.

Assinatura da participante

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, \_\_\_\_\_, declaro por meio deste termo, que autorizo o uso de imagem na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa “Educar em Direitos Humanos no Município de Caxias do Sul/RS: as experiências de militantes negras” desenvolvida pela aluna do mestrado em educação Rúbia Hoffmann Ribeiro, da Universidade de Caxias do Sul. Fui informado(a) que poderei consultá-la a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail rhribeiro1@ucs.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Caxias do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

Assinatura do(a) participante

---

Assinatura do responsável